



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA (PPGH-UFCG)**

**“A INOLVIDÁVEL FAMÍLIA PESSOA”: PATRIMONIALIZAÇÃO DA FAMÍLIA
PESSOA (1930 e 1940) EM UMBUZEIRO- PB.**

JOSEFA LAÍS BARBOSA DE SANTANA

**CAMPINA GRANDE-PB,
2018**

JOSEFA LAÍS BARBOSA DE SANTANA

**“ A INOLVIDÁVEL FAMÍLIA PESSOA”: PATRIMONIALIZAÇÃO DA FAMÍLIA
PESSOA (1930 e 1940) EM UMBUZEIRO- PB.**

Dissertação apresentada ao programa de Pós Graduação em História do centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande sob a orientação do Prof. Dr. José Otávio de Aguiar, em cumprimento aos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em história, área de concentração em História Cultural das Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. José Otávio de Aguiar.

CAMPINA GRANDE-PB,

2018

JOSEFA LAÍS BARBOSA DE SANTANA

**“A INOLVIDÁVEL FAMÍLIA PESSOA”: PATRIMONIALIZAÇÃO DA FAMÍLIA
PESSOA (1930 e 1940) EM UMBUZEIRO- PB.**

Aprovada em 25 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof^oDr. José Otávio de Aguiar (PPGH-UFCG).

(Universidade Federal de Campina Grande- UFCG -Orientador)

Prof^oDr. Maria Lúcia Abaurre Gnerre (UFPB)

(Universidade Federal da Paraíba – UFPB- Examanidora Externa)

Prof^oDr. Antônio Clarindo Souza Barbosa(PPGH-UFCG)

(Universidade Federal de Campina Grande – UFCG- Examinador Externo)

CAMPINA GRANDE-PB,

2018

A minha família: Antônio, Livramento, Aline e Layane. Que é meu refúgio, meu lar, para onde sempre posso voltar.

A Napoliane (In Memória), nosso anjo protetor, a alegria e o ensinamento de nossa família, o pedacinho do céu em nossas vidas.

A todos aqueles que sonharam, acreditaram, persistiram e comigo construíram esse trabalho, que comigo venceram cada batalha diária.

Amo todos vocês ...

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a patrimonialização dos personagens políticos ligados à família “Pessoa” na cidade de Umbuzeiro – PB nas décadas de 1930-1940. Desse modo, enveredamos por uma reflexão das representações sociais, atentando para as estratégias discursivas utilizadas sobre e na cidade, utilizando-as como instrumentos de valor patrimonial. Assim, problematizamos a construção de uma patrimonialização cultural dos “Pessoas” nas décadas postas, oriundas do arcabouço de lugares de memórias fundados e articulados aos sujeitos daquela família. Investigar o trabalho de edificação dos sujeitos patrimônio nos possibilitou debater o não-lugar que a produção estratégica deixara. Desta feita a pesquisa desemboca no debate sobre o esquecimento e os silenciamentos a esteirado projeto memorial. A engrenagem da escrita é movida principalmente pelas ideias de (CERTEAU,1982) na reflexão sobre estratégias e táticas, bem como na sua análise sobre lugar e não lugar social. Também nos move o pensamento de (BORGES,2010) sobre patrimonialização de pessoas. Portanto, seguimos os rastros deixados pelos jornais e fotografias os analisando e buscando a compreensão de como as décadas de 1930 e 1940 produziram um lugar memorial para a Família Pessoa ao mesmo tempo que produziram um esquecimento excludente de muitos que integravam o município de Umbuzeiro-PB.

Palavras-chave: Família Pessoa, Patrimonialização, Estratégias, Esquecimento.

Sumário

| | |
|--|------------|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 7 |
| 1.1 Caminhando pelas ruas e trilhas da pesquisa..... | 7 |
| 2.CAPÍTULO I - Um convite à cidade patrimonializada: Memória e Jornal em cena. . | 14 |
| 2.1 De que cidade estamos falando? | 14 |
| 2.2 De que patrimônio estamos falando? | 19 |
| 2.3 De que memória estamos falando? | 24 |
| 2.4 De que jornais estamos falando?..... | 29 |
| 3. CAPÍTULO II - “Uma dívida que se impunha ao povo desta terra”: A produção memorial da família Pessoa. | 34 |
| 3.1 “Hora da saudade”: Morte e ritualística das almas da família Pessoa. | 35 |
| 3.2 Aquela que era feliz demais: Festas e comemorações em Umbuzeiro – PB..... | 47 |
| 3.3 Os “Pessoa” como “pessoas patrimônio”..... | 68 |
| 4. CAPÍTULO III - A cidade como palco: Alegorias dos silêncios..... | 73 |
| 4.1 Cenas de um pretense legado familiar. | 77 |
| 4.2 Fotografias que revelam: Faces do lembrar e esquecer..... | 80 |
| 4.3 De plateia a atores: Os sujeitos Umbuzeirenses tomam a cena..... | 88 |
| 4.4 Olhos que vêem, desejos emudecidos. | 97 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 102 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 104 |

1. INTRODUÇÃO

1.1 Caminhando pelas ruas e trilhas da pesquisa.

O ano era 2010. Final de período letivo na Escola Presidente João Pessoa em Umbuzeiro - PB e eu¹, menina de 17 anos, descia para aula com minhas angústias de jovem, imposta as intempéries das mudanças da vida. Andava e nem de longe imaginava que estava próxima a aprovação no famoso e desconhecido ENEM, tão pouco compreendia o significado das mudanças que se colocariam a minha frente: Um mundo novo, para além da minha cidade. Um impulso da ida, sem dimensionar a volta e os caminhos que iria percorrer para este retorno. Nesse momento vislumbrava apenas o ponto de largada.

Calça jeans de tom azul claro, fardamento vinho e cinza - tons que escolhemos para o fardamento do 3º ano do ensino médio – e caderno de lado. Nele carregava as recordações diárias escritas nos cantinhos de folha, junto aos temas debatidos pelos professores em sala de aula, assim seguia. Um casaco para proteger do vento frio da noite, horário que escolhi para estudar, pois queria e precisava poder trabalhar com meus pais nas feiras livres.

Minha caminhada ainda em 2010 fazia parte de uma naturalidade estudantil naquela época. Distantes e próximos oito anos atrás. O encontro com os amigos, às festas, os namoros, faziam do espaço da cidade de Umbuzeiro a significação dos trajetos de minha História. Encontrava com as pessoas e numa simbiose harmônica encontrava também todos os dias com a cidade. As passadas que me levavam ao colégio Presidente João Pessoa eram lentas, pois, a caminhada era nutrida por brincadeiras e divertimento. Como um HD do tempo meus olhos foram fazendo um backup daquilo que viam, sentiam e tocavam.

A cidade de Umbuzeiro foi sendo desbravada a cada paralelepípedo, cada beco e cada esquina. Tornei-me próxima dos bustos, praças, bodegas, fiteiros, comércio e imagens que observava. A viagem para a escola me fazia passar pela Praça João Pessoa, nela sentávamos, conversávamos e lanchávamos todas as noites. Mas adiante, subindo a rua outra Praça; Coronel Antônio Pessoa ao lado do grupo escolar que levava também o seu nome. Ainda neste espaço o mercado municipal e a matriz da Igreja Católica. Ao final para quem descia a rua encontrava a Escola Estadual Presidente João Pessoa, destino final diário de minha vida estudantil em 2010.

¹ No primeiro momento do trabalho decidi por escrever em primeira pessoa em virtude da ligação narrativa entre a minha trajetória individual e a pesquisa feita. A partir do primeiro capítulo e até o fim da escrita escrevo em terceira pessoa.

No ano de 2011 a vida me coloca a ir em frente. Cortei as serras umbuzeirenses e fui apresentada a uma nova cidade: Campina Grande-PB. Sem muitos projetos, mas com a decisão de voltar com pelo menos um diploma para minha família. Porém, comecei a dialogar com outras ideias. Essa Laís Santana iniciou sua caminhada rumo ao trabalho que apresento. No primeiro período cursava Biologia e História ao mesmo tempo. Sonhava em ser bióloga e mesmo aprovada no curso de licenciatura em biologia na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) despertou, num misto de deslumbramento e encantamento a historiadora na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Ao entrar no curso de História da (UFCG) fui transpassada mais fortemente do que um papel, que convencionamos chamar diploma, poderia simbolizar. Já imaginava as irrupções advindas do choque com a nova cidade, mas na minha graduação fui apresentada ao mundo. Meu encantamento com as leituras de autores que até então nunca ouvia falar como: Charles Baudelaire, Gustave Flaubert, Arthur Conan Doyle, são sintomáticos neste processo. O mundo antes imaginado distante de mim enquanto caminhava para a escola em Umbuzeiro, estava mais próximo. Não! Eu tinha a nítida impressão que o mundo poderia estar dentro de mim.

Como um vídeo que a fita rebobina eu removi as memórias guardadas de minha infância e adolescência. Ao mesmo tempo em que meu corpo e meus pensamentos eram questionados constantemente, coloquei-me a questionar o tempo e a vida na minha cidade. Apesar de trocar a moradia para estudar, nunca deixei de senti-la, dessa forma as minhas memórias faziam o papel de condutoras em tal percurso. Todas as sextas-feiras pegava o ônibus de volta a Umbuzeiro e entre cochilos e conversas, as lembranças se embaralhavam: Passado, presente e futuro ao mesmo tempo martelavam a minha cabeça jovem.

Mas o tempo é inexorável e creio que cruel. Chega à data de pensar numa escritura de monografia a ser apresentada na graduação em História, o que fazer? Talvez daí e de uma conversa num bar em frente à universidade com um amigo, tenha surgido o princípio da trama em que vivo até hoje enquanto pesquisadora. Pensei em pesquisar muitas coisas, expressar aquilo que havia mexido comigo, procurei por muitas orientações qualquer coisa que pudesse me nortear. No entanto, voltar a meu lugar me pareceu mais honesto. O que falar de Umbuzeiro? A resposta se deu de maneira até rápida, sentados em uma mesa de plástico amarela, rascunhei em um papel qualquer as ideias que me levariam ao mundo das memórias da família Pessoa.

Comecei a fazer um passeio mental. Cada passo que dei e festa que fui. Cada comemoração e lugar que entrei. As lembranças de campanha eleitoral, todas gravavam símbolos dos “Pessoa” em suas nuances. Lembrei-me da ida até a escola durante os três anos do ensino médio e percebi que obrigatoriamente e, enquanto Umbuzeirense, encontrava todos os dias com os ecos e as sobras da referida família. Nas praças, ruas, bustos, cemitério e mercado. Para onde se olhava estavam as memórias dos Pessoa. A partir daí desenvolvi uma pesquisa chamada **“Faça-se das suas as minhas memórias”: A produção memorial da família Pessoa em Umbuzeiro-PB**, enveredando pelos jornais como fonte, mas principalmente olhando para cidade, revisitando e lendo os espaços.

Enfoquei nesse momento o capital político que montou em momentos diversos do século XX uma memória robusta em torno de personagens da família Pessoa. Fiz isso inspirada em um trabalho do Historiador: José Luciano de Queiroz Aires, que ao escrever sobre a fabricação do mito João Pessoa na capital paraibana nos anos de 1930-1945, permitiu que refletíssemos sobre as memórias da família Pessoa em Umbuzeiro.

“ A construção histórico-cultural do “herói” João Pessoa surge no interior das lutas que antecederam o novo regime, cultuado pela população. Ao contrário das batalhas disputando o papel de “herói” da proclamação, João Pessoa não encontrou concorrente no tocante a ser “herói” da “revolução. (...) A partir daquele ano, seu nome passou a denominar ruas, praças e avenidas espalhadas pelas capitais do Brasil, transcendendo os limites geopolíticos da Paraíba, considerando a dimensão nacional do símbolo-mor da Aliança Liberal.” (AIRES, p. 43)

Suas reflexões a cerca do personagem, da política e da memória foi fundamental para a construção do diálogo com nossa temática. Tive ainda o privilégio de receber sua orientação e a partir dele pude pensar como tudo o que era antes naturalizado por mim, era um emaranhado de interesses em torno da construção de lugares de memória.

“O patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, porque não, as tradições culinárias. Na tradição metodológica durkheimiana, que consiste em tratar fatos sociais como coisas, torna-se possível tornar esses diferentes pontos de referência como indicadores empíricos da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada em hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o

que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.” (POLLACK, p.03)

Mas por que continuar esta pesquisa? Porque ela não se esgotou? Inicialmente voltar para minha família com um diploma foi maravilhoso, mas imaginar o título de mestre em História foi ainda mais surpreendente, e eu que quase não acreditava nesta possibilidade, graças ao meu amado e inesquecível amigo Wilker Araújo comecei a repensar meu tema, pois mesmo depois de concluída a monografia ainda não tinha dado a mim respostas que acreditava poder retirar sobre a memória produzida pela família Pessoa.

Pensando sobre a continuação da pesquisa tive acesso às leituras dos trabalhos da Viviane Trindade Borges e com esta autora descobri algo que está além das produções memoriais. “A patrimonialização de pessoas, como tentativa de representar determinado discurso patrimonial é sintoma de um presente obcecado pela imediata, que provoca a produção e circulação de passados esquecidos, ocultos ou simplesmente inventados.” (BORGES, p.86) Muitas vezes os jogos políticos e as memórias coletivas postos, tem a função patrimonializar e não apenas a cidade, mas também personagens. Percebi, seguindo esta linha que havia em Umbuzeiro uma tentativa de patrimonializar mais que um personagem, e sim uma família, tornar diversos sujeitos em patrimônio cidadãos.

Minha pesquisa de mestrado surge como uma sequência ao que vinha sendo pensando por mim em relação à cidade Umbuzeiro-PB e a família Pessoa. Significativamente ela é uma resposta a determinadas demandas historiográficas, analisando a cidade de Umbuzeiro entre a construção de uma Família/Patrimônio e os silêncios que a mesma deixou. Porém para ser sincera é também e principalmente uma querela pessoal. Falar de um lugar que vivo desde minha infância, onde criei meus amigos, vivi minhas múltiplas paixões, gerenciei meu modo de vida e convive/convivo com minha família. A cidade de pedra e muros é a cidade das minhas sensibilidades. Não tenho dúvidas que este pedaço de chão me formou e quando falo sobre ele se enfatiza um pouco do que me tornei. É como se, revisitando a cidade, revisitasse a mim mesma neste trabalho.

A pesquisa se insere na temática da relação entre memória e espaço, sendo enfaticamente posta a ideia de que o espaço de Umbuzeiro vai sendo moldada a face da Família Pessoa. As memórias coletivas em sua formulação vão constituindo uma imagem da cidade ligada aos personagens dessa família e por consequência todos os sujeitos que experienciaram aquele espaço/tempo são perpassados e marcados por essas imagens e

memórias. Nesse sentido a intenção é apresentar ao leitor um debate de uma família empregou uma luta memorial para se tornar um patrimônio cidadão. Todas as construções e reportagens são jogos de memórias postos a serviço de um legado pretendido pela família. Os Pessoas, eram a elite de Umbuzeiro, faziam parte da política paraibana com proeminência e se fizeram memória quando foram reverberados em elementos simbólicos construídos. Formulou-se o conceito de que estudar Umbuzeiro é estudar os sujeitos dessa família.

Trabalhos significativos para a historiografia da região como as dissertações do Iordan Queiroz (2012) e da Tatiane Vieira (2014) e outros artigos produzidos que envolvem em sua temática a cidade de Umbuzeiro, perpassam a família Pessoa como cenário da discussão. Ainda que divergindo nos caminhos que trilham, já que o primeiro reflete a ascensão da modernidade através da eletrificação e a segunda debate o patrimônio a partir de sua institucionalização na cidade, os dois permitiram analisar e ampliar o olhar sobre o que já havia sido dito sobre Umbuzeiro, em suma, serviu para ajudar a traçar o caminho que percorri.

Assim, o objetivo desse trabalho é debater como a família Pessoa nas décadas (30-40) do século XX engendrou um esforço para que reverberasse as construções imagéticas sobre os sujeitos envolvidos nesta família. Desse modo a pesquisa leva a concepção de como os sujeitos foram sendo educados pela cidade e pelos discursos dos jornais a fim de que os personagens da família Pessoa fossem sendo patrimonializados no contexto estudado. Para tanto desenvolvo o debate em três momentos.

Num primeiro momento refleti como alguns conceitos vão se articular no trabalho. É uma espécie de interação que conduza o leitor a compreensão de como trato de modo individualizado aquelas ideias. Levantei as primeiras querelas ao discutir o conceito de cidade, patrimônio e memória. Não se trata de um capítulo puramente conceitual, pois, existe nele a relação com as intenções e objetivos da pesquisa. Acaba por ser um aporte para que a leitura dos momentos posteriores sejam feitas de modo mais fluido, em que o leitor já tenha construído a imagem do que e como iremos trabalhar nossos conceitos, como eles foram percebidos e analisados.

Coloquei-me numa viagem acerca de uma cidade pretendida, em que desejos e espaços múltiplos vão sendo edificados a partir das vivências. A mesma cidade que entra num jogo com a produção memorial e as lutas simbólicas. Selecionando e silenciando memórias

dos sujeitos de acordo com determinadas intencionalidades. Desembocando na empreitada de patrimonialização de uma família, quando as pessoas se tornam patrimônios culturais coletivos do lugar. Ao fim é como se buscasse perceber como alguns desses conceitos são postos em Umbuzeiro na efervescência de uma tese: A cidade desejada e a cidade vivida cotidianamente.

No seguimento do trabalho mergulhei no universo dos jornais da época. Embora não houvesse produção na cidade, Umbuzeiro aparecerá em várias reportagens dos jornais “A Imprensa” e “A União” das décadas de 30-40. Na dissertação achei por bem selecionar apenas o jornal “A Imprensa” neste período para compor nossa discussão. Evidentemente há explicações para estas aparições frequentes nos jornais. Primeiro pela influencia política da época, além do afloramento dos discursos em torno do assassinato de João Pessoa, então candidato a vice-presidente da república em 1930. Escolhi os jornais para dar o tom de nosso segundo capítulo, sustentados pelo interesse nos alegóricos discursos que pude encontrar em relação à família “Pessoa”, os habitantes em geral e a cidade de Umbuzeiro-PB.

Apesar de acreditar que os jornais pouco circulavam entre os Umbuzeirenses, certamente os seus discursos circulavam e desta maneira crivam nortes “importantes” para o pensamento local. O debate é então sobre como os discursos que apresentavam os “Pessoa” junto as festas, as ritualísticas, as ações políticas, enfim em alinhamento com a cidade de Umbuzeiro. A “Inolvidável” família é assim adjetivada a partir da imagem que as reportagens construíam, os impressos estudados conclamam uma família a ser celebrada em sua importância: Um patrimônio.

A construção dada pelos jornais elevava a família ao mais alto padrão de referência moral, de honra e de representatividade, que se estendia desde aqueles que estavam e/ou estiveram na vida publica até as mulheres, as crianças e os jovens, portanto a todos os membros da família que eram relatados como alusão exemplar. Tais discursos eram projetados em todo o Estado por onde s circulava o jornal. A concepção de uma visão oligarca permanecia viva através da perpetuação de prestígio, resguardado pela memória e legitimação de poder.

Os jornais me permitiram narrar desde fatos imponentes como a inauguração dos bustos até fatos corriqueiros como a limpeza das ruas e jardins, pois as reportagens realizadas sobre Umbuzeiro nesse período traziam minúcias de detalhes, descrição de espaços, falas de

sujeitos diversos. Mapeamos a partir delas o cenário político, religioso, educacional e cotidiano. A cidade ia sendo narrada e edificada como um grande lar da família Pessoa. No entanto, ainda me inquietava falar do “povo” que apareciam nas reportagens como uma massa que assistia e aplaudia.

Onde estavam os sujeitos que caminhavam nas mesmas ruas que eu. Aqueles que cruzavam as esquinas para frequentar a igreja. Os que sentavam nas praças e sentiam o cheiro, o calor, o frio da cidade, que experienciavam o lugar como palco do vivido. Assim caminhei para o terceiro capítulo da dissertação marcado pelo desejo de trazer a cena estes sujeitos. Voltei os olhos mais uma vez para nossa principal fonte, a cidade, eles, guardaram as imagens do meu passado, foi também o meio pelo qual busquei a memória cravada através do registro fotográfico.

A fotografia foi a marca de viragem que deu sentido a pesquisa, queríamos refletir sobre os sujeitos ordinários, mostrar que não apenas de família Pessoa se fez Umbuzeiro em 1930-1940. Deveria existir um jeito e assim o fiz, trabalhei com as imagens na perspectiva das sensibilidades, aquilo que vejo e o que sinto. Um momento de transporte para aqueles que não mais podem falar, mas deixaram suas marcas. Elenquei memórias fotográficas da época e contrapus com aquilo que fora dito pelos jornais. Através da análise sensível de um recurso tão primoroso e ardiloso problematizei o passado e as memórias de sujeitos esquecidos pelas reportagens dos impressos. O risco de ser enganado pelo olhar do outro é uma pulga atrás da orelha constante, mas quem somos nós para julgarmos o outro se somos constantemente enganados por nós mesmos. Meus olhos, cientes dos perigos, buscaram as cenas com cuidado. A lente dos fotógrafos seguiam as rédeas do poder, mas lhe escapava os detalhes que bem observados me carregaram para uma subjetivação múltipla daquele tempo.

Certo dos silêncios gostaria, a partir das fotografias, de repensar as diversas faces do lembrar e do esquecer. Trouxe, com olhos críticos, atores cheios de desejos, experiências, vivências e sentimentos. Antes silenciados pelos jornais, possibilitaram na pesquisa a percepção para além de expectadores afeitos a referência e aplausos. Autorizaram o pensamento de uma cidade que pode dizer muito mais que uma família. Umbuzeiro que pode ser muito mais que uma memória unilateral, é possível contar uma história Umbuzeirense por outro caminho, por outro, olhar. Esperamos que você leitor também compartilhe deste olhar!

2. Um convite à cidade patrimonializada: Memória e Jornal em cena.

2.1 De que cidade estamos falando?

*“A cidade é arte, é artefato, é um palimpsesto onde camadas de tempo e história se inscrevem, e neste sentido que interessa investigar como a vivência urbana vai elaborando uma escritura da memória coletiva”.*²

As cidades vivem de movimento, de marcas deixadas por aqueles que nela habitam, são telas “vivas” de escrituras no tempo, riscadas pela experiência, pelo vivido, pelo sentido, pelas transformações singulares e coletivas daqueles que partilham o espaço/tempo de determinada territorialidade. São lugares de permanências e ausências, da chegada e da partida, do passageiro e do permanente. Os sujeitos exercitam os espaços da cidade em um constante ato de poder, é nele onde as disputas acontecem ser um cidadão é ao mesmo tempo ser e viver o poder a ela articulado. O tempo crava e o espaço registra as marcas do vivido, são duas forças infinitas que falam de muitos e para muitos leitores distintos.

Ler os espaços descortina para nós diferentes dimensões de abordagens sobre a cidade. Atentar para as marcas, ou seja, as memórias que como fios são deixados em uma teia de registros e nos fazem perceber a cidade de Umbuzeiro³-PB como um grande novelo emaranhado de histórias e sujeitos, que no campo do vivido se entrecruzam, pintando e apagando as tessituras dos espaços umbuzeirenses. Este trabalho é como buscar em um baú, as fantasias velhas para um novo carnaval, redescobrimo-as e as refazendo. É buscar as memórias de uma cidade, seus personagens e debatê-las, retirando destas as múltiplas estratégias de construção de uma memória oficial, observando as ruas, os monumentos, os espaços, as fotografias como potenciais auxiliares nesse processo.

Os espaços urbanos, as cidades, não são apenas aglomerados de casas e de ruas que se abrem inócuos, eles são conceitos vivos que explodem em informação, galgando alguma intenção, algum sentido no meio de uma aparente causalidade urbanística. Os sentidos nos

² Ver em : VELOSO, Mariza Motta dos santos. **Espaço público, estética, política e memória**. In. 27º Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, 2000.

³Cidade localizada no agreste paraibano, com 128 anos de história marcada por forte representação política regional e nacional vinculada a uma família. A cidade de Umbuzeiro desde seus primórdios é marcada pelo jogo político cujos principais personagens estão direta ou indiretamente ligados a hierarquia familiar dos “Pessoa”.

auxiliam nessa busca, porque podemos cheirar, ouvir, ver e tocar as cidades elas têm o poder de responder aos questionamentos que fazemos sobre os horizontes de expectativas criadas pelo Historiador.

Buscamos versar uma análise sobre a relação da memória e do espaço através das estratégias de produção memorial da família “Pessoa”⁴ na cidade de Umbuzeiro-PB. Um lugar exercitado pelos sujeitos sociais que abrigam marcas do vivido e da memória. O espaço público da cidade de Umbuzeiro - PB é pensado através das transformações que são exercidas sobre ele no processo de enquadramento que o transformam em lugares de memória. Conceitos estes que emolduram registros memoriais individuais e subjetivos num senso coletivo, e a partir de então demarca espacialidades em nome de uma memória, no caso, a da família “Pessoa”.

É partindo da perspectiva, que muito do que se cria nos meios urbanos é como um jogo de usos e abusos do mesmo, que entendemos a cidade e o espaço urbano como produtores e produtos de um vasto jogo de produção memorialista, disputas de memória que tentam dar sentido e significado a determinados sentimentos e imaginários na cabeça dos sujeitos que compartilham esses lugares e espaços constituídos. A cidade de Umbuzeiro não se distancia desse jogo, haja vista, que nela encontramos uma vasta quantidade de espaços, erguidos pelo poder familiar e exercido pela política local.

Quando nos referimos à construção de uma estratégia para a edificação de um lugar na cidade, via de regra memorial, falamos a partir do ponto de vista certauniano, aquele que nos faz refletir sobre a tessitura que leva um lugar a ser entendido como um lugar “próprio”. Assim segundo Certeau,

Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações de uma exterioridade de alvos e ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objeto de pesquisa etc.) (CERTEAU, 1982, p. 99).

Nesta análise vislumbramos a ideia de que as estratégias são criadas justamente nos meios em que estão: Disputas de poder e relações de força. Elas emergem do caos e do

⁴Família da elite paraibana de forte influência política principalmente no final do século XIX e início do século XX.

conflito para criar um lugar de propriedade e singularidade que traz a ele uma sensação de identificação, criando dessa maneira um alicerce que propicia a administração de problemas que possivelmente são gerados pela ação devastadora do tempo e das relações de poder na sociedade.

A família “Pessoa” no processo de patrimonialização construiu os mais variados lugares de memória transformando a cidade de Umbuzeiro em espaço de intencionalidade, os lugares de memória justificariam a dominação, registrariam e transmitiriam a memória de acontecimentos e personagem de interesse político desse grupo que detinha o poder, a elite perpetuando sua memória silenciou outras memórias que não serviam a seu interesse. A memória formalizada abriga em si nuances que evidenciam o quanto a mesma não é espontânea e por isso se torna objeto de estudo da história.

As vivências do mundo político na cidade de Umbuzeiro - PB⁵ interferem em demasia na vida cotidiana dos sujeitos, refletindo um sentimento múltiplo entre o que se apresenta como vida pública e as aspirações do mundo privado. Essa complexidade invade todas as espacialidades: As conversas na feira livre, nos mercados, na igreja e dentro das residências particulares que se tornam espaços de vertiginosos debates sobre a política local. Uma política fortemente enraizada pela memória de uma família e de determinados personagens, seja ela enaltecida ou negada, rechaçada ou vangloriada. É inegável a forte presença da memória da família Pessoa no cotidiano, nos espaços e na sociabilidade.

E como não estar? As produções memoriais da família estão em cada esquina, em cada praça, em cada prédio, até mesmo parece que ao caminharmos pela cidade entramos em um álbum, onde não se encontram apenas imagens, mas também nomes e datações. É uma estátua aqui, uma escola ali, outra rua mais à frente, aquela praça ali também é. Parece que o sobrenome “Pessoa” está estampado em todos os lugares da cidade. Esse sobrenome se tornou tão corriqueiro e delimitou tantas espacialidades que é difícil quem não diga: “Eu te espero no Maria Pessoa” ou “hoje o João Pessoa saiu mais cedo”, ouvindo assim, e levando ao pé da letra, torna-se até engraçado imaginar o “mártir” de 1930 saindo mais cedo, pressupondo obviamente que estaria vivo, depois de tantos anos. Mas é justamente esse sentimento de presença na ausência, de manter vivos esses homens/personagens que nos intriga e o que nos impulsiona à pesquisa.

Caminhar por Umbuzeiro é carregar a sensação de estar em um álbum e o tempo todo, ainda que despreziosamente, relembando alguém que nem mesmo conhecemos; tudo isso

⁵Entendemos a vivência política na cidade de Umbuzeiro como uma relação em que os sujeitos partilham privado ou publicamente informações e posições políticas articuladas ao seu cotidiano.

faz parte de um grande investimento memorial. Perpetuar o nome da família que através da política veio perdurando, lapidar, oficializar, discursar e exaltar foi um de seus ofícios principais e a cidade se fez cenário para um gigantesco palco de personagens que encenam por muito tempo.

A cidade é espaço de enunciação⁶, que através de conjuntos simbólicos acionam as subjetividades dos sujeitos que nela circulam em um processo de constante comunicação entre as práticas do vivido e o espaço praticado. Como os grupos sociais viabilizam o acesso aos equipamentos urbanos, ocupam e se identificam com a cidade na qual vivem, onde a dimensão física da cidade torna-se espaço de comunicabilidade, nos permite discutir como diferentes grupos sociais em um mesmo espaço dialogam entre si.

É nesse campo de comunicabilidade que a cidade torna-se palco onde se exercem as disputas pela fala e ação de diversos grupos sociais. Uma batalha travada pela ocupação e espetacularização dos espaços, ocupar física e simbolicamente e utilizá-los para reproduzir coletivamente ideias. São geralmente os grupos sociais ligados à intervenção política, detentores de determinados agenciamentos de poder, cujas possibilidades são reais de expressar sua subjetividade nesse campo de ação e estabelecer o diálogo através desse espaço de enunciação que é a cidade.

É preciso discutir o papel dos processos de legitimação e autenticação, pois o acesso aos bens materiais e simbólicos é desigual e não se pode ignorar que muitas vezes determinados grupos sociais através do processo de atribuição de significados à vida social transformam os espaços em lugares, e algumas vezes constroem agenciamentos que implicam uma configuração hegemônica de poder. (VELOSO, 2000, p.7).

O investimento memorial que chamamos de processo de patrimonialização exercido pela família “Pessoa” na cidade de Umbuzeiro-PB, transformou o espaço público da cidade em lugares de memória reformulando significativamente a paisagem da cidade, gerando mudanças na experiência de vida dos cidadãos e das rotinas cotidianas. Caracteriza-se o que Zukin (2000) chama de paisagem de poder. São elementos que a partir do momento que são construídos e fazem parte da paisagem da cidade fazem com que os sujeitos se relacionem de forma diferente com aquele espaço. Um museu quando é construído em uma cidade passa a criar uma nova relação, dada a transformação e a interação que surgirá de acordo com essa

⁶Configura-se como espaço onde as subjetividades individuais podem através de um processo de comunicação criar elos intersubjetivos capazes de engendrar práticas coletivas de resolução social. (VELOSO, 2000).

nova paisagem de poder. São novas formas de sentir, se relacionar e se comunicar com os espaços da cidade. “A paisagem é, em grande parte, uma construção material, mas também é uma representação simbólica, das relações sociais e espaciais” (ZUKIN *apud* VELOSO, 2000, p.8).

A construção de lugares formaliza e atribui conotação política e histórica ao espaço urbano, porém o grau de envolvimento, controle, comunicação e acesso pelos sujeitos sociais é o que apresenta configurações particularizadas. A experiência do espaço é socialmente construída, e por isso mesmo, a dinâmica dos lugares se mostra múltipla e complexa, em meio a conflitos e contradições, jogos de diferenças onde variadas estratégias de poder são acionadas. Em Umbuzeiro-PB as estratégias de poder são exercidas para reforçar o poder político vigente.

As estratégias podem também se apresentar como forma de resistência, que não necessariamente são exercidas contra o poder, mas sim como formas alternativas de poder. A construção de lugares de memória, a experiência nos espaços da cidade, o sentimento de pertença, são processos transpassados pelos mecanismos de legitimação, que ao encontrarem novas formas de sociabilidade podem manifestar insatisfação e contrariedade, mas que requerem igual legitimidade. O que nos interessa perceber na cidade de Umbuzeiro-PB é que a comunicabilidade entre memória e sujeitos sociais de modo geral tem como referencial um diálogo entre espaço-tempo.

A memória marcada nesses lugares construídos durante os anos na cidade de Umbuzeiro-PB, tem a capacidade (maior ou em menor grau) de possibilitar a troca ou comunicabilidade entre os grupos sociais que nela circulam, circularam e circularão. São vestígios, marcas da constituição de coletividade, mas também da diversidade da cidade. Assim, a memória instituída no processo de patrimonialização na cidade de Umbuzeiro fomenta espaços de enunciação, onde sujeitos diferentes e desiguais podem estabelecer sentidos comuns através de práticas sociais de cooperação ou conflito.

Os signos, as imagens, os monumentos, as comemorações, as datações, transferidos e transmitidos pela cidade, tornam legível um narrativa sobre ela ao passo que impedem a criação e comunicação de outra gama de narrativas possíveis, retirando daquele que a possibilidade de vivenciar e transferir outras formas de experiências na cidade. Nesse processo de afirmação acontecem novas formas de compartilhamento e comunicação atribuindo novos sentidos e significados aos lugares.

Os procedimentos políticos se articularam, como redes de aliança e rejeição montadas entre os grupos sociais que contribuem para uma teia simbólica erguida na cidade edificando uma memória patrimonializada. Dessa forma, enveredamos pelos caminhos da memória como principal estratégia de manutenção e perpetuação de poder, um poder particularizado da experiência política da cidade de Umbuzeiro - PB.

Assim como as luzes que iluminam e invadem as ruas a cada mês de outubro pela comemoração da festa da padroeira Nossa Senhora do Livramento, ascendemos uma luz sobre uma questão que se mostra intrigante, como os sujeitos Umbuzeirenses sobre a superfície da cidade, constantemente vigiados pelos olhos gélidos e sem vida das estátuas dos “Pessoas”, percebem e sentem esse processo sorrateiro que foi e é a patrimonialização da família “Pessoa”.

2.2 De que patrimônio estamos falando?

A História pode funcionar como delimitadora dos aspectos sondáveis e do passado histórico para que os sujeitos sociais possam posicionar-se frente seu próprio trajeto no tempo. Como consequência, a reconstrução do passado via patrimônio faz com que frequentemente os grupos sociais incorram em embates históricos, construindo mitos necessários para manter a valorização do bem selecionado.

Os monumentos e bens patrimoniais em geral apresentam além de seu aspecto memorial valores voltados ao exercício da vida pública cotidiana. Esta é conflitante, ambígua e frequentemente gera mitologias do passado de modo a poder articular relações sociais no presente. Quando a noção de patrimônio cultural foi lançada, nos anos 1950 iniciou a culturalização do debate sobre preservação não apenas de monumentos históricos e artísticos, nomenclatura que cairia em desuso, mas também de bens culturais⁷. Um contexto de busca nacional por uma historicidade brasileira, oriunda do nacionalismo vigente na política do país. As noções de patrimônio passaram a ter um caráter antropológico, num retorno a ação dos sujeitos e os patrimônios imateriais, que levava a uma alteração conceitual tanto na esfera pública como na academia embasados agora a partir da noção de cultura.

Como destaca Meira (2008) a produção cultural existe em várias expressões de cultura gerando livros, quadros, músicas, esculturas, etc. Todos são bens culturais, mas apenas alguns vão se tornar referências, ou seja, patrimônio. É preciso que estes bens sejam aceitos e

⁷Os bens Culturais que trabalhamos no texto fazem referência àqueles em que a família Pessoa toma posse para utilização na cidade, como bustos, praças, festividades, prédios públicos, etc. Que passam a ser bem simbólico da cidade e da família.

constantemente renovados, é este trabalho de renovação através das comemorações e rememorações que a família “Pessoa” vem exercendo através da memória, atravessando diversas temporalidades no exercício de solidificação de uma memória a ser preservada, conservada e transformada em patrimônio cultural/memorial da cidade de Umbuzeiro - PB.

O discurso patrimonial da família “Pessoa” formulou espaços de memória para os personagens políticos no intuito de formalizar uma memória a ser vivida pelos sujeitos umbuzeirenses. Recoberto pela cena política esse discurso tentou transformar uma família em um “bem” de patrimônio local. Metamorfoseando passado e presente através de lugares, símbolos e simbologias a cidade de Umbuzeiro - PB foi paulatinamente sendo erguida, enquanto espaço de poder, para o sentimento de pertencimento construído pelo processo de patrimonialização da família “Pessoa”.

Pautando-nos dos estudos de Viviane Trindade Borges (2011), compreendemos patrimonialização de pessoas, como a representação de determinados discursos patrimoniais, responsáveis por configurar o personagem como lugar de memória. Entendemos, assim, que a família “Pessoa” tentou através da memória política patrimonializar determinados personagens familiares, construindo lugares de memória para estes na cidade de Umbuzeiro - PB. Através desses discursos de patrimonialização desses personagens se faz o esforço da família para atribuir sentido a história da cidade pautada na herança familiar.

Para Borges (2011), os lugares de memória estão como principal estratégia de transformação dos espaços e dos personagens em patrimônio local. “As estratégias de patrimonialização operam no sentido de transformar um objeto, conhecimento, ritual, modo de vida, ou mesmo um personagem, em patrimônio”. Desse modo observa Certeau (1982) que as estratégias constroem um lugar “próprio” a tudo isso, o “próprio” é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim, pra si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É o domínio do tempo pela função de um lugar autônomo.

Ao investigarmos as estratégias de patrimonialização traçadas na cidade vê-se configurar a importância de uma família e em sua criação como patrimônio local através de lugares de memória em um espaço praticado. A patrimonialização é processo que possibilita atribuir novos sentidos, usos e significados aos mais variados objetos, dotando aos mesmos de valor patrimonial com os mais diversos sentidos. Em nosso caso específico, esse processo age na construção, produção e perpetuação do poder político da família “Pessoa”, que denota a cidade de Umbuzeiro - PB uma experiência de poder político e oligárquico.

Propomo-nos pensar a patrimonialização exercida na cidade de Umbuzeiro - PB, através do conceito inaugurado por Regina de Abreu (2003), e aprofundado por Viviane Trindade Borges (2010) de “patrimonialização de pessoas” que configura a institucionalização de lugares na cidade que sejam elo entre o passado e o futuro, enlaçados pelo sentimento de pertença fabricado através da memória.

As estratégias de produção memorial são usos que remetem a formação/origem da cidade, as festividades, os feriados, aniversários de nascimento, as saudações de morte. Todas essas se rendem ao trabalho de enquadramento da memória em função do processo de patrimonialização, dando a essa memória não apenas um caráter comemorativo, mas a emergência de uma memória que se quer perpetuada e reinventada. A memória serve ao processo de patrimonialização dos “Pessoas” na cidade de Umbuzeiro - PB para reiterar lembranças e fortalecer vínculos entre o espaço praticado e a experiência vivida.

Nesse sentido, o patrimônio serve como alicerce que sustenta a memória do vivido, tem o poder de comunicar falas e silenciamentos, lembranças e intenções, se prestando ao papel de referência da memória e do pertencimento coletivo de determinado grupo. “Olhando o patrimônio nessa perspectiva, um bem ou uma manifestação para ter valor patrimonial deve guardar a capacidade de comunicar algo específico à consciência, algo que constitua uma referência de identidade e de memória” (MESENTIER,2012,p.25). O processo de patrimonialização na cidade de Umbuzeiro - PB foi um investimento pensado e arquitetado a fim de comunicar algo específico para qual se faz necessário uma série de estratégias organizadas para produção de signos e linguagens para o mesmo objetivo.

Um patrimônio deve representar a identidade e a memória de uma formação sócio territorial, (mundo, nação, região, cidade) deve carregar consigo signos que sirvam de suporte e referência ao sentimento de pertença de determinado espaço. Deve ser ainda capaz de comunicar uma mensagem específica. Em grande medida é o que acreditamos ter conseguido a família “Pessoa” em seus esforços na construção de linguagens que evidenciassem sua memória, transformando-a em bem, que por sua vez se torna patrimônio, pois carrega em si reconhecimento, pertencimento, sentidos, usos e significados para e sobre a cidade de Umbuzeiro-PB.

Nossa hipótese central nesse estudo é que durante as décadas de 30-40 a família “Pessoa” tenha construído pelas investidas memoriais um patrimônio cultural/memorial na cidade de Umbuzeiro - PB. Mas poderíamos chamá-lo também de político-memorial? E porque político-memorial? Por ter ele servido como objeto de disputa política, demonstrando

uma experiência particularizada de ação e poder político. É a memória personificada em patrimônio a serviço do poder político.

Partimos assim do pressuposto que o patrimônio da família “Pessoa” é um mecanismo institucionalizado e embasado de teor político e destes só aqueles que detém poder social para nomear e transmitir bens culturais é possível instituir. O objeto que transmite determinada memória faz lembrar e produz representações intencionadas, arquitetadas a serviço do que se quer lembrar, mas também de quem faz lembrar. É um exercício de poder planejado, não apenas na perpetuação, mas também na afirmação do poder, esse que por vezes não é percebido criticamente e percorre “despretensiosamente” as ruas da cidade.

Entendemos que os monumentos, festas, calendário, aniversários são exercícios de patrimonialização embasados no princípio dos lugares de memória, tanto bens materiais como práticas imateriais que de alguma forma permitem operacionalizar a memória. Todos eles são marcados pela vontade de memória, ou seja, por transformarem a operação da rememoração em algo fundamental para o grupo que a edifica. O lugar de memória está assim cooptado pela vontade de determinado grupo sendo “um investimento significativo dos poderes políticos na escrita da história” (ROUSSO *apud* SANTIAGO JUNIOR, 2015, p. 8).

É pela ação política que os grupos sociais exercem o poder de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir os bens no campo do memorável. A memória é acionada ao curso da ação política sendo ela útil para afirmar o novo ou ancorar o passado, devidamente selecionada no exercício do presente. A memória política ao ser invocada não reconstitui o tempo passado, mas faz dele uma leitura, banhada de experiências objetivas e subjetivas. Os bens materiais e imateriais são como um pronunciamento e carregam consigo um teor ideológico que serve de mediação das relações entre os grupos sociais.

Os arquivos, museus, acervos em geral, monumentos e bens imateriais tornam-se assim instrumentos que permitem articular a possibilidade de pertencimento coletivo. O próprio patrimônio pode ser concebido como um processo contínuo de sistematização de coleções públicas e distribuição de conhecimento que permite aos sujeitos e grupos sociais mediar as relações entre si mesmos a partir de aspectos destacados dos bens culturais. Desta maneira o patrimônio – esta característica salta aos olhos – oscila entre significações plurais, concomitantes e frequentemente conflitantes. (ABREU; CHAGAS, 2009, p. 139).

A memória política/familiar acionada na cidade de Umbuzeiro - PB, é construção que se atualiza no presente e projeta-se para o futuro, tendo como principal âncora os bens

culturais produzidos pelos personagens políticos da família “Pessoa”, eles são documentos enunciativos e transmissores de memória, pois, levam em si um desejo de articulação entre os que foram e os que vieram depois, vontade de formar e produzir continuidades. “A origem latina do termo (doccere) indica que documento é aquilo o que ensina algo a alguém.” (ABREU;CHAGAS, 2009, p.139). Nesse sentido documento aplica-se a produções escritas, mas também a esculturas, monumentos, edifícios, fotografias, pinturas. Podemos dizer que a cidade de Umbuzeiro-PB em sua paisagem urbana carrega dezenas de documentos e fontes possíveis ao estudo da memória, do patrimônio, das representações e relações sociais.

Para nós o passado narrado na cidade de Umbuzeiro - PB, patrimonializado em seus personagens e espaços nos chega através de diversas formas de discurso, objetos. Formas de sentir e perceber a cidade através dos sons, cheiros e imagens. São vestígios, representações do passado, mediam a presença e a ausência, transmitem e anunciam um passado vivido marcado por experiências de tempo, espaço e pertencimento, nega-se e se afirma uma memória que atravessou gerações. O que se considera patrimônio por determinado grupo silencia outros, existindo unanimidade ou discordância na constituição e aceitação da memória da família “Pessoa” enquanto patrimônio local da cidade de Umbuzeiro – PB. Porém é inegável o investimento memorial/ patrimonial da família e é esse investimento que nos interessa. É a atribuição desse valor patrimonial, não importando quem o faça, e a que nível seja elevado, que nos impulsiona.

É a atribuição de valor patrimonial dado pela família “Pessoa” aos mais variados seguimentos materiais e imateriais da cidade de Umbuzeiro - PB que os transformam em patrimônio, através de uma memória que “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (NORA,1981,p.7) que se impregna, nas estatuas, nos prédios, nos feriados municipais, nas cartilhas, constituindo traços, experiências, significados do patrimônio. As leituras possíveis de um passado que se projeta no futuro.

O patrimônio não existe fora do campo das representações, pressupõe que existam atribuições de significados e de valores que mudam com o tempo e com a sociedade. Por isso mesmo, defendemos que o patrimônio não é cristalizado, nem de interpretações engessadas, aquilo que foi edificado um dia em um espaço, pode estabelecer um paralelo entre o que ele representa e significa para o tempo naquele mesmo espaço.

Patrimônio pode ser compreendido como referências simbólicas, que constituem uma rede de sentidos, pelos quais é possível ao homem se comunicar, e estabelecer relações na dialética do espaço/tempo. Contribuem para que a coletividade elabore representações sobre

si, comungue de crenças comuns, e estabeleça laços de pertencimento nos meios sociais aos quais são participes.

2.3 De que memória estamos falando?

Acreditamos que a memória é construção de uma herança transmitida pelos indivíduos que estão atribuídos a um grupo e (ou) espaço sendo eles família, escola, trabalho, cidade, bairros. Produzimos em nós, nesse sentido, representações comuns e coletivas a determinados grupos. Assim, como nos aponta Santos *apud* Moura(2012,p.26), há “um processo de apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos”. E é essa interação entre memória e espaço que ilustra que o lugar abrigou, abriga e abrigará as marcas produzidas e experimentadas pelos grupos que ali praticaram esses espaços, produzindo e agindo sobre eles e suas memórias. “Assim como também o grupo recebeu, recebe e receberá os signos memoriais inscritos no lugar praticado por seus antepassados” (MOURA, 2012,p.26).

Investigar o trabalho de patrimonialização da família “Pessoa” nos permite discutir como o espaço público da cidade de Umbuzeiro - PB foi historicamente e socialmente produzido a fim de solidificar uma determinada memória coletiva, não unicamente, mas também e principalmente forjada pela ação política partidária, possibilitou a construção de um patrimônio cultural/memorial da família “Pessoa” na cidade.

Atentando principalmente para as estratégias de produção memorial, buscamos através das mesmas mapear a experiência de poder político praticado na cidade, tendo como principal campo de ação a construção de lugares de memória. Evidenciando que lugares e personagens agem como elementos constitutivos da memória coletiva da cidade de Umbuzeiro - PB durante o século XX.

“Comemorar significa, então, reviver de forma coletiva a memória de um acontecimento considerado como ato fundador, a sacralização dos grandes valores e ideais de uma comunidade constituindo-se no objetivo principal”(ABREU,1994,p.4). As comemorações, como estratégias de formulação da memória coletiva da cidade de Umbuzeiro - PB, são na verdade investimento afim de “parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar o imaterial para apreender o máximo de sentidos num mínimo de sinais” (NORA,1981,p.17). São teias de significados que se

articulam à experiência e à memória coletiva da cidade, dando a estes sentidos possíveis de serem atrelados à “tradições” e “costumes” locais.

O interesse pela evocação constante de lembranças tem como uma de suas finalidades construir na cidade de Umbuzeiro - PB representações sociais, laços de pertencimento entre os personagens da família “Pessoa” e a pessoas que moram na cidade, utilizando o discurso comemorativo como estratégia para patrimonialização desses personagens, mas principalmente dessa família.

A representação social, em resumo, é caracterizada como uma forma de saber, composta de estados e processos, contidos em conteúdos representativos (informações, imagens, crenças, valores, opiniões, elementos culturais, ideológicos, etc.), baseados em diferentes suportes, tais como linguagens, discursos, documentos, práticas, dispositivos, matérias e mesmo em eventos intra-individuais ou de hipóstases coletivas (espírito, consciência de grupo) (ALMEIDA, 2005, p.47).

Os bens materiais produzidos pela família “pessoa” como: Prédios públicos, praças, bustos, avenidas, bandeiras, cartilhas, hinos são levados pelo mote da memória e do sentimento de pertença, constituem as representações de referência cultural e social da cidade. Entendemo-los como patrimônio, pois constituem o suporte de referência da memória na cidade de Umbuzeiro - PB, suportes externos que mobilizam voluntária ou involuntariamente a memória que passa a ser por este elo, coletiva.

A memória se descortina para nós como construção e processo que paulatinamente vai tecendo o passado da cidade nas disputas e demandas do presente. É nessa disputa memorialista que buscamos os sujeitos sociais ocupantes desses espaços a fim de descobrir em suas astúcias, o reconhecimento ou o negar da efetivação do patrimônio político-cultural produzido pela família “Pessoa” na cidade de Umbuzeiro - PB. Transformamos assim nosso objeto em plano de análise social. A memória coletiva da cidade carrega nossos esforços na esteira de compreender os atores sociais e o processo pelos quais a mesma foi forjada, a que e a quem serve.

Numa perspectiva construtivista, não se trata mais de lidar com os fatos sociais como coisas, mas de analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicada à memórias coletivas, essa abordagem irá interessar portanto pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias (POLLACK, 1989,p.40).

Analizamos uma memória social na medida em que a percebemos como uma categoria enlaçada entre os atores sociais e as atribuições que lhes são prestadas. Ou seja, os usos dados à mesma enquanto recurso sócio-político “como conferência de legitimidade, instrumento de coesão e justiça social ou elemento do processo de construções identitárias” (MOURA, 2012,p.14). No nosso caso se apresenta nas disputas sócias que envolvem o processo de legitimação social e política para constituição de uma memória patrimonial da família “Pessoa”.

Buscamos os sujeitos que exercitam os espaços, que representam os lugares de memória da cidade de Umbuzeiro - PB na intenção de apresentar as disputas existentes no processo de construção dessas memórias, bem como entendê-la como instrumento de dominação, mas também de transformação. No entanto, não é nossa preocupação apresentar memórias subjacentes em disputa com a memória da família “Pessoa”, mas sim, as disputas intrínsecas que envolvem sua afirmação, mas também os silêncios causados, entendendo as expressões imbricadas no processo de patrimonialização dessa família.

Procuramos ainda falar de informações de memória, as quais são vinculadas à experiência do vivido dos sujeitos umbuzeirenses; são informações que antecedem as escolhas, comunicam o passado e estão impregnadas na formação das memórias e do sentimento de pertença, independentemente de nossas escolhas e vontades. Falamos de uma memória que nos condiciona a pertencer a determinado grupo social. Experiências ainda que individuais, servem de referência num grupo e num passado coletivo.

No entanto, falamos que socialmente a memória pode significar desintegração de um grupo, tendo em vista que pelas múltiplas formas de representar e interpretar a memória, os sujeitos sociais se identificam ou não com determinadas expressões, mesmo que elas não deixem de constituir parte de sua experiência e que dentro de um mesmo grupo elas podem ser silenciadas ou esquecidas, lembradas e comunicadas. Há no processo de patrimonialização da família “Pessoa” em Umbuzeiro-PB, aqueles que afirmem e aqueles que neguem como foram expressas essas memórias, porém não há aqueles que não as tenham vivido na experiência do processo de constituição dessa memória que se pretende coletiva e patrimonializada.

Seguindo o viés de Michael Pollack(1989), que pensa os lugares e personagens como elementos e referências constitutivos da memória, assim como os monumentos, folclore, tradições, patrimônio arquitetônicos. Investigamos como as informações de memória estão incorporadas ao cotidiano umbuzeirense, como servem de referência ao sentimento de

pertencimento dos mesmos, trazendo à tona a experiência e as memórias muitas vezes dadas como inexistentes, exterminadas por terem exercido sobre elas determinadas estratégias de dominação. Faz-se com que os sujeitos não tenham exata noção de que suas memórias e as formas que são comunicadas e vividas no dia-a-dia também constituem a memória da cidade.

Em Umbuzeiro a memória é estratégia de dominação, pois, através do processo de patrimonialização serve ao interesse político partidário. Segundo Pollack(1989)“memórias enquadradas” são aquelas que pretendem manter a coesão interna de um grupo, o trabalho de “enquadramento de memória” exige permanência e dinâmica no processo de interpretar o passado com o objetivo de perpetuar estabilidades. O poder político exercido na cidade de Umbuzeiro-PB abriga no seu íterim esses objetivos: Construir lugares de memória, para que sirvam de referência para a experiência vivida através de um patrimônio cultural/memorial produzido na cidade, direcionado a lembrar memórias determinadas.

Trata-se, pois, de um exercício de história da memória; memória aqui entendida como fenômeno coletivo cuja consolidação e perpetuação não deriva automaticamente da existência e permanência de uma “comunidade afetiva”, mas da participação ativa de atores sociais que – através de estratégias, suportes e construções narrativas variadas- intervêm no processo de constituição e formalização das recordações (SCHMIDT *apud* BORGES, 2010,p.14).

A memória social tem seu suporte em diversos aportes de significação, sistemas simbólicos de caráter icônico como (imagens desenhadas ou esculpidas) simbólicos (narrativas escritas ou orais) etc. Todos estes conferem à memória sentidos diversos, fluxos de saberes, fazeres e histórias de vida. É a escolha desses suportes por determinado grupo que constroem as formas de sentir essa memória, esse é um processo que fundamentalmente possui desejos e intenções daqueles que a produzem.

Os suportes de memória possuem inscrições daqueles que os produziram e apontam em direção a sujeitos, tempos e espaços, sendo passado, presente e/ou futuro. Esses suportes só nos servem de referência pelo fato de estarem articulados a contextos sociais, e são justamente as marcas desses outros que nos possibilitam lembrar e marcar nossas memórias individuais ou coletivas.

A memória é também marcada pelo “ouvi dizer”, “vi fazer”, “me contaram”, são marcas do vivido nas falas, transposições de gerações, relatos de experiência. Narram à memória dos espaços e dos contextos sociais, fluxos do conhecer e do saber que perpassam a memória, em especial nos relatos orais. É pertinente apontar que as relações da experiência

vivida com os espaços e tempos sociais são sempre revitalizados, fazendo com que cada indivíduo reconheça em si várias relações de pertencimento e memória nos colocando em desconfiância a qualquer tipo de tendência de memória social compreendida como uniforme, estável e/ou homogênea.

A memória produzida no processo de patrimonialização da família “Pessoa” carrega consigo um forte teor simbólico, ela é carregada de signos e ritualísticas, o que nos permitem analisá-la como uma memória marcada de poder simbólico, conceito desenvolvido pelo sociólogo Bourdieu (1998) Um poder que atua no âmbito da língua, das imagens, da comunicação [...]“Legitimando determinadas classes, atribuindo significados à realidade e produzindo estratégicos consensos” (MOURA,2012,p.33). Entendemos que os objetos simbólicos produzidos pela família “Pessoa” são estruturas estruturadas, signos que produzem sentido para o contexto em que são produzidos e significados.

Compreendemos os símbolos, seguindo Bourdieu (1998), como motes de integração social, alimentando a interação entre os sujeitos. Eles são parcela significativa de como a realidade de um lugar é representada que quando ativados dentro de seus sistemas simbólicos, maquam intenções invisíveis, mas que constituem um poder daqueles que articulam a circulação e a criação dos mesmos. É notório em nossa pesquisa que os “Pessoa” usam os sistemas simbólicos religiosos, das festas, da cultura local, da arquitetura. Impulsionado por tais esquemas via-se penetrar o poder dos símbolos ligados à família e esta passara a se confundir com o próprio capital simbólico da cidade.

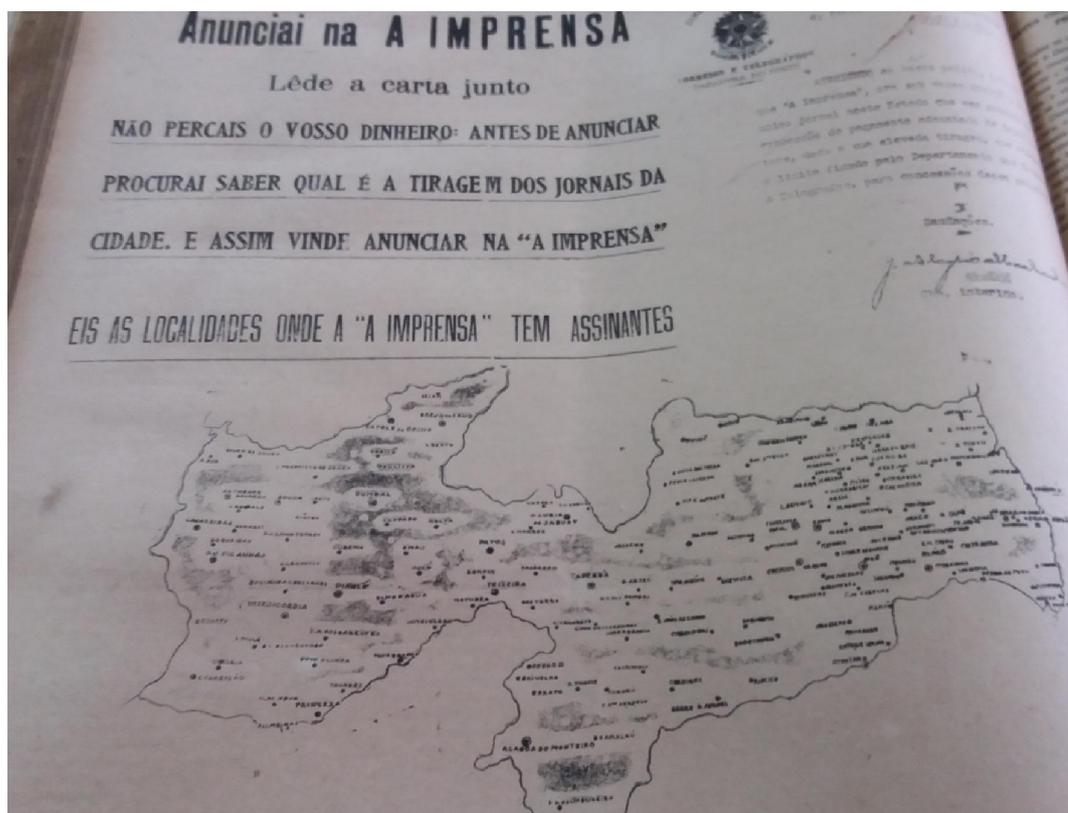
Os símbolos, assim, são ferramentas das relações sociais, pois comunicam e possibilitam que os sujeitos tenham acesso ao conhecimento do contexto social do qual fazem parte. E, portanto, são referentes enquanto disputa pelo estabelecimento de poder social. O contato com determinados materiais, nesse caso, os signos e símbolos, aciona o cognitivo de quem os observa e faz lembrar, quem se quer lembrar através do mesmo, não se constituindo em um exercício do acaso, mas sim em um poder planejado e exercitado, muitas das vezes passando despercebido por aqueles que os observa.

A construção de símbolos e signos na cidade de Umbuzeiro - PB serve para ativar a memória de uma família de ação política, dando-lhe significado dentro do contexto social umbuzeirense, memória cuja finalidade é comunicar hierarquias sociais que passaram a beneficiar e legitimar determinado grupo político.

2.4 De que Jornal estamos falando?

Trabalhamos especificamente com o jornal A imprensa na década de 1930 e 1940 o mesmo é produzido pela Igreja Católica na Paraíba, tanto que as pesquisas foram realizadas no arquivo da arquidiocese da Paraíba. O jornal tinha como principal função fortalecer e divulgar os ensinamentos religiosos, mas também lutar contra correntes de pensamento como a maçonaria, espiritismo, anarquismo, liberalismo entre outros. Além de fomentar normas de conduta moral, culturais e políticas.

FIGURA 01 : Jornal A imprensa -09 de fevereiro de 1938



Fonte: IHGP, João Pessoa, 2017

Feito a mão esse era o anúncio que estampava o jornal A imprensa quando se referia a circularidade do jornal no estado, Umbuzeiro é referenciada ao final da página na ponta inferior direita do mapa como destacado. As cidades que recebiam o jornal eram descritas com o desenho de um ponto e o nome da mesma em cima, a ideia era demonstrar que o anunciado no jornal chegava a todos os recantos do estado. “Eis as localidades onde a “A imprensa” tem assinantes”. Quantos assinantes e quem são esses assinantes não sabemos, mas podemos crer que era composta por uma minoria que sabia ler e podia pagar a assinatura do mesmo, porém,

seria de grande proporção para época, obviamente que às notícias que chegavam as elites circulavam entre os populares por relatos orais, conversas, e o ouvir.

O anúncio nos revela, pelo menos em parte, que “A imprensa” circulava em grande parte do estado, acreditamos que a justificativa seria principalmente por ser ele um jornal ligado à Igreja. Cada matriz do estado tinha como requisito tê-lo em sua sede, em paralelo teria como objetivo enviar notícias de sua paróquia para conhecimento da cúpula religiosa, com isso conseguir assinantes tornava-se mais fácil para o mesmo. Ainda que os dados apresentados pelo jornal não sejam exatamente esses, conhecer sua abrangência é essencial para destacar o impacto que as notícias vinculadas a eles causam por onde passam.

Conhecer o alcance do periódico pesquisado é uma tarefa muito complexa, mas fundamental para ter noção do tamanho do público que ele alcança. Afinal, nem sempre o periódico fornece informações sobre suas publicações, como tiragens, assinaturas distribuídas, venda avulsa, fato que dificulta conhecer mais detalhes de seu funcionamento interno. Ainda assim, deve ser levado em conta que nem sempre as informações são confiáveis, afinal o interesse em atingir um status para atrair anunciantes é uma tática praticada por muitos jornais, não sendo raros os números fornecidos pelos mesmos serem inverídicos, o que dificulta ainda mais conhecer seu alcance. De qualquer forma, a importância de conhecer essa abrangência se dá, sobretudo, por buscar conhecer o impacto do jornal na formação da opinião pública (LAPAUENTE, 2015, p.9).

Como formadores de opinião pública, os jornais são de extrema importância para nossa análise, fontes ricas em informações e memórias de momentos que nós não poderíamos refletir por outro meio. Talvez se hoje em dia fossemos fazer uma entrevista, perceberíamos que muitos sujeitos não dão mais aos jornais impressos tanta significação no desenvolvimento das imagens e na representação/interpretação dos eventos que acontecem. Atualmente, a massificação das informações retirou grande parte do glamour que os jornais impressos ofereciam, tratando-os como mais um sistema informacional, operando em meio a uma grande engrenagem de notícias vistas quase sempre de modo rápido e superficial, embora existam algumas exceções de credibilidade.

Não é nosso intuito construir aqui discussões sobre uma possível falta de confiabilidade ao jornal enquanto fonte e/ou referência, os jornais impressos, ao contrário, serão revisitados em seu tempo, em seu lugar de escrita enquanto fonte creditando-o e/ou tentando creditar ao mesmo a significação sociocultural do período concernente a sua

produção. Os escritos desses jornais nutriam grande parte das memórias que circulavam a partir da imprensa oficial e não oficial da época.

A ideia de “estar no jornal” seria algo, que geralmente traria importância ao nome a ele vinculado, seja um sujeito ou instituição, ou em paralelo, poderia denegrir socialmente a imagem de sujeitos partícipes do sistema social. No contexto estudado os jornais impressos configuravam a via de notícias e reportagens mais procuradas e popularizadas, dessa forma, eram o caldeirão em que se misturavam as intenções de escrita, as propagandas, as representações dos mais diversos setores da sociedade. Porém, como podemos perceber os jornais como uma fonte que expresse o testemunho de alguma experiência do tempo?

Tomarmos os jornais como subsídios para pesquisa não significa fazer deles uma fonte de informações pura e simplesmente naturalizada, aquela que nos mostra algo que aconteceu sem questionamento. Não há um desejo de verdade, nem mesmo uma vontade de verdade. Procuramos, sim, uma fonte que nos faça questionar uma época, alguns personagens, observando, as peripécias da narrativa que usam de estratégias para modelar objetivos na transmissão informacional. Mas quais objetivos seriam estes?

Os objetivos de um jornal estão sensorialmente além das notícias, reportagens e dos textos portadores de uma pretensa “verdade” que, aparentemente se apresentam em narrativas. São formas de construção de memórias, imposição aos sujeitos, comemorações, sendo assim, um veículo importante para a política da época em face do controle (direto ou indireto) que as elites mantinham na maioria dos jornais. É nesses meandros que procuramos interrogar os jornais, vendo neles uma fonte importante para o desenvolvimento historiográfico como vemos a seguir:

Historiadores de diversos matizes teóricos reconheceram na imprensa escrita novas possibilidades de análises e ressignificações do passado. Contudo, a inserção dos impressos na produção historiográfica brasileira, especialmente o uso de jornais, revistas, folhetins e edições ilustradas, ainda é recente se comparado a Europa e Estados Unidos. Somente nos últimos anos, os trabalhos que se valham de jornais e revistas como fonte para o conhecimento da história do Brasil se consolidaram. Identificam-se, a partir daí, relativo aumento na utilização dos periódicos como documento e objeto de pesquisas, incluindo-se dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações de artigos e/ou livros (CALONGA, 2012, p. 8).

Pensar dessa forma nos faz desembocar em como esses jornais nos anos 30 e 40 do século XX construíram uma comemoração sobre a figura política de poder patriarcal da

família Pessoa e como isso interferiu na formação de uma memória oficial na cidade de Umbuzeiro edificando, assim, um caminho memorial para o lugar. Nestes termos, interpretamos como os jornais representam em âmbito regional, as festas, os monumentos e as instituições tendo fundamental importância para fortalecer a tessitura política dos “Pessoa” enquanto parte da memória oficial e popular de Umbuzeiro e dos Umbuzeirenses.

As batalhas de memória estão ancoradas sobre vários símbolos que as representam dentro de uma conjectura social e cultural, na medida em que as memórias vão se moldando pelo contexto social e ao mesmo tempo vão moldando o próprio contexto. Em virtude de tal afirmativa, monumentos e comemorações dão efeito significativo à produção memorial, mas ao passo que isso se apresenta era necessária, a família Pessoa, um lugar que dessa legitimidade de escrita a tudo aquilo que estava sendo ofertado aos sujeitos de Umbuzeiro. A tradição oral⁸ fazia um caminho, contudo não trazia legitimidade “oficial” e para tanto o papel do jornal era fundamental para de fato nos anos 30 dar a perceber o poder patriarcal envolto no mundo da cidade.

O jornal A imprensa existia desde o século XIX e se enraizou como uma bandeira de luta do catolicismo ante outras doutrinas religiosas da época, bem como na interação entre igreja e política. Não é de estranhar que uma coluna do jornal fosse para enaltecer as festas dos santos católicos pelo interior e ao mesmo tempo fazia surgir nas narrativas os poderes políticos locais. Nas décadas de 30 e 40 percebemos uma maior importância aos eventos políticos assegurando parte das páginas dos jornais para o mesmo. Concordamos assim com (COSTA, 2011) segundo o qual o jornal dito, a partir de 1930 a linha editorial passa a ser caracterizada pelo perfil político numa aliança entre Igreja e Estado e o consequente combate ao Comunismo e defesa do Integralismo. Nesse contexto, os escritos da época favoreciam as oligarquias rurais e por cadeia favoreceu o fortalecimento da família “Pessoa”.

A partir desses pressupostos algumas questões se fizeram sentir. Como se representava uma memória escrita oficial dos “Pessoa” perante a sociedade na década de 30 do século XX? Nada mais justo, pois, do que nos remeter a primazia da imprensa à época, representada pela figura do jornal escrito, que, por mais elitizado que fosse o acesso traria para o rumor social a perspectiva das grandes personagens e eventos daquele momento.

Quando falamos na elitização dos jornais não significa dizer que tais leituras não chegassem àqueles que não o liam, a bem da interpretação acreditamos que, ao contrário, o fato dos jornais circularem entre membros da elite potencializava ainda mais a capacidade de

⁸A tradição oral aqui falada faz referência a como se comenta os textos impressos e não como a fonte trabalhada nesse trabalho.

construtor de memórias em virtude de que a grande população recebia as mensagens dos jornais já filtradas e interpretadas dos que a eles tinha acesso. Para a família Pessoa a existência dos jornais impressos foi emblemática por trazer à tona representações desejadas de sua família, erguendo, assim, intencionalidades, desejos, sentimentos com os quais eram afeitos e dos quais queriam deixar rastros para gerações.

No entanto, analisar escritos de jornais não é simples. O Historiador não procura nestes as informações que lhe levem ao passado naturalizado, dado por uma coincidência do fluxo da História, nada para nós, é casualidade. Dessa forma procuramos perceber as formas com que os impressos da década, mais especificamente o jornal *A Imprensa*, traziam em suas páginas observações, reportagens e notícias que ajudaram a fomentar a memória e o poder político da família Pessoa na cidade de Umbuzeiro.

Os “Pessoa” foram ladrilhando sua legitimidade em Umbuzeiro a partir do fato que estavam em plena construção memorial no estado, depois da morte de João Pessoa. Isso pode parecer algo simplório, pois, se a caminhada no estado já era em larga escala numa pequena cidade de onde era natural a família seria apenas uma consequência. Mas não é bem assim? O caminho de construção memorial necessita em nosso entender das ações, mas especialmente daqueles que afirmem que aquelas ações eram de fato “verdadeiras” no dizer histórico tradicional.

Através do Jornal e seus diversos leitores, a circulação do que era lido teve papel importante para dar legalidade a memória da família. Quando se via uma reportagem no jornal, a impressão corriqueira, de que de fato aqueles sujeitos nutriam de importância no estado e se assim era a cidade em que nasceram deveria tratá-los como grandes personalidades locais, nomes mais importantes da “História” do lugar. As edições de: *A Imprensa* passa a legitimar a importância desses personagens também no contexto local.

As construções dos símbolos, das ruas, das escritas memoriais, dos bustos completavam o seu sentido memorial quando numa instituição “importante” e “oficial” (os jornais tratados como lugares de verdades) se conclamava a confiabilidade e gratidão à família Pessoa. As reportagens e notícias nos desembocam no mundo em que as personagens dos “Pessoa” foram sendo percebidas pelos jornais na década de 30, daí compreender que muitos dessas estratégias acima eram resignificadas e anunciadas nos jornais para concretizar aquilo que já estava sendo postulado pelos poderes locais. A forma como os “Pessoas” eram representados nos jornais é sintomático para percebemos o quanto figurativa aquela família tinha se tornado na vida política do estado.

Ao encontrarmos muitas referências ao sobrenome “Pessoa” nas páginas dos jornais nos fez pensar como a construção memorial naquela cidade derivaria de várias facetas de produção, que transpassa a simples ideia de local e atingiria níveis que transpõem as fronteiras fixas da cidade. Dizer desse modo é perceber que muito do que foi produzido de imaginário oficial sobre a família e sua importância de poder deve-se à escrita jornalística que dessa maneira tem subsídio fundamental na grande engrenagem da memória, ela dava confiabilidade e poder de “verdade” aos discursos feitos e apresentados, naturalizando uma ideia de família e de poder político patriarcal para os “Pessoas”.

Capítulo II

3. “Uma dívida que se impunha ao povo desta terra”: A produção memorial da família Pessoa.

“Paisagem é cultura antes de ser natureza; um construto da imaginação projetado sobre a mata, água, rocha. No entanto, cabe também reconhecer que, quando uma determinada ideia de paisagem, um mito, uma visão, se forma num lugar concreto, ela mistura categorias, torna as metáforas mais reais que seus referentes, tornam-se de fato parte do cenário”.⁹

A ideia de patrimonializar Umbuzeiro certamente não era tão clara na cabeça de seus idealizadores, mas a construção de espaços concretos na cidade transformou as categorias da paisagem e os prédios públicos e bustos passaram a fazer parte do cenário, da imaginação, das vivências, das memórias, do social e fazer menção direta a um referente, a família Pessoa. Esses espaços tornaram-se parte da tradição, persistiram, foram celebrados, serviram aos personagens a que eles referiam, moldaram-se a memória social de Umbuzeiro, prestaram-se ao uso da família enquanto bem cultural da cidade.

O caráter comemorativo e a memória introjetada nesses espaços fizeram com que os mesmos assumissem a própria forma de paisagem da cidade. Uma ideia que se materializa na realidade; uma ausência que se transforma em presença, a memória se transforma em

⁹ SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**; tradução Hilde-gardFeist, São Paulo: companhia das letras, 1996.

paisagem, a família se transforma em patrimônio. Vamos narrar esse percurso cheio de curvas como as que contornamos para chegar a Umbuzeiro, descendo e subindo as frondosas serras que rodeiam o Rio Paraíba, através do sentir, do caminhar pela cidade de 1930 e 1940, vez por outra daremos passos largos como em uma máquina do tempo para frente e para trás, mas vamos fincar nossos pés sobre o solo Umbuzeirense nestas décadas, pois acreditamos ser nesse espaço de tempo que a ideia de patrimonialização foi lançada, efetivada e sentida pelos sujeitos daquele espaço/tempo.

3.1 “Hora da saudade”: Morte e ritualística das almas da família Pessoa.

26 de Julho de 1930, inverno na cidade interiorana de Umbuzeiro, Paraíba. Em meio às altas serras a neblina recobria a paisagem, a temperatura máxima não ultrapassa os 20° graus, as pessoas se cobrem com seus casacos, guarda chuvas e desfilam nas ruas que vez por outra é coberta pelos serenos que vem e vão, molhadas as ruas das chuvas passadas retiram-se do armário as botas e botinas, os senhores que de muito vestem o branco passeiam com o preto e o marrom, as suas damas agradecem pela mudança de estilo, período de muitas chuvas e pouco sol são o cenário de Umbuzeiro nesse mês frio. As portas se abrem mais tarde, até o comércio trabalha mais preguiçoso e as notícias vão passando mais lentamente.

Ocorrências lamentáveis chegam junto aos cumprimentos desse dia, a terra que serviu de berço ao governador do Estado assistiu em “*desespero, a tristeza e o sentimento de orfandade*”¹⁰ pela morte anunciada do conterrâneo João Pessoa, todos queriam detalhes e explicações sobre o acontecimento que balançou todo Estado, saindo as ruas e em imediata direção à fazenda *Prosperidade* casa do primo e amigo, Carlos da Silva Pessoa, reconhecido político e ex-prefeito da cidade, os anseios eram por notícias e por prestar solidariedade à família enlutada, que recebia os amigos com emoção. Choro e “*as mensagens de pesar que partiam de todos os recantos do Brasil*”.

De prontidão rapidamente o sino da igreja-matriz ecoam as badaladas de finados, o som que sai propaga um eco estrondoso entre as ruas e sinalizam como um toque de recolher.

¹⁰A utilização das aspas durante o segundo capítulo faz referência a falas extraídas das fontes analisadas durante a pesquisa como: Jornal A imprensa 1930-1940, livro memorialista, “Umbuzeiro 100 anos” de José Eduardo Gomes. Assim, tomamos esta opção para não haver quebras na construção narrativa e de leitura do texto.

A “vencedora”¹¹, o mercado público e todos os estabelecimentos de comércio, as escolas e repartições públicas “cerram as suas portas e a bandeira do Estado da Paraíba é hasteada a meio-mastro, em sinal de luto”. A morte de João Pessoa se espalhou como fogo em pólvora e aqueceu as disputas políticas em todo Estado.

A construção histórico-cultural do “herói” João Pessoa surge no interior as lutas que antecederam o novo regime, cultuado pela população. Ao contrário das batalhas disputando o papel de “herói” da proclamação, João Pessoa não encontrou concorrente no tocante a ser “herói” da “revolução”. A aliança liberal na Paraíba, vitoriosa em 1930, dialogou, até internamente, do ponto de vista político e ideológico, mas nenhuma de suas alas abriu o nome de João Pessoa como “herói” de 1930. A partir daquele ano seu nome passou a denominar ruas, praças e avenidas espalhadas pelas capitais do Brasil, transcendendo os limites geopolíticos da Paraíba, considerando a dimensão nacional do símbolo-mor da Aliança Liberal (QUEIROZ, p. 42, 2013).

O processo de construção da imagem heroica de João Pessoa, problematizado por Luciano Queiroz, nos leva a pensar como a imagem da família Pessoa transpôs os limites regionais graças ao nome e aos acontecimentos que envolvera o mesmo na década de 1930,¹² nos dando base para pensar como este fenômeno aconteceu na cidade de Umbuzeiro. Fazendo uma breve análise dos jornais da época, como A União e A imprensa, é notável a quantidade de reportagens relacionadas¹³ à imagem especialmente de João Pessoa, são semanas inteiras que precedem a comemoração de aniversários de falecimento, são narrativas extensivas e programações de semanas e dias dedicados à memória do mesmo.

¹¹ Loja de tecidos e aviamentos que registrava diversas filiais em todo estado na década de 1930. O prédio com o nome da loja ainda se encontra na cidade assim como o da loja “A primavera” que revendia sortimentos de fazenda e miudezas, está última data 1926. Hoje a primeira é uma residência e a segunda um restaurante.

¹² A década de 1930- 40 no Brasil é marcada pelas disputas políticas e pela efetivação de Getúlio Vargas no comando executivo nacional. Contudo a Paraíba, em relação a outros Estados, vê-se mais enfaticamente mexida dada a participação de João Pessoa (como candidato a vice-presidente na chapa Getulista) em todo esse movimento. E ainda mais atribulada em face ao assassinato do mesmo. Todo esse contexto fazia que o Estado vivesse a dor, sendo o sofrimento um elemento de luta, heroicização e principalmente de simbologia daquele momento. Desse modo a década de 1930 na Paraíba é permeada por homenagens múltiplas a João Pessoa e sua família, já reconhecida oligarquia local, que ganham cada vez mais visibilidade no território Paraibano.

¹³ Nas pesquisas realizadas nos jornais “A união” e “A imprensa”, encontramos diversas reportagens ligadas a família Pessoa. Principalmente após 1930 João Pessoa recebia semanas de reportagens em homenagem a seu aniversário de morte. Assim como reportagens das viagens e ações de Epiácio Pessoa e das vindas de Carlos Pessoa a capital do estado pra assuntos administrativos, mas também de lazer. Destacando a visibilidade que essa família tinha nesse período.

As mais diversas instituições eram imbuídas de, em seus discursos, irem modelando a imagem e ao mesmo tempo ratificando as novas datas e transformações que a conjuntura social e cultural viva depois da morte de João Pessoa. Um exemplo disso é de como as escolas eram conclamadas a realizar homenagens naquele dia de aniversário de morte, fazendo-se utilizar a educação como notório produtor memorial.

Diversas eram as comemorações realizadas na capital do Estado, mas também em algumas outras cidades do interior, lembrando, ou tentando lembrar, a disseminação da imagem de personagem patrimonial/memorial que se tornara João Pessoa. Ao passo em que apareciam grandiosas reportagens sobre João Pessoa, iam entrando nos caminhos do falar popular, através da circularidade de leituras e reproduções orais, uma imagem que se desprendia dos sujeitos e concatenaria uma força dada à família no Estado. Este personagem fez com que o sobrenome Pessoa fosse sendo naturalizado nos jornais da época, fazendo com que a notoriedade chegasse aos ouvidos dos populares e das elites.

Os três primeiros dias se arrastaram não tão diferentes dos outros de inverno, o frio aumentava a noite e o dia amanhecia com muita neblina, o sol aparecia discreto em seguida, horas chovia, horas reaparecia o sol, o vento forte tão característico das altas serras umbuzeirenses¹⁴ deixava tudo ainda mais frio, a paisagem de um verde resplandecente escurece como se dia fosse noite pela forte neblina, que parece um grande véu branco quando o sol o toca. O sentimento era de luto absoluto, 3º dia de falecimento o vigário “*Pe. José Vital Ribeiro Bessa, conclama o povo para a missa de ‘réquiem’, a ser celebrada na Igreja-Matriz*”. A celebração foi preparada com o requinte de grande pompa, discursos de engrandecimento á alma, condolências à família Pessoa e uma marcha fúnebre preparada e executada pela regência do maestro da cidade Zé Souto.

Em Umbuzeiro, oito dias de luto oficial e o clima que se estendeu nas semanas seguintes foi de cortejo ao sepultamento, as homenagem seguiram em todo Estado e a cidade natal não fazia diferente. Ergueu-se um busto de bronze com o nome do mártir de 1930 em uma praça que recebeu igualmente seu nome, nesta todos os anos desde esta década o ato de comemorar sua memória se repete. A cada 26 de julho, uma grinalda de flores é pendurado no pescoço do saudoso João Pessoa petrificado.

¹⁴ Umbuzeiro é uma cidade do interior Paraibano em meio a serras, o que faz de lá o lugar frio em algumas fases do ano, se comparado as outras regiões interioranas do Estado. Para o contexto Paraibano é conhecida por ser um lugar de clima frio devido sua altitude.

FIGURA 02 - Busto Praça João Pessoa, Umbuzeiro - PB



Fonte: Acervo Pessoal, Laís Santana, 2014

Em relação aos monumentos que foram dedicados à memória de João Pessoa após sua morte, o de Umbuzeiro poderia até ser considerado modesto, porém, diferentemente de outros, este a cada ano se reveste ainda mais de simbologia, não apenas representa, mas materializa e comemora a memória de João Pessoa e por tabela da família que se faz presente por comemorar. Estranho seria um 26 de julho que não nos deparássemos com aquela grinalda. Isso comunga com a ideia de naturalização de memória, pois, as gerações posteriores nas rotineiras ritualizações concebem tal evento como natural, reativando ideias de origem, de mitos fundadores daquela cidade. Ora, se aquele sujeito recebe homenagens em um busto significa dizer que para cidade ele é uma personagem de válida importância e de importante significado.

A própria escrita colocada no busto constitui a imagem desejada para aquela homenagem. Fala-se de uma personagem montada para inspirar a partir da menção ao “Símbolo de justiça, intrepidez e civismo”. O monumento entregue ao povo de umbuzeiro exige desse o reconhecimento da generosidade daquele homem. Trata-se de mais um membro da família pessoa cuja memória é entrelaçada aos valores significativos, no norte sociocultural da época. Além de estabelecer a relação entre povo distante, mas acolhido pela generosidade

daquele grande personagem. As palavras postas no busto nos parecem ser minuciosamente pensadas a fim de imortalizar não o personagem em si, mas uma idéia sobre ele.

O aniversário de morte, anualmente comemorado nos faz pensar em como a construção heroicizada ainda se mantém no imaginário das pessoas, ou seja, em como a memória de 1930 foi continuamente sendo alimentada na medida em que certos ritos a estruturam. Os rituais como o que vemos acima são de extrema importância para construção de um poder memorial familiar.

A morte por si já representa uma grande marca para qualquer humano, contudo, a mesma deve ser reconhecida em seus meandros, em especial, quando se trata de alguém que deva ser lembrado. Sim, ser lembrado, porque mesmo a morte tem uma conjuntura de esquecimento e lembrança. O ritual do pós-morte de João Pessoa tomou a proporção do além familiar, se conclama em 1930 a participação de todos os “filhos” de Umbuzeiro a criarem um vínculo entre a cidade e esse personagem de família Pessoa.

Há de se mencionar que a relação da família pessoa com a religiosidade é marcante no decorrer do nosso estudo, seja para comemorar momentos de festividade, natalícios, apadrinhamentos e/ou de falecimentos na família. É preciso analisar o exercício de interligar aspectos religiosos com sujeitos “importantes” da cidade, no caso João Pessoa e a própria família, visto que, a religião exerce, em uma cidade de interior na terceira década do século XX, uma grande influência ideológica. O evento que vamos narrar faz confluír que havia uma utilização da instituição religiosa local para fins de comemorações e festividades, bem como para a teatralização oficial da morte das personagens familiares dos “Pessoa”.

Julho de 1937 é Inverno em Umbuzeiro, ruas molhadas das chuvas passadas, a neblina recobre e o frio retira os agasalhos do armário. As 8h da manhã todos já se encontram na igreja para receber do cônego Ramalho as primeiras bênçãos do dia, o piso da Matriz todo recoberto por marcas das botas muito trabalho dará para ficar novamente limpo e pronto para a missa dominical, afinal hoje ainda é sábado e porque tantos já se reúnem na igreja? É a missa em “*sufrágio da alma do inolvidável estadista*” João Pessoa.

“Se as missas realmente conduzirem os espíritos a Deus, a julgar pela quantidade das celebradas pelos quatro cantos do Brasil, João Pessoa, certamente, deve ter chegado direto ao céu sem conhecer sequer o purgatório.”(QUEIROZ, p.45, 2013).As missas em todo o país eram noticiadas pelos jornais, em Umbuzeiro igualmente se repetiam o apelo religioso que fortemente marca a sociedade brasileira, especialmente nesse período, de tradição católica é

destacado por Queiroz (2013) que aponta para essa análise do campo simbólico das celebrações e rituais de morte que acompanharam o personagem João Pessoa.

Logo após o encerramento da celebração todos os fiéis dirigiram-se a Praça “*onde se encontra o busto desse notável paraibano*” e na mesma iniciou uma série de homenagens realizadas onde “*as crianças devidamente uniformizadas e formadas depositando flores no bronze que eterniza a passagem útil e proveitosa do imortal João Pessoa pela terra que lhe viu nascer*”. Ainda era cedo, por volta das 6h da manhã, sob a garoa que quase sempre marca os dias de Julho, “*o hasteamento da bandeira nacional no grupo desta vila*” foi feito e fala na ocasião “*o professor Emilio Chaves*” diretor da instituição. Reunidos em praça pública tomou a fala o Promotor “*Dr. Josué Farias*” que como orador oficial com eloquência destacou as “*qualidades do extraordinário João Pessoa*” falaram também dois alunos do grupo escolar.

Já era noite, por volta das 20h, quando se encontrava no “*salão do grupo escolar*” umbuzeirenses “*anteriormente convidados*” para uma solene reunião que contava com a participação das “*autoridades federais, estaduais e municipais*” e do prefeito “*Dr. Carlos Pessoa*” que após o hino nacional abriu a sessão, dando “*a palavra ao orador oficial o reverendíssimo Cônego Antônio Ramalho*” que realizou uma “*conferencia que versou sobre a personalidade do grande morto*” sob grandes aplausos e parabéns pelas belas palavras o vigário terminou sua fala dando a vez aos alunos da professora “*Ivone Souto*” que com orações “*chegou a impressionar e comover*” avivando cada vez mais a “*saudade transparecida no semblante dos conterrâneos de João Pessoa*”.

João Pessoa foi lembrado com “*honestidade e civismo*” na fala de Josué Farias que “*emocionado*” diz que o conterrâneo nunca “*morrerá da memória dos brasileiros e particularmente dos paraibanos*”, encerrando a solenidade agradecida “*Dr. Carlos Pessoa*” se apresenta na “*qualidade de parente do morto e de prefeito*” e demonstra o quanto aquela “*homenagem dos umbuzeirenses que tanto o emocionou e tanto demonstraram espírito de patriotismo e saudade perene por aquele que deu a vida pela Paraíba*”.

As falas descritas acima nos fazem refletir. João Pessoa sempre é lembrado com Patriotismo e Civismo, dois conceitos muito interessantes se pensados na conjectura das décadas de 30 e 40. Talvez ser lembrado hoje com estas adjetivações não seja uma estonteante homenagem. Mas, para a imagem pretendida pela política nacional da época isso era fundamental. O Brasil passava por um período cuja busca por uma identidade nacional era

uma bandeira de luta do governo Getulista.¹⁵ Pois bem, nas falas que trazemos (do aniversário de morte de João Pessoa) o que se percebe é a junção do imaginário de herói patriótico brasileiro com a referência ao lugar de “essência”, particularmente a Paraíba e a cidade de Umbuzeiro. Na fala do Cônego é como se Umbuzeiro devesse homenagear seu filho que deu a “vida” por todos. Um apelo de vínculo notadamente político e religioso.

As comemorações de apelo religioso quase sempre se articulavam aos ritos cívicos, onde as instituições levantavam programações que se estendiam durante todo o dia, em Umbuzeiro principalmente o “*Grupo Escolar*” preparava seu alunado para o evento, o depósito de flores no busto pelos alunos, 1937 transforma-se em uma estratégia de patrimonialização de grande valor patrimonial para família pessoa que sustenta essa prática até os dias atuais.

Percebemos que o interesse em rememorar a morte de João Pessoa era da família com o objetivo de solidificar seu nome, mas envolvia principalmente uma elite local que se torna imprescindível para manutenção e perpetuação de poder político da família. Essa elite provavelmente beneficiada por esse conjunto político participava ativamente dessas comemorações, os alunos do colégio eram aqueles mais abastados que tinham condições de comprar fardamento e materiais didáticos, as falas partiam sempre de professores, e de algum membro de cargos públicos ou do próprio padre, termos como “*anteriormente convidados*” já monta um cenário mental daqueles que compunham o “*salão do grupo escolar*” nas noites de comemoração.

A Imprensa, assim como a mídia jornalística daquele período em todo Estado, passava em suas reportagens um verdadeiro ânimo de comoção, palavras como emocionado, agradecido, comover produziam um efeito de consternação daqueles que falavam e agiam nas homenagens, esse era um discurso praticamente unânime quando se fala em discurso impresso nos jornais sobre João Pessoa assim como honra, honestidade e civismo, todas elas compunham o esforço para produção do personagem João Pessoa como “*mártir de 1930*”. Indo um pouco mais à frente, percebemos que o ex-presidente marcou muito mais espacialidades, principalmente após o centenário do seu nascimento em 1978, como lembra Gomes,

No dia 24 de janeiro de 1978 tivemos a abertura do festejo do centenário do nascimento do grande filho de Umbuzeiro e Ex-presidente da Paraíba, João Pessoa, assassinado em 26 de julho de 1930, na confeitaria gloria, na cidade de Recife-

¹⁵ Ver mais em : CARVALHO, José Murilo. Brasil nações imaginadas. In : **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

Pernambuco. [...] foram inauguradas na oportunidade as seguintes obras grupo escolar Maria Pessoa Cavalcante, Escola estadual de segundo grau – Presidente João Pessoa. Houve também queima de fogos de artificios e outras atrações (GOMES, p. 117, 1995).

Oficializada no nome da praça, no busto, na escola que recebe seu nome, nas festividades religiosas e cívicas em sua memória, posteriormente, na casa de sua infância que foi transformada em museu, na bandeira do município que preserva as cores da bandeira estadual e representa o luto à sua morte, no 26 de julho que tornou-se feriado municipal em sua homenagem. João Pessoa é em memória sem dúvida na cidade de Umbuzeiro um bem cultural-memorial como nenhum outro.

Todos esses enunciados já citados produzem uma memória e uma imagem do João Pessoa, mas também da família como personagens de referência à história local, os discursos sobre a cidade passam a ser discursos sobre os personagens, a cidade deixa de ser a referência, o patrimônio não está no modelo arquitetônico dos prédios, nem na cultura local dos pastoris, das vaquejadas, etc. Tão pouco na tradição religiosa, mas nos personagens políticos que produzem, perpassam e são mote para esses enunciados.

Quando trabalhamos o sentido patrimonialização de pessoas, estamos imbuindo no personagem valor patrimonial, onde a linha principal da teia de enunciados é em si a memória construída sobre os mesmos. Essa memória exercitada por diversas estratégias serve para construir sentidos, usos e significados a um personagem e o transforma em “bem” patrimonial através dos laços de pertencimento com o espaço, com a cultura e a identidade social.

Como prática do vivido o espaço da cidade de Umbuzeiro narra para nós uma memória referenciada nos lugares, como suportes de memória, mas que também transcende a isso, pois se apresenta como transposição de gerações, fluxo de saberes que constituem e asseguram o valor patrimonial desses personagens através de laços de pertencimentos exercitados pelas experiências e as diferentes formas de se relacionar com o mesmo.

Falar dessa maneira é entender que a memória se constrói numa grande teia de acontecimentos e representações, construídas com o intuito de potencializar e/ou esquecer determinadas coisas, ofertando a possibilidade implícita ou explícita de erguer uma conjectura de lembranças e esquecimentos. Isso nos leva a crer que, iniciando em 1930 com as comemorações ao personagem João Pessoa, a família pessoa investiu fortemente na produção memorial da família e que muito foi esquecido e silenciado a fim de produzir uma memória oficial da cidade marcada pela mesma. Não nos interessa aqui julgar se a memória produzida

traduz ou não à identidade local, mas sim analisar como os personagens da família revelam valor patrimonial e constituem a memória da cidade graças ao investimento memorial da mesma.

Trinta de Agosto de 1938, as chuvas vão escasseando, mas o frio permanece forte com muito vento, os dias finais de agosto assim como o mês de setembro costumam ser os mais frios da cidade, no entanto, quase não chove, faltavam ainda dois meses para chegada das celebrações de morte do Cel. Antônio Pessoa, mas o jornal *A imprensa* já noticiava: “*O próximo aniversário da morte do Cel. Antônio Pessoa – o resgate de uma dívida que se impunha*”; uma honrosa matéria onde relatam-se as homenagens dedicadas à memória de Antônio Pessoa na cidade de Umbuzeiro. Com destaque especial para a inauguração de um busto do homenageado colocado em uma praça, que, por sua vez, também recebe o nome do mesmo.

O dia 31 de outubro assinala uma data de muita recordação para Umbuzeiro. Mais um aniversário de morte do Cel. Antônio Pessoa, o maior bem feitor dessa terra. Não é somente a família do ilustre desaparecido, que se cobre de luto para comemorar aquela data; todos umbuzeirenses sentem também, a dor lancinante da saudade e chora igualmente a perda irreparável, desse grande amigo (A IMPRENSA, 30 de agosto de 1938).

Nas palavras do jornal a perda era irreparável e de todos, durante toda a narrativa da homenagem prestada ao “*ilustre desaparecido*” a ideia é de luto coletivo e dor compartilhada, a ideia de família Pessoa desaparece nesse momento para dar lugar a outra espécie de família, a umbuzeirense, ou se mais profundamente interpretado todos por aquela “*dor*” eram a mesma família pessoa. Aquele grande homem, que mais parecia um herói no ano de 1916 relatado pelo jornal, ressurgiu aqui imortalizado em um busto de bronze. Como?

Por que choramos nós, e não de chorar os nossos pósteros? Simplesmente porque o bem que se faz, o benefício que se realiza, não é somente para uma geração, mas, sucessivamente, para todas as gerações que participam d’aquela benevolência. Umbuzeiro de hoje, como Umbuzeiro de futuro, viverá sempre, da gloriosa tradição deixada pelo inolvidável pranteado do dia 31 de outubro, que em vida foi um prefeito de virtudes cívicas e morais (A IMPRENSA, 30 de Agosto de 1938).

A notícia retrata sem nenhum esforço de argumento as intenções finais da celebração de morte e a aposição do busto em homenagem ao Cel. Antônio Pessoa, imortalizar, fazer lembrar uma memória que atravesse gerações, deixando para os “*pósteros*” marcas da

gratidão prestada ao benevolente personagem, à ideia de “*benfeitor*”, de “*benefício*” demonstra o caráter da política naquele período, marcada pelo assistencialismo, onde o representante era destacado pela sua bondade, pelo benefício concedido à população, a troca do que era entendida por favores, a ideia de direitos era muito restrita e as melhorias e empreendimentos que eram na verdade direitos dos cidadãos eram interpretados como benevolência daquele que estava à frente da máquina pública.

Ressaltado ainda a “*gloriosa tradição*” traduz o que de fato estava por trás de toda aquela celebração, a perpetuação de uma imagem de poder e de representantes políticos ligados à família pessoa, o busto passou enunciar e transmitir uma memória entre o “*Umbuzeiro de hoje*” e o “*Umbuzeiro do futuro*” e nessa articulação produzir e formar continuidades, e este sim “*sempre viverá*” operando como uma referência simbólica para comunicar uma memória, atribuir sentido e significados ao espaço da cidade.

Tratava-se não apenas de mais uma comemoração de aniversário de falecimento, a próprio termo “*próximo*” nos permite inferir que este evento era todos os anos celebrado. Porém, a celebração de 1938 oficializa uma memória a ser lapidada no espaço da cidade de Umbuzeiro. O coronel Antônio Pessoa, passou a ter neste ano, quase um quarteirão em sua memória, falamos aqui de um busto, um grupo escolar e uma praça com seu nome.

Um bem acabado busto herna, do Cel. Antônio Pessoa, oferecido pelo povo de Umbuzeiro, e inaugurado naquela ocasião, pelo digno prefeito do município Dr. Carlos Pessoa, em uma das mais lindas graças da cidade, em frente ao Grupo Escolar que tem seu nome homenageado (A IMPRENSA, 1938).

A praça passava a ser mais uma produção que se vincularia ao nome da família Pessoa, mais uma que levará a ideia de poder construída na política para as ruas da cidade, isso ocorre com a feitura de locais públicos de visitação, que naquela época eram um dos maiores espaços de convivência da cidade, dando-a uma forma intrinsecamente comemorativa das “*glórias*” da família e também se propunha a manutenção memorial.

O que se percebe é que os espaços urbanos em Umbuzeiro vão sendo moldados e em grande número sendo transformados para serem elementos de trabalho de memória. Os espaços são entendidos nesse trabalho para além de meras construções arquitetônicas objetivas, mas sim, como espaços em constante movimento que recebem influências múltiplas. Os espaços podem ser subjetivos em sua objetividade, e por isso, podem ser mudados, as praças e ruas são dessa forma, conceitos, além de suas funções, pois, galgam em

si mesmo projetos, sejam individuais ou coletivos. Os espaços urbanos como ruas e praças, por exemplo, nos falam muito do que as pessoas pensam sobre determinados assuntos além de serem expressões de determinados momentos, haja vista, a preocupação política com os mesmos, sendo estes símbolos que apresentam a cidade e seus personagens.

Os espaços urbanos, dessa forma, são dados numa relação de estratégias em sua construção, notadamente de discurso político patrimonialista nos casos mencionados de Umbuzeiro. Contudo, eles passam a ser vividos e no dizer de Certeau (2008), interagem com as ações dos sujeitos fazendo com que ele sejam praticados, vivos e metamórficos. A construção de um busto ou a mudança de um nome traz na interface do evento a presunção de que aquilo se anexará aos sistemas simbólicos da arte e da linguagem compartilhadas pelos sujeitos Umbuzeirenses. É nessa perspectiva que o busto e o nome da praça de tornam um capital simbólico daquele lugar e no cotidiano disseminam uma imagem que se enraíza silenciosamente na cultura local.

O busto que passou a ornar a praça que fica à frente do grupo escolar é uma das estratégias mais utilizadas pela família Pessoa, quando a ideia é comemorar, tendo em vista que muitos dos personagens políticos da família Pessoa receberam em sua homenagem um busto em uma das praças da cidade. Simbolicamente, essas praças passaram a representar um *lugar de memória* como nenhum outro, afinal, além de delimitar o espaço torna-se presença na ausência, um verdadeiro monumento.

Apesar dos anos que já haviam se passado desde a morte de Antônio Pessoa, e seus feitos, deixando de serem lembrados pela força dos anos, as comemorações em sua memória em Umbuzeiro estavam ainda mais em voga. Carlos Pessoa, filho do mesmo, tomou para si a missão de não deixar que os anos apagassem a memória da família Pessoa, principalmente a de seu pai, era por demais importante para Carlos Pessoa deixar claro que a família Pessoa não havia deixado de existir, nem antes nem depois de João Pessoa.

Para fazer parte ou não deixar de fazer parte do movimento político a memória da família Pessoa deveria estar bem registrada e lapidada, sobretudo na cidade que serviu de berço para uma linhagem sempre lembrada na política paraibana. Pelo menos assim nos deixam transparecer as intenções de Carlos Pessoa, pelo seu grande esforço por uma memória familiar: “*O próprio Carlos Pessoa se dizia herdeiro dessa tradição política, pessoa, aprendiz da escola cívica de Antônio, Epitácio e João Pessoa*” (GOMES, 1995, p. 78).

Essa herança era reforçada na fala do “*A Imprensa*”, quando diz que se a cidade está fluindo de “paz, harmonia e progresso” era graças ao reflexo “*daquela grande alma*” que “*se*

transmitiu a seus descendentes”, o elogio era ao Cel. Antônio Pessoa, mas refletia diretamente na administração de Carlos Pessoa, o então prefeito e filho do mesmo, que por sua herança e tradição política respondia aos exemplos da família. Porém, o jornal ia mais longe, a intenção era apontar todos os umbuzeirenses como integrantes daquele mesmo laço afetivo de pertencimento à família. Como já destacamos os laços de pertencimento são fundamentais para as estratégias de patrimonialização, por isso completava: “*à toda esta gente umbuzeirense, e agora unidos, filhos e conterrâneos, procuram honrar a memória sagrada do seu inesquecível benfeitor*”. Como em 1916 nas homenagens de morte, o Cel. Antônio Pessoa, recebe aqui referência de divindade “*memória sagrada*” que dava ao personagem honras de homenagens e ao lugar honras de visitação como é feito ao busto de João Pessoa.

As programações daquela cerimônia contavam ainda com a celebração de uma missa solene na Matriz pelo vigário da vila, para inauguração daquilo que seria a “*manifestação de profundo reconhecimento e saudade*” ficando assim paga a dívida anunciada pelo título da notícia. O jornal termina sua notícia com a seguinte frase “*E assim, fica resgatada, uma dívida, que se impunha ao povo desta terra*”. Quem impunha? O que estava afinal sendo pago? Uma frase emblemática se enrola, como se natural fosse que o “povo” de Umbuzeiro devesse homenagens aos sujeitos de sobrenome Pessoa. Sorrateiramente nos parece que a morte de algum da família começava a ser a destruição dolorosa de um pedaço da cidade.

“*Oferecido pelo povo de Umbuzeiro*” nos soa duvidoso, não encontramos relatos de doações feitas para construção de tal monumento, mas sim, claras evidências em notícias do ano de 1937 que o busto fora erguido pela Prefeitura junto com a praça a qual o mesmo se encontra, a frase de efeito seria, oferecido ao povo de Umbuzeiro, já que a mesma era conclamada a participar do momento, “*unidos*”. O que deveria ser pago ao discurso do jornal seria a benevolência do Cel. Antônio Pessoa, que ao que consta só assume como chefe político de Umbuzeiro em 1903 por nomeação graças ao pedido de Epitácio especialmente para “*livrá-lo de uma posição precária numa rixa local com o chefe partidário anterior de Umbuzeiro, o coronel Sindulfo Cafalange*” (LEWIN, 1993, p. 247,) até então ele era um grande proprietário de terras em Umbuzeiro, passando a ser chamado de Cel. e como tal exercia atividades referentes aos homens de terras usando a força coercitiva e do assistencialismo próprio da época.

Por isso mesmo somos levados a crer que muitos mandos e desmandos devem o mesmo ter praticado na região, oposição e rixas com lideranças, mas também com a população em geral que pode ter dado a este não ser visto com bons olhos, assim como seu

poder econômico pelas relações paternalistas e assistencialistas fez dele benfeitor naquela região. No entanto, sejam quais tenham sido as atitudes tomadas pelo Cel. Antônio Pessoa enquanto governo municipal nesse período, nada mais foram que deveres enquanto administrador público não devendo ser pago coisa alguma, nem gratidão rendida ao mesmo.

Quem impunha? Se nada deviam porque a consciência de dívida se faria? quando se fala em “*resgate*” pressupõe-se que algo era deixado para trás e/ou esquecido. Analisamos neste trabalho que o retorno de Carlos Pessoa ao executivo municipal trouxe consigo investidas de restauração e conservação da família enquanto representativa política, iniciar pela memória do pai foi a estratégia primeira do então prefeito, a memória do primo já tinha seu espaço era necessário alavancar essas memórias em direção da família e assim solidificar a mesma. Resgatar o Cel. Antônio Pessoa era marcar a linhagem primeira e a descendência mais direta para Carlos Pessoa chegar ao seu objetivo de transformar sua família em bem patrimonial da cidade. Essa dívida era na verdade uma cobrança da família sobre ela mesma, que foi estendida à população como parte de um todo, uma cobrança da família sobre a memória da cidade.

3.2 *Aquela que era feliz demais: Festas e comemorações em Umbuzeiro – PB*

Vinte de março de 1916 o Jornal “*A imprensa*” celebra com palavras de felicitação ao natalício do “*Exmo. Sr. Cel. Antônio Pessoa*” que ocorrerá no dia 17 do corrente mês naquele ano. Antônio Pessoa nesse período encontrava-se presidente do Estado e gozava de boa reputação diante da administração pública segundo o jornal. “*Atreito aos negócios administrativos e zelador estrênuo da confiança dos seus governados, o cel. Antônio Pessoa muito se tem preocupado com a boa marcha dos interesses coletivos, moldando seus atos na intenção de bem governar*”.

Enquanto liderança política e personagem público, Antônio Pessoa era relatado como um dos principais nomes na política paraibana “*S. Exmo. é um dos patrícios mais em evidencia no atual momento*” chefe partidário de Umbuzeiro desde 1903, e próspero proprietário de terras e gado na região desde sua infância, o irmão preferido de Eptácio Pessoa, Antônio Pessoa teve vantajosa influência para ascender à posição de deputado na assembléia estadual de 1908 e, conseqüentemente presidente da Paraíba em 1915¹⁶.

¹⁶Informações contidas em : Lewis, Linda. Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar; tradução André Villa lobos, Rio de Janeiro: Record, 1993.

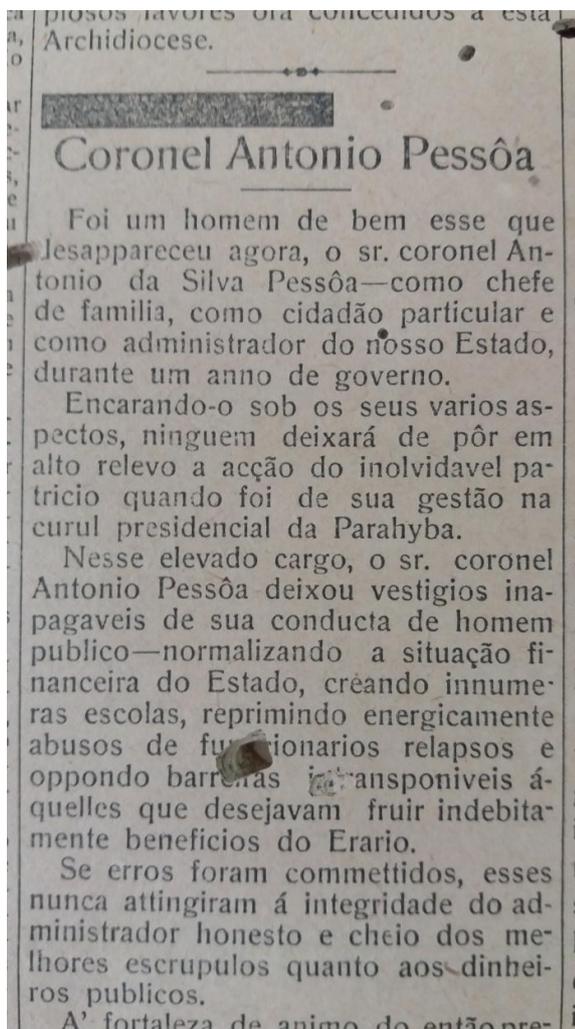
Antônio assumiu assim a postura de chefe político que mesmo sendo ignorado de suas potencialidades intelectuais pelo seu tio Barão de Lucena, sendo designado aos 11 anos de idade para lidar com gado nas terras de seus pais, ele se mostra anos depois como a “*única pessoa em que o futuro patriarca política da Paraíba confiou irrestritamente*” desempenhando em suas “*altas investidas políticas e pelas qualidades excepcionares que ornaram seu caráter de homem público*” o papel de supervisionar a política local do Estado, enquanto Epitácio concentrava sua atenção no plano federal como senador.

Inseparáveis quando crianças, Antônio e Epitácio permaneceram os mais próximos entre os cinco irmãos Silva Pessoa. Tendo sempre feito o papel de irmão mais velho protetor com relação a Antônio, Epitácio viu nele parceiro quando a política na Paraíba reorganizou-se como um “negócio de família” dos Pessoas, em 1912-1915 (LEWIS, 1993, p. 247).

Ao que consta aos relatos do “*A Imprensa*” Antônio Pessoa entrou na vida pública e assegurou no mesmo lugar de destaque, tomando projeção e prestígio político “*Da sociedade parahybana recebeu o Sr. exc. Provas inequívocas de acendrada amizade e profundo respeito de seus admiradores*”. O Cel. Antônio Pessoa tornou-se vice-governador do estado junto a Castro Pinto em 1912, que renunciou por “*absoluta frustração pessoal*” segundo a autora Linda Lewin, não houve nenhuma manobra política de Epitácio para ascender seu irmão ao governo de Estado, porém a renúncia de Castro Pinto recebida com grande alívio em “*todo lugar-tenentes de Epitácio na Paraíba*”, favorecendo a um clima de estabilidade nas sucessões governamentais, acabando com as crises de dissidências que se arrastaram nos anos precedentes, sob a tutela da oligarquia epitacista, sucedeu Castro Pinto em Julho de 1915, Antônio da Silva Pessoa, “*a pessoa adequada para governança*”.

Com grande talento para contabilidade e atento ao rigor fiscal do Tesouro do Estado da Paraíba, o Umbuzeirense marcou seu breve governo, de apenas um ano devido a piora de suas condições cardíacas, levando o mesmo a renunciar em agosto de 1916, chegando a falecer em 31 de outubro do mesmo ano aos 52 anos de idade. Na ocasião de sua morte o Jornal “*A imprensa*” elaborou uma distinta reportagem, utilizando também o texto do jornal “*Diário do Estado*” para saudar o “*patricio*” administrador do Estado.

FIGURA 03: Jornal A Imprensa – 02 de Novembro de 1916



Fonte: IHGP - João Pessoa, 2017.

A fonte nos apresenta claramente um discurso fortemente marcado pelas honras a um cidadão de grandes qualidades civis e administrativas, o caráter, personalidade e o representante familiar são destacados a fim de produzir sobre o personagem a imagem de homem “*modelar*” exemplo de “*homem público*”. É essa memória que se quer salvaguardar nos jornais e que mais tarde será usada para produzir um patrimônio memorial da família, por seu filho Carlos Pessoa.

O coronel Antônio Pessoa teve em sua morte um destaque ainda mais extensivo, pois recém-titulado presidente do Estado teve que abandonar o cargo por motivos de saúde e em seguida faleceu, a morte foi marca decisiva na projeção do personagem como homem público

sem manchas de desvios na gerência da coisa pública, as ressalvas eram de “*coragem*”, “*equilíbrio*”, “*salvamento*”, a morte elevou Antônio Pessoa a subir os degraus do coliseu e entre deuses ou heróis achou seu espaço nos idos de 1916 e no discurso do “*A imprensa*”.

Seguindo, a reportagem projetava a imagem de Coronel Antônio Pessoa como personagem libertador que tinha como propósito “*superior de nos libertar*” dotando-o de “*gesto de heroicidade*” empenhado em solucionar a todo custo os problemas e “*escândalos*” que constituíram o inventário anterior do estado, esse homem de que fala “*A imprensa*” era exemplo de força que arcava com os abusos “*viesses donde viessem*” e assim “*dignificando as suas responsabilidades de detentor do poder executivo*”. Por certo esse personagem criado para a página do jornal se alicerçou na cabeça de muitos paraibanos do período, homem de “*poder*” e “*resistência*” como uma esperança que se fora tão logo.

No meio de tantos falhos e incapazes que vivem a transigir, por imposição uma mal entendida solidariedade, com os mais graves preceitos de ordem pública, um homem forrado desse poder de resistência assume um extraordinário valor aos olhos dos que ainda confiam na cura do regime (A IMPRESA, 02 de novembro de 1916).

Remédio ou não o que ficou cravado na memória daquele ano foi de um líder político e “*chefe de família modelar*” que como homem será lembrado como “*laborioso*” e “*honrado*”, como representante político como “*um vulto a exercer benéfica influências nas cousas políticas regionais*” e ao processo de patrimonialização enaltecia e se tornava referência para a “*ilustre família*”, que terá nesse nome uma das marcas de sua memória enquanto delimitador de lugares de memória.

Primavera de 1935 noticia a Imprensa: “*Grandes festas para posse do novo prefeito...*”. A década de 1930 que floresceu para família Pessoa com grande pesar, em virtude da morte do herdeiro da oligarquia Epitacista, desabrochou em muitas querelas que permearam a família pessoa, e deixou como fruto uma ruptura constatada na política paraibana. Renasce a esperança e a aliança em prol da política local, Epitácio como deputado estadual e Carlos Pessoa assumindo o executivo na cidade de Umbuzeiro.

Quarta-feira, comércio abrindo as portas, as ruas e as praças em Umbuzeiro certamente gozavam de um clima agradável apesar do sol vivaz, os ventos característicos daquele pico de serra não falham em um dia quente de primavera. O verde brilhante dos figos e dos ficus benjamin pintam o cenário balançando fortemente, imagino agora que os tecidos expostos às damas nas prateleiras da “*Vencedora*” certamente cobertos estão, escondidos da poeira que sobe das ruas de terra, pelo menos o linho tão apreciado bem reservado estará.

Nesse cenário regressava de Campina grande a Umbuzeiro o novo prefeito Carlos Pessoa, o “*Ilustre Umbuzeirense*” é aguardado por “*amigos e correligionários*”, chegando em sua terra natal acompanhado da família, esposa e os dois filhos, é motivo de festa e alegria. “*reinando muita alegria e entusiasmos em todos*” narra A Imprensa.

Muito dinheiro em caixa a loja de tecidos e aviamentos recebeu por esse mês, as costureiras e aprendizes de costura da professora Stela Correia Lima¹⁷ muito devem ter trabalhado para estarem em trajes de pompa e elegância presentes na programação da festa da posse. Mal chegara e os preparativos da seleta reunião de amigos de Carlos Pessoa já se anunciavam, a reunião era para poucos, mas as festividades para todos,

Havido sido eleito prefeito constitucional de Umbuzeiro, o Dr, Carlos Pessoa, para o dia da posse projeta-se grandes festas, (...) segundo se fala, no referido dia haverá um grande banquete, bailes públicos, entretenimentos, etc.(A IMPRENSA, 16 de outubro de 1935).

Segunda-feira 23 de dezembro de 1935 o verão mais vigoroso ficava e o dia acordava mais cedo, ao clarão rapidamente atinge as pontas de serra em Umbuzeiro. E “*logo cedo a população é acordada por duas estrondosas salvas*” que marcavam o início das festividades de posse do novo prefeito da cidade “*Dr. Carlos da Silva Pessoa*”, que, organizados com antecedência desde a chegada do mesmo à cidade em outubro de 1935, os atos do programa aconteceram com “*grande brilhantismo*”, segundo o Jornal “*A imprensa*” que narra com pormenores as notícias da solenidade. Segundo este tudo se deu com grande “*entusiasmo*” por creditarem ao novo administrador esperanças de “*paz, harmonia e trabalho*”.

Assistiremos aqui a construção de um personagem ilustre, desde sua chegada a cidade de Umbuzeiro até as marcas que deixou quando de sua morte, Carlos Pessoa é a representação máxima da construção patrimonial da família, enquanto responsável pela conservação e preservação da memória da família pessoa na cidade de Umbuzeiro. Analisando a trajetória política deste personagem em Umbuzeiro nos idos de 1930 e 1940, suas ações, suas projeções e intenções fazem da cidade um baú de memórias, endereçadas, intencionadas e arquitetadas a fins patrimoniais.

¹⁷ Informações contidas no livro: Lewis, Linda. Política e parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar; tradução André Villalobos, Rio de Janeiro: Record, 1993.

Não se pode tratar uma festa em 1935, numa cidade de interior como algo simples. Imaginemos ainda, uma festividade que atrairá jornalistas e será publicada num tempo em que o jornal escrito era um dos meios de comunicação mais importantes. A festa de posse representa muito mais que o objetivo em si, ela se apresenta, na narrativa do jornal, como uma aclamação popular, quase como um agradecimento da cidade que ver no seu comando um “brilhante” e “ilustre” membro da família Pessoa. Mais uma vez a família e a cidade se confundem. Na verdade a cidade de Umbuzeiro aparece como pano de fundo ante o “glorioso brilhantismo” que recebera por passar a ser administrada por alguém da família “ilustre”. Nessa violência simbólica é que a família Umbuzeirense passa a se confundir com a “família Pessoa”. Na medida em que isso acontece às festas, missas, inaugurações deixam de serem meros eventos políticos e passam a ser um motor que fazem dos Pessoa mais que uma oligarquia de Umbuzeiro, um patrimônio quase onipresente a ser evocado consciente ou inconscientemente.

Às sete horas da manhã a missa em ação de graças dava início na paróquia do padre Antônio Ramalho, “ao templo flui quase todos os habitantes da vila”, fazem-se presentes pessoas vindas de outras localidades do Estado da Paraíba e de Pernambuco onde o “Dr. Carlos Pessoa goza de real estima”. A celebração durou até aproximadamente às 8h e 30 minutos da manhã, na saída da matriz o destino era Itabaiana, local onde ia tomar a posse enquanto prefeito municipal diante do juiz eleitoral, uma comitiva seguiria de “automóveis para aquela cidade”, deixando certamente para traz cobertos pela poeira uma ‘ruma’ de gente que olhava da frente da igreja atentamente e por certo admirada com a quantidade de carros que acompanhavam o novo prefeito e seus convidados.

Onze horas da manhã em Itabaiana, o sol já toma proporção de meio-dia e bem no meio do céu ver chegar o “curso de automóveis” que trazia de viagem “Dr. Carlos Pessoa”. Esperado por autoridades e pessoas que foram assistir o ato de posse, já se encontravam outros prefeitos, aguardando para o mesmo compromisso. “Ao prefeito de Umbuzeiro é dado o primeiro lugar” não sabemos exatamente o porquê da escolha mais desde cedo torna-se o “Dr. Carlos Pessoa” oficialmente prefeito da cidade de Umbuzeiro. Retornando a mesma é recebido por “grande massa popular” e entre salvas de palmas e “efusivos abraços de felicitações” receberam o novo prefeito que após breve descanso, ofereceu em sua casa um “lauto almoço” para seus amigos. Por volta das 15 horas no clima aquecido das comemorações e característico da estação climática o prédio da Prefeitura Municipal encontrava-se “literalmente cheio”.

A festa de posse elenca elementos de muita importância para época. Dada a narrativa do jornal que sempre faz menção ao povo e o seu “entusiasmo”. Mas por que isso? A reportagem começa falando nas autoridades, nos carros, (elemento fundamental de importância para época mostrava poder econômico) e revela a importância daquele evento. Mas ao mesmo tempo lembra a “massa” que esperava o prefeito recém-empossado. O discurso é preocupado em ressaltar a imponência como também aproximar o personagem do “seu povo”, pois, se não existem heróis sem aclamação popular, patrimonialização muito menos. Os discursos que trafegam da elite e sua “pompa” ao caloroso recebimento da maioria das pessoas é fundamental no processo de patrimonialização da família Pessoa.

FIGURA 04: Sede da prefeitura municipal de Umbuzeiro na década 1930.



Fonte: Acervo pessoal, Eduardo Gomes, 2016.

Abrimos um parêntese caro leitor para expor o belíssimo prédio construído no ano de 1920 e que servia de sede da Prefeitura, servindo também à Câmara Municipal e ao fórum da cidade até a década de 1970, localizado na Rua Rio Branco, que apesar de algumas restaurações não suportou a rachaduras e ao inverno na década de 1980 chegando ruir por

volta de 1983. A arquitetura do prédio nos faz imaginar toda a “pompa” retratada na Imprensa, haja vista, a grandiosidade dele para uma cidade interiorana nas décadas de 1930-40, o que ressaltava ainda mais a força e o poderio simbólico investido pela família Pessoa. Essa observação fica ainda mais evidente quando comparamos a estrutura da prefeitura em relação às pequenas casas construídas, vistas no lado direito da imagem. A prefeitura administrada pela família mencionada impõe mais uma confusão entre cidade e protetorado familiar aos Umbuzeirenses.

Recebido em meio a uma “*chuva de confetes e Palma*” por “*uma missão de gentis senhoritas*” que formavam alas na entrada principal do prédio onde foi recepcionado Carlos Pessoa. Com a palavra o prefeito interino Newton de Sousa e Silva “*transmite o poder ao novo prefeito eleito*” desejou ao mesmo “*votos de feliz administração*” sorte aos umbuzeirenses e ao final do discurso foi cumprimentado passando a fala os senhores “*Antônio Cabral*” e “*Diógenes Miranda*” que parabenizaram o “*responsável*” político e externaram suas alegrias por ver aquela terra voltar à mão do amigo, que já havia administrado o município por nomeação de 1917 a 1922.

Tomando a fala, o “*digno prefeito*” inicia seu discurso agradecendo as homenagens e dizendo em “*viva voz*” o desejo de “*fazer feliz*” a terra em que nasceu prometendo “*paz, harmonia e prosperidade para Umbuzeiro*”. Suas últimas palavras foram “*abafadas por estrondosas palmas e vivas ao seu nome*”, ovacionado como narra “*A Imprensa*”, Carlos Pessoa foi acompanhado até sua residência por “*todo povo*” onde era aguardado pelo vigário que “*representando a população católica de umbuzeiro*” saúda o com “*caloroso discurso*” o novo chefe do executivo.

“*200 dúzias de fogos e uma salva de 21 tiros*” se ouve ecoar no momento da posse. Celebrava-se a chegada de um novo tempo para Umbuzeiro, Carlos Pessoa voltava na década de 1930 com um desejo mais firme nos negócios da família e na política local. Não podendo almejar a presidência do Estado por sua naturalidade¹⁸ e já tendo sido deputado, alvo de fortes críticas por ter mantida sua reeleição por João Pessoa, um dos motivos das querelas dentro da própria oligarquia epitacista¹⁹ era hora de voltar às origens, de solidificar os negócios e pensar

¹⁸Informações contidas em: Filho, Carlos Pessoa Filho. Epitácio Pessoa, A União, 1990.

¹⁹ Para maior aprofundamento nas discussões sobre as querelas políticas na década de 1930 que envolviam o personagem João Pessoa ler: AIRES, José Luciano de Queiroz. A fabricação do mito João Pessoa: Batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945).

na família. Carlos Pessoa dava o pontapé inicial no processo de patrimonialização da família pessoa, em nome da manutenção do poder político local.

À noite no mercado público municipal, “*artisticamente ornamentado*”, ao som de um “*mavioso jazz-band*” um baile animado prolongou-se até “*alta noite*” sob a regência do maestro “*Manuel Ferreira dos Santos*” a banda de música de Bom Jardim animou e agradou a todos os participantes da festa da posse do prefeito Carlos Pessoa. Acabava as celebrações a festa na cidade e descortinavam-se as comemorações da memória. As festividades serão marcas fortes na administração de Carlos Pessoa que usará como nenhum outro representante político dessa família, as comemorações como estratégias de manutenção de poder e produção memorial.

As duas notícias que marcam os fins do ano de 1935 ilustram a volta aguardada de Carlos Pessoa ao executivo de Umbuzeiro, depois de administrá-la até 1922, ela foi por um de seus irmãos José da Silva Pessoa Sobrinho em 1926 porém, por apenas um ano, depois de anos afastado como deputado Carlos Pessoa volta a assumir o cargo de prefeito. Filho do Cel. Antônio Pessoa, estimado na cidade Carlos surge como a esperança de prosperidade para o município. Saindo de um período de grande conturbação na própria família e na política local, voltar para Umbuzeiro era também um resgate da honra e do prestígio político, os acontecimentos de trinta certamente contribuíram para que o projeto de solidificação da família se efetivasse.

Voltar à terra natal era reencontrar lideranças políticas, correligionários e amigos que apoiaram a campanha política da família Pessoa. Laços de apoio à imagem e à família foram de suma importância para que Carlos Pessoa a partir de 1935 atingisse seus objetivos de projeção política. Renomado político na Paraíba, reconhecido no Estado de Pernambuco, onde estudou e residiu por algumas vezes e parente direto de João Pessoa e Epitácio Pessoa, a ele não faltava prestígio político e reconhecimento da população umbuzeirense. Portanto, as celebrações narradas pelo jornal nos soam naturais pelo contexto histórico vivido na década de 30, tanto no contexto paraibano quanto no de Umbuzeiro, o cenário encontrava-se favorável à família pelo prestígio de alguns personagens na política estadual, federal e municipal e pela comoção que a morte de João Pessoa havia causado.

Porém, a forma a qual o discurso é narrado nos inquieta em todo o trabalho especificamente sobre a narrativa de posse fica nítido o interesse do jornal em destacar o clima de alegria geral no retorno de Carlos Pessoa ao cargo de prefeito. É bastante óbvio que como toda família oligarca em nosso país, eles nutriram na política oligarquias e/ou grupos

familiares de oposição, querelas de anos que se arrastam entre as elites que disputam o poder seja ele político, econômico, etc. O discurso da “*A Imprensa*” estava muito mais intencionado em narrar celebrações e união geral da população em nome daquele personagem, palavras como “*todo povo*”, “*missão de gentis senhoritas*”, “*literalmente cheio*”, “*flui quase todos habitantes da vila*”, “*grande massa popular*” selam a intenção desse objetivo de uma aceitação unânime, participação geral do povo, o que é possível ser questionado.

Para um cortejo de recepção e posse era de se esperar a participação popular na celebração, principalmente quando conclamados pela Igreja. As missas eram mais um atrativo para participação popular, o padre era personagem fundamental para qualquer que fosse a programação ofertada pela família Pessoa. Porém, essa participação tão calorosa é questionada na interação entre esse povo espectador e os que de fato ornavam o evento, os discursos e falas eram dados e noticiados aos representantes políticos e amigos do próprio Carlos Pessoa.

A comitiva que vai à Itabaiana é também composta por essa elite e quem são os “*convidados*” ao almoço? A mesma elite convidada a ser transportada pelos automóveis que se dirigiram à Itabaiana, que muito deve ter causado inveja aos cidadãos que ficaram a ver, não navios, mas sim carros, se distanciando na poeira da estrada. O automóvel na década de 1930 e 1940 era utensílio de status e causava por onde passa espanto e deslumbramento. Para os umbuzeirenses acostumados com as celas dos cavalos e lombos de burro, foi sem dúvida um momento de grande encantamento.

O jornal fez o papel ainda de atribuir qualidades e personalidades a Carlos Pessoa que se massifica como opinião geral naquele momento. Utilizando de palavras “*digno*”, “*fazer feliz*”, “*agradecido*” e as repetidas vezes em que se mencionava os aplausos e abraços como gestos de carinhos, propulsionava para todas as cidades onde o jornal tinha assinantes que Carlos Pessoa era amado pelo seu povo e ainda ser de grande humildade diante de tamanhas homenagens e afetividade recebida. A narrativa intencionava produzir sentimentos, laços de pertencimento, modelo de recepção e de político diante de sua gente.

A intenção de perpetuar o nome da família vai se intensificando, talvez até como mote eleitoral e domínio político. Contudo a forma como vai sendo feita deixa uma estrada aberta para que os sujeitos dos Pessoa fossem sendo vistos como parte do patrimônio da cidade. As imagens construídas sobre a festa de posse pelo jornal “*A Imprensa*” elencam elementos que vão solidificando o sobrenome como um bem daquele lugar. Se analisarmos com calma, a arqueologia das reportagens já vistas até aqui, mencionam três elementos: o sujeito, a família

evocada e a cidade de Umbuzeiro. Nessa dialética o imagético age e através dos capitais simbólicos que foram sendo constituídos os Pessoa paulatinamente se erguem como um patrimônio Umbuzeirense.

Era 09 de fevereiro de 1937, quando noticiava “*A Imprensa*” os registros do dia 31 de Janeiro do mesmo ano, aniversário de natalício do “*Dr. Carlos Pessoa*” e a festa da purificação, em homenagem ao prefeito “*quiseram os umbuzeirenses dar este ano, uma prova de sua grande dedicação e amizade à pessoa do seu ilustre amigo*” que “*comovido, agradeceu*” ao “*bonito programa de festa*”. Iniciou-se logo cedo com uma “*salva de 21 tiros*” que em alvorada acordou todos da vila, às 8h da manhã missa de ação de graças, ficando para o período da tarde um “*Te-Deum*”.

Entoados os hinos, acompanharam um “*grandeprestito*” o prefeito Carlos Pessoa até sua “*aprazível residência*”, onde falou o “*Dr. Francisco Espindola*” que em um “*belo discurso*” saudou o aniversariante em “*nome do povo*” e entregou ao mesmo “*o significativo presente de um finíssimo relógio algibeira*”. Agradecido o prefeito disse em palavras de “*grande sinceridade e profundo reconhecimento que tem ao povo de Umbuzeiro*”, que aquela oferta seria guardada com todo “*afeto*” e passada para “*seus filhos, como um legado de muitíssimo valor*”. Depois foi cumprimentado por todos que ali se encontravam e em seguida houve a distribuição de “*frios e cervejas*”. A noite foi oferecido um “*organizado baile*” que durou até “*alta madrugada*”.

Os registros dos aniversários de Carlos Pessoa nos anos que seguiram são marcantes nas reportagens do jornal “*A Imprensa*”. As celebrações se davam sempre com muita pompa, contavam com a participação popular, da Igreja e representantes políticos da elite local, que rendiam fervorosos discursos ao prefeito da cidade, com palavras de enaltecimento ao mesmo. Eram discursos também de amizade e de apoio político. Junto a essas notícias sempre se vinculavam os investimentos feitos por Carlos Pessoa na cidade enquanto administrador. E narrados nas páginas de “*A imprensa*” com palavras de valorização e estima.

Carlos Pessoa era representado como homem de palavras contidas e agradecidas, sujeito que recebia as homenagens com humildade e acompanhado sempre por amigos e pela família, querido e estimado pelo povo que era narrado como aqueles que seguiam, aplaudiam, e participavam as comemorações como espectadores de um grande espetáculo. As celebrações misturavam as ritualísticas religiosas e profanas, iniciando-se com uma missa e terminando em bailes. Comidas e bebidas também complementavam a festa que, geralmente, passava em algum momento pela casa do prefeito.

O retorno ao lar parece fazer parte de um caminho já esperado pela população, era o momento em que as pessoas eram de fato recebidas em na casa da família Pessoa, todos esperavam chegar à casa grande, “*a fazenda prosperidade*”. Carlos Pessoa apresentava-se sempre acompanhado pela família, principalmente pelos filhos e esposa. Todos esses exerciam papel fundamental no cenário da política local, sua esposa, assim como sua mãe, é por vezes citada como exemplo para sociedade e engajada nas ações do próprio governo. Os filhos eram aprendizes e compunham a ideia de grande família. A preocupação de Carlos com os mesmos demonstra-se nessa notícia quando diz que o presente será repassado entre eles, para que os mesmos zelem com afeto o que mesmo o fará. Esse presente que nas palavras do próprio Carlos Pessoa, representava os umbuzeirenses seguia a lógica do que ele esperava de seus filhos e de sua família, fazer de Umbuzeiro um presente passado como herança para as mãos da família.

Em grande parte das celebrações que acompanhamos noticiadas pelo jornal entre os anos das décadas de 1930 e 40 fala-se em homenagens prestadas pela população aos personagens da família Pessoa, quando podemos inferir que pelo rigor, organização e desprendimento financeiro que as mesmas necessitavam a população na verdade assistia a homenagens arquitetadas e desenvolvidas pelas elites locais e o próprio prefeito municipal na época o “*Dr. Carlos Pessoa*”, porém, apresentar a sociedade umbuzeirense como aquela que se rendia em homenagens a família era essencial para o reconhecimento daqueles nos vários recantos de todo Estado. As homenagens e os presentes servem como elo, que unem personagens as suas pretensões na narrativa. Era preciso mostrar que existiu, existe e existirá uma ligação entre a família e a cidade e nada melhor que festejos nutridos por discursos e regalos para isso.

Dando seguimento a notícia, o jornal anuncia os festejos da festa da purificação que acontecia naquele mês, na ocasião houve novena e na madrugada missa em saudação à N. Senhora celebrada pelo vigário da paróquia. A noite de véspera foi “*uma noite de encanto*” um “*verdadeiro sucesso*” graças a uma interessante “*coincidência*”:

A prefeitura que se tem desdobrado de esforços, para melhorar este município, fez naquela noite, experiência de um “autofalante”, ligado ao rádio comprado para o mesmo município (A IMPRENSA, 13 de fevereiro de 1937).

Foi com muita “*nitidez e suavidade das harmonias*” que se ouvia sair do autofalante que as pessoas de Umbuzeiro apreciaram aquela noite que por certo agradou a todos que

deslumbrados com o tão novo instrumento se deparavam, o que segundo o jornal era “*mais um motivo de reconhecimento do povo dessa terra a seu ilustre prefeito Carlos Pessoa*”.

Reconhecimento, essa foi a palavra mais acertada narrada pela “*A imprensa*”, não havia nada de coincidência em apresentar na véspera de uma festa tão solene como a da purificação que sempre era noticiada no jornal “*A imprensa*” o autofalante, que era um dos símbolos mais significativos da modernidade em 1930, aparelho de entretenimento, de festividade, causava impacto, uma grande novidade, Carlos Pessoa tinha total consciência que um instrumento como esse iria movimentar todo o povo da vila. Instalou o mesmo em uma praça nova e central da cidade, ao lado deste um palanque foi montado e este recepcionará eventos e as conhecidas “*festa de palanque*”, tão disseminada por seu irmão mais novo Roberto Pessoa.

As festividades religiosas reuniam grande contingente de pessoas que se tornavam uma grande platéia para tudo a que a eles fosse apresentada. O jornal “*A imprensa*” costumeiramente narrava as celebrações festivas da Igreja em todo estado e não era diferente com Umbuzeiro, inaugurar um objeto como esse na festa da purificação era tiro certo na repercussão desses no Estado e na asseguaração de que muitos umbuzeirenses, incluindo os que moravam nos sítios estariam presentes, além de pessoas de outros municípios se fariam parte dos festejos.

O sucesso era certo, o encantamento na qual as pessoas recebiam aquele empreendimento era natural, aos olhos da população Carlos Pessoa aparecia como um administrador comprometido com o desenvolvimento do município, usando a fala do jornal que se desdobrava em esforços para melhorar a cidade. Seu nome tomava cada vez mais projeção, cativando as lideranças políticas locais e estaduais, Carlos Pessoa vai galgando reconhecimento e prestígio para si e para sua família, méritos esses que serviram para que o mesmo possa ir materializando a memória de “*ilustre*” personagem político, de uma herança política familiar e transformando o espaço da cidade em referência a essa família.

Desse modo, as festas já tradicionais na cidade vão sendo também povoadas pelo poder público que durante a década de 30 e 40 em Umbuzeiro era o poder dos Pessoa. A família se aproveita do que está assentado na tradição local para e inserir em mais uma ramificação simbólica do lugar. Os festejos da festa de padroeiro e/ou de cunho religioso são de fato uma grande oportunidade de “consagrar” o nome familiar e reverberar a irmandade pretendida entre Família e cidade. Nada mais oportuno de que o jornal A Imprensa noticiar

isso. Ao mesmo tempo contemplava a linha editorial política do jornal, anticomunista na época, e elevava a dogmática católica a partir de seu lugar de escrita.

Setembro de 1937 noticiava a Imprensa “*Está animadíssima a vaquejada que se verificará nesta vila no próximo dia 15 do corrente mês. Já soubemos que vem elementos representativos das sociedades de Itabaiana e Ingá*” a notícia das festividades vivenciadas em Umbuzeiro se espalhavam pelo estado, visitada e concentrando a população dos recantos do município agitavam a pequena cidade, tudo era montado nos arredores da fazenda Prosperidade “*A pista era marcada por uma cerca de arame farpado, estendendo-se desde a antiga fabriqueta de mosaicos, imediações do bairro da forquilha até a frente da antiga Usina elétrica(hoje prédio do fórum) atravessando o terreno que hoje sedia a Escola de 2º Grau Presidente João Pessoa*”. (Gomes, 1995,p.20). Pelas descrições dadas por Gomes, (1995) a pista de vaquejada localizava-se bem em frente à entrada da casa do próprio Roberto Pessoa.

Mas o que de fato nos interessa nas vaquejadas no processo de patrimonialização dos Pessoas? Se a ideia é solidificação de espaços de memória em nome da família essa família precisa ser vista e reconhecida, laços de pertencimento devem ser criados e sentidos e projeções devem ser alcançados para efetivação desse reconhecimento.

Já percebemos que a família Pessoa tinha nas celebrações festivas da Igreja uma platéia fervorosa para seus feitos. Com as vaquejadas não era diferente “*curral de partida (início da pista), arquibancadas para o público, coreto para as autoridades, coreto para banda de música e as comissões da Ala do Azul e do Encarnado, mastro para as respectivas bandeiras coloridas enfeitando todo pátio da festa*” (Gomes, 1995,p.20). A visibilidade da festa é algo inegável pela tradição do esporte e pela organização da festa, o coreto das autoridades, a vitrine mais oficial, estava lá prefeito, família e toda elite política da cidade.

Na narrativa apresentada algo bastante interessante se apresenta a vaquejada mais parece um pastoril, uma disputa interessante entre duas cores o azul e o encarnado. Os azuis representavam a ala da elite e despontava pela família Pessoa, o encarnado pelo que relata Gomes (1995) fazia parte o “*povão animado*” cada lado apresentava um hino tocado pela banda e cantado pelo povo todo. “*E as bandeiras dos dois cordões subiam e desciam do mastro, denunciando derrota ou anunciando vitória de um ou de outro*” (GOMES,1995,p.21). É uma trajetória interessante de ser narrada, uma brincadeira, um esporte, uma festividade, mas que aponta para um caminho, como a vaquejada de Roberto Pessoa marcou seu lugar na política e nos alicerces das memórias em Umbuzeiro.

Uma disputa de cores partidárias se arrasta há anos na política local de Umbuzeiro. Os temperos (verdes) cor predominante em toda campanha política a qual a família Pessoa representa certamente uma troca do azul do pastoril por questões partidárias e os colorau (vermelhos) ou encarnados a oposição ferrenha à família Pessoa. Essas querelas por cores se propagam até hoje com um caráter bem forte e mesmo apresentando hoje uma elite bem montada, os correligionários do vermelho sempre falam dos temperos, no caso a família Pessoa e os seus como a elite e a parte mais abastada e eles sim, seriam o povão, a gente menos privilegiada. Parece-nos que Roberto e suas festas de vaquejadas deixaram marcas bem mais forte que as esperadas.

No ano de 1937 o Brasil se animava e nem mesmo as notícias de prenuncio de guerra baixavam os ânimos da Copa do Mundo que estava por acontecer em 1938. A copa mundial de futebol foi transmitida pelo rádio e acreditamos que em Umbuzeiro a mesma pode ter sido disseminada pelo rádio de alto falante instalado na praça naquele ano. O alto falante era uma das mais avançadas simbologias da modernidade na década de 30 e Umbuzeiro certamente o recebeu com muita expectativa, sendo mais uma vez este espantoso maquinário em 1937, sendo resguardada a cidade pela intervenção da família Pessoa. As ondas que transmitiam os jogos pelas ruas da cidade ressoavam a narração dos intrépidos locutores, mas também os murmúrios da benevolência familiar dos “ilustres” Pessoas. Este ganho fomenta um pouco mais o interesse do prefeito da cidade ao esporte, no trecho abaixo especificamente ao futebol daquele contexto.

O prefeito de Umbuzeiro convida a participar de uma festividade futebolística o “*Ginásio esporte Club*” da cidade pernambucana de Limoeiro, para o evento se prepara a sociedade do “*Umbuzeiro Esporte Club*” que tem como treinador “*Dr. Patrício Leal*”. “*No campo novo dessa honrosa sociedade esportiva*” aconteceu na “*hora de costume*” um “*caloroso treino*” que reuniu a sociedade escolar umbuzeirense, e provavelmente a comunidade da vila em geral que “*entusiasticamente aclamava os jogadores*” este que “*esforçadíssimos no sentido de elevar à altura de sua finalidade a agremiação que fundaram em Umbuzeiro*”(IMPrensa, 21 de junho de 1937).

Momentos de diversão e descontração são tão importantes para o processo de patrimonialização quanto a oficialização de espaços, como a vaquejada, o campo de futebol e o incentivo as vivências esportivas na cidade marcaram a experiência, o espaço vivido e compartilhado, fazem parte da memória coletiva da comunidade umbuzeirense. São as relações sociais partilhadas que criam laços de pertencimento. As práticas mais cotidianas

marcam para nós o exercício mais primoroso de estratégias de produção memorial. Qual a finalidade dessa agremiação? Qual finalidade das festividades que envolvem o fervor das torcidas de futebol? O mesmo fervor das celebrações da Igreja? Das vaquejadas? O que de fato as reuni, com que objetivo?

O espaço é informado pelo uso que o transforma em lugar, em ambiente público ou privado. Para o Usuário o uso é o modo de reconhecimento ambiental e a lembrança que dele conserva, é antes de tudo, uma predicação do ambiente. (BORGES,1992, p.145)

Reconhecer-se e sentir-se fazendo parte de um todo, conhecendo, praticando e vivenciando são os principais mecanismos de produção de sentido e pertença a um espaço. Viver em Umbuzeiro na década de 1930 não é ainda sentir-se em uma cidade patrimonializada, é na verdade experienciar a produção desse elo entre cidade-família-patrimônio. É fazer parte de um conjunto de estratégias a fim de produzir, oficializar e perpetuar um sentido patrimonial à família pessoa e a cidade de Umbuzeiro.

Outono de 1938. Mês de Abril. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição em Umbuzeiro vivenciara a Semana Santa e a Páscoa do Senhor, com “*grande alegria espiritual*” os católicos receberam a visita do “*monsieur Francisco de Assis e Frei Felix*” convidados do vigário Cônego Antônio Ramalho já conhecidos da vila. No sol forte e de muito vento, os umbuzeirenses de fé acompanharam a “*procissão eucarística e benção do santíssimo*” assim como santa missa. O templo que naquela ocasião servia de Matriz esteve “*literalmente repleto, em todas as funções sagradas que diariamente ali celebraram*” foi de grande “*aproveitamento dos fiéis, naqueles dias santos*”, sobretudo, na “*quinta feira e no domingo de páscoa*”.

Abro aqui um parêntese caro leitor e se me permite apresentarei minha experiência do vivido em Umbuzeiro a fim de levar um comparativo no tempo para caminharmos nas discussões. Umbuzeiro é uma cidade de forte concentração de católicos e fiéis a Matriz de Nossa Senhora do Livramento, devotos fervorosos. As festividades e a vivência da Igreja são de impressionar aqueles não estão habituados com essa cultura da devoção. São procissões de proporções grandiosas, em número de pessoas. São lotações absolutas em celebrações, mas principalmente um verdadeiro espetáculo no que diz respeito às solenidades de festas, comissões organizadoras dos eventos que gastam valores exorbitantes para ornamentação da Matriz, de altares, andores, flores, velas, jarros, bandeiras, fogos de artifício, iluminação,

ornamentação das ruas, etc. Tornou-se uma infundável disputa pelo mais belo e mais perfeito que a cada ano se renova e surpreende. De onde e como isso foi alimentado? Analisemos o que diz o jornal A Imprensa em Abril de 1938.

“A ornamentação dos altares, do santo sepulcro e, dos andores do Sr. Bom Senhor Jesus dos Passos e N. Senhor Morto , excedeu a dos outros anos em que as diversas comissões organizadas pelo vigário, muito se esmeraram”. Ao que parece de 1938 até hoje a tradição não mudou, quando se fala em religião isso se torna ainda mais forte. Ler as arrecadações para construção da atual Matriz em 1938 é como viver as arrecadações para restauração do Club da igreja hoje, ler sobre as festividades é como vivenciá-las hoje. A família Pessoa sempre fez questão de vincular-se à Igreja, às festas, às celebrações, ela é o de mais sólida e aglutinadora de pessoas na cidade. Celebrações e festividades era passaporte para a ligação entre processo de patrimonialização e a família Pessoa.

Há de se mencionar que a relação da família Pessoa com a religião é marcante no decorrer do nosso estudo, seja para comemorar nascimentos, falecimentos, ou para usar as solenidades como reunião da plateia para assistir suas benfeitorias.

Aproveitando o dia solene da páscoa, o prefeito do município, Dr. Carlos Pessoa inaugurou mais um melhoramento neste município: Uma serie de banheiros públicos com seus respectivos Water-Closet, construídos em estilo moderníssimo e com todas as condições higiênicas (IMPrensa, 30 de abril, 1938).

A inauguração em momento de festividade da Igreja é a situação mais propícia e assegurada de visibilidade de trabalho e de solidificação do nome Pessoa enquanto bom administrador, o cuidado com a higiene pessoal e dos espaços públicos é um discurso fortemente em voga na década de 1930. Desponta ainda o zelo pela moral e bons costumes, possibilitando à multidão que saia da zona rural para as festividades na Matriz, ter onde suprir suas necessidades fisiológicas, a comparar pelas festas de hoje esses banheiros eram de fato necessários.

Anexos a isto outros empreendimentos que são apresentados à população naquela data. *“Ampliação do cemitério local; a construção de uma cadeia; aformozeamento de praça; instalação de um posto tubular; banheiros públicos; etc.”* (A IMPrensa, 30 de abril de 1938). Todos aqueles fiéis são uma vitrine para a apresentação desses *“melhoramentos”* e o jornal A Imprensa outra, que levava a notícia a projeções em todo Estado. Com discursos como *“a administração do Sr. Carlos Pessoa como uma das mais proficuas”* o jornal

assegura para todos, o modelo de administração da família que estava empenhada em construir espaços “*elegantes*” e “*moderníssimos*”.

No caminhar da festa de programação extensiva à família vai ganhando mais espaços trabalhos de auxílio à igreja parecem um exercício de mão dupla, se ajuda e é ajudado. A construção da Matriz andava parada e há muito era esperada desde Cel. Antônio Pessoa, tomando para si essa “*missão*” de concluir a Igreja a D. Marina Pessoa esposa do prefeito “*promoveu uma serie de diversões cujo o resultado em dinheiro, será aplicado no mesmo*”. No dia da festividade de páscoa brinquedos públicos foram montados, afim de que a população participasse da diversão na arrecadação dos fundos para Igreja “*A população católica de Umbuzeiro mais uma vez manifestou o quanto se interessa pela realização daquele extraordinário empreendimento, qual a construção de um templo que sirva de Matriz*”.

O papel de esposa, mãe, mas principalmente de representante da família é esperado e enaltecido na reportagem. Tomar a frente enquanto representação política da família é lugar comum para as mulheres da mesma, foi assim com D. Marina Pessoa, com Terezinha Pessoa, Maria Pessoa (Sinhá) que dividiram o espaço na coisa pública de Umbuzeiro.

D. Mariana Pessoa além dos raros dotes de esposa e mãe modelar, é de uma completa educação cristã, e não restringe somente aos misteres de sua casa, inteligente, percebe que deve estar ao lado do marido, procurando da vida, ao que julga útil a terra e ao povo. (A IMPRENSA, abril de 1938).

São reconhecimentos e enaltecimentos como esses nos jornais, mas também a ação política dessas mulheres no cotidiano e no poder público local que faz delas referentes à memória da família Pessoa tendo, seus nomes estampados em diversos prédios públicos na cidade, em discursos honrosos de parentes políticos, fazem parte também desse processo de patrimonialização, pois sua memória relaciona e faz exercitar as memórias instituídas naqueles espaços.

Narra-se ainda na mesma reportagem a chegada do irmão do “*idolatrado*” prefeito o “*Dr. Roberto Pessoa*”, regressando o Rio de Janeiro, recém-titulado engenheiro, muito será lembrado na memória do povo umbuzeirense por suas “*festas do palanque*” e das “*vaquejadas*” esporte praticado e incentivado pelo mesmo e pela família Pessoa. Ao que se sabe Roberto era um jovem festivo e promovia as festas que movimentavam a vila nesse período.

Trinta e um de Janeiro de 1938 – O sol nasce bem cedo, às 5 da manhã ele reluz no horizonte, era verão, forte e seco na cidade de Umbuzeiro. È período de estiagem, não se planta e o pasto diminui para criação do gado, o Gi leiteiro tão bom e de grande produção de leite vê seu rendimento cair, o queijo escasseia e as reclamações na venda e na feira só aumentam, o preço do queijo e do leite está muito caro! Daí está todo mundo utilizando as reservas, o milho de seco só alimenta as galinhas, o feijão que não foi vendido ainda sobra no depósito, às últimas “*manivas*” estão sendo arrancadas, a batata e farinha estão sustentando. Lata d’água na cabeça que se for contar mais parece um poema de Jessier Quirino²⁰ e narrando assim imagina-se tempo de sofrimento pra o sertanejo.

Mas eis que de 21 um tiros se escuta ecoar, era alvorada, acordados todos os umbuzeirenses, aniversário de Carlos Pessoa. Com pressa todo mundo vai se aprontar, comida paragalinhas, soltar os garrotes, e o café tem que sair ligeiro, passar as roupas. A elite já estava a uns reparos, uma engraxada nos sapatos, pois as 8h cônio Ramalho esperava na igreja para sua missa. Lá foi dizendo no seu sermão “*brilhantes palavras de significação daquela data para umbuzeiro*”. Todos saíram entendendo que o aniversário era do prefeito, mas os parabéns eram pra o povo da cidade.

Em seguida a fome batendo, o povo foi seguindo o “*ilustre*” prefeito e na fazenda *Prosperidade* às 12h foi servido um grande banquete. Coisa pra 30 talheres. Foi amigo, admirador, “*tomando parte no mesmo tudo quanto Umbuzeiro possui de elevado e representativo*”, a elite toda estavalá, o padre, o tenente, o povo do Montenegro todo, os Leal e os Farias, que era orador oficial. José Farias fez uma eloquente oração, “*oferecendo o banquete ao ilustre homenageado*” que todo emocionado e agradecido ficou, sem compalavras o “*Dr. Carlos*” demonstrou todo “*apreço*” e “*estima*” aos seus “*conterrâneos*”.

E a coisa não acabou por ai, às 16h, a elite toda no salão de honra da Prefeitura, esperando o prefeito, que “*poucos minutos depois era recebido sob calorosas palmas*” e trouxe a “*Exma. família*” toda. Era muita festa animação em “*reconhecimento e gratidão*” a aposição de um retrato se fez. O homenageado a partir de agora tem seu rosto carimbado no “*salão de honra prefeitura*”. Foi falando, “*H. Montenegro fazendo o oferecimento em nome dos funcionários*” levantou-se “*José Farias que disse da emoção que sentia daquele momento tão grato*” e “*após fazer pequenos traços biográficos dos preclaros homens públicos que ornar o salão de honra da prefeitura*” disse que noutros municípios os “*chefes locais procuram se imiscuir da justiça*” mas em Umbuzeiro, o nosso prefeito dá a mesma todo seu

²⁰ Autor paraibano de causos e poemas matutos.

“*apoio moral*” e “*liberdade*” é um homem como nenhum outro todo mundo já sentiu, de palavras bonitas e homenagens não faltava. Difícil mesmo era ouvir o que se dizia pelo “*abafado e ruidosas salva de palmas e aplausos*”.

De coração acelerado ficou o homem, “*emocionadíssimo*” com “*termos inspirados e amáveis*” discursou. Dr. Carlos agradeceu à “*homenagem tão tocante que chegava a seu coração de homem que aprendera a trabalhar em bem da causa pública com os maiores*” parece que nessa hora Epitácio e João Pessoa foram lembrados e nessa hora o “*Dr.*” um acordo firmou de “*continuar a trabalhar para soerguimento de nossa terra*”.

Não muito diferente do que aconteceu em 1937 se repete no ano seguinte. A data já fazia parte do calendário da vila, as pessoas já aguardavam o seguimento de algum cronograma que agitasse a vida cotidiana de ritmo desacelerado que pairava sobre o centro urbano de Umbuzeiro.²¹Comemorações como as promovidas pela família pessoa mexiam com a vida social do povo de Umbuzeiro. Nesse período as sociabilidades se estabeleciam quase sempre pelas missas dominicais e eventuais festividades ligadas à Igreja, por isso tão importante ter a missa como rito iniciador das comemorações, era a justificativa perfeita para que não houvesse desculpas que impedissem as moças e as donas de casa de se fazer presentes no evento.

O natalício de Carlos Pessoa por certo era esperado como o dia em que alguma coisa iria movimentar a vila. Os preparativos para esse momento tanto nos espaços públicos como nos privados das residências em Umbuzeiro mudavam sua lógica e a rotina dos sujeitos era reorganizada pelo momento que se apresenta. Marcada sempre por uma elite eloquente que rendia elogios ao homenageado, o ano de 1938 nos revela um fato interessante. Por esses idos Carlos Pessoa já vinha trabalhando o processo de produção memorial e patrimonialização de sua família, alicerçando seu prestígio e reconhecimento, resgatando o nome da família e reerguendo a política local, quando em 1937 ele recebe um presente e marca sobre ele o desejo de perpetuação ele lança seu olhar para o futuro. Em 1938 com a aposição de seu retrato na parede da Prefeitura Municipal ele marca o presente projetando o futuro.

Marcar o salão de honra da Prefeitura com sua foto é uma comemoração do que ainda estava ali, é o que podia ser feito no tempo vivido, é ser apresentado como expoente

²¹ Segundo GOMES (1995) a população do Município de Umbuzeiro no ano de 1940 era de 37.951 habitantes distribuída pelos povoados e distritos pertencentes a ele. Dessa maneira é preciso deixar claro que quando falamos em Umbuzeiro, a que esta sendo moldada a partir dos discursos dos jornais “A Imprensa”, é apenas o centro Urbano municipal, pequeno em relação ao tamanho da extensão territorial e populacional da época. Por isso os discursos enfocam apenas aquilo que se deseja mostrar, o rosto Umbuzeirense a ser visto e silencia um grande território e população existentes.

representativo do político na cidade, é assegurar naquele espaço sua memória. Sendo Carlos Pessoa ou sendo a elite umbuzeirense responsável pela aposição do quadro, não significa nenhuma diferença no sentido das intenções da proposta. A elite desse momento era a principal interessada na governança dos Pessoas, eles eram os principais privilegiados e também responsáveis pela construção dessa memória lapidada na cidade de Umbuzeiro.

O sujeito e a família estabelecem uma relação imbricada entre privado e público em Umbuzeiro nas décadas de 30 e 40. Nada é mais significativo para a patrimonialização da família de que o fato de um aniversário passar a ser um evento público e comemorado pela cidade. As narrativas do jornal A Imprensa ao retomarem o vigor do Natalício, nos levam a pensar como isso estava sendo parte do calendário da cidade. Um elemento que coloca em pauta a ideia da necessidade de comemoração não apenas dos seus parentes, mas sim, de todos, ou seja, a premissa de que os Pessoa eram a estrutura central da grande família Umbuzeirense estava se desenvolvendo com sucesso.

As palavras do jornal A Imprensa assim como em todas as matérias que envolvem a família Pessoa nesse período remetem a gratidão, emoção, agradecimento e reconhecimento. Elevava a elite, inclusive citando seus nomes em todas as comemorações, fazia menção ao povo sempre como aqueles que assistiam e participavam como platéia que se expressava por palmas e como procissão, seguindo o prefeito. E em especial nesse ano já não se mencionou “*paz, harmonia e progresso*” como em 1937, afinal no ano de 1938 depois da morte de “*Virgulino Ferreira da Silva*” (Lampião), o banditismo tinha seu real fim, depois de ter assombrado o estado e principalmente a elite, incluindo a família Pessoa durante anos, na pessoa de “Antônio Silvino” que tinha em sua lista de juras de morte se o encontrasse o Coronel Antônio Pessoa, deu a Epitácio e ao governo estadual e federal grande mobilização para o fim de tal prática²².

A paz e a harmonia restabelecida e o progresso na mão de Carlos Pessoa, as palavras agora eram de “*moral*” e “*liberdade*”. Sendo elogiado por não “*imiscuir a justiça*”, ou seja, como aquele que não envolveria questões de ordem política com a justiça local. Carlos Pessoa era visto como exemplo de moral. A liberdade vangloriada vinha provavelmente de descontentamentos com o contexto do Estado Novo e das restrições do governo Vargas aos meios de comunicação e a população em geral. Resumia-se por fim que aquele homem que

²² Encontramos nos jornais da época anúncios de cursos de confecção de corte promovidos pela referida professora, assim como da professora: Nasira Vieira que além de corte e costura, lecionava “desenho, pintura e flores trabalho de fotografia simples e cores”. Esses cursos eram particulares destinados a senhoras e senhoritas.

estava à frente da administração pública de Umbuzeiro era o mais indicado para trabalhar pelo bem da sua terra e da causa pública.

3.3 Os “Pessoa” como “pessoas patrimônio”.

Era uma terça-feira, mais um 31 de janeiro na cidade de Umbuzeiro, neste ano os ares pareciam outros, a programação de festa do aniversário do prefeito Carlos Pessoa não saíra, pois o mesmo não se encontrava na cidade. “O Dr. Carlos Pessoa, presentemente se encontra em companhia de sua Exma. Família em Praia Formosa, passando o rigor da estiagem” (A IMPRENSA, 31 de janeiro de 1939). A tempo não chovia o verão era forte e castigante. O privilegio era para poucos viajar a praia nesse período, imaginamos aqui quantos daqueles cidadãos umbuzeirenses nunca haviam visto o mar e quantos destes morreram igualmente sem conhecer, creio que a maioria.

Porém, não diferente dos outros anos o jornal “A Imprensa” se fará presente para render homenagens ao prefeito, que segundo o mesmo furtou-se de receber as “grandes manifestações” que estavam organizadas para esse dia. No entanto, não deixará de “receber dos umbuzeirenses e de todos quantos o conhecem, e o estimam as mais ardorosas homenagens de gratidão e reconhecimentos aos grandes méritos”. Para tanto foi preparada uma extensiva matéria, narrando os feitos do então prefeito à frente do governo municipal, nestes todas as honras foram rendidas e de fato tinham um caráter de atribuir um conjunto de méritos à personalidade de Carlos Pessoa, mas principalmente através desse solidificar esses méritos a família Pessoa.

O município de Umbuzeiro foi apresentado na matéria como o “mais florescente” do Estado por seus ganhos materiais e econômicos. O jornal destaca que assim estava graças à administração de Carlos Pessoa que recebia do “A imprensa” uma série de elogios:

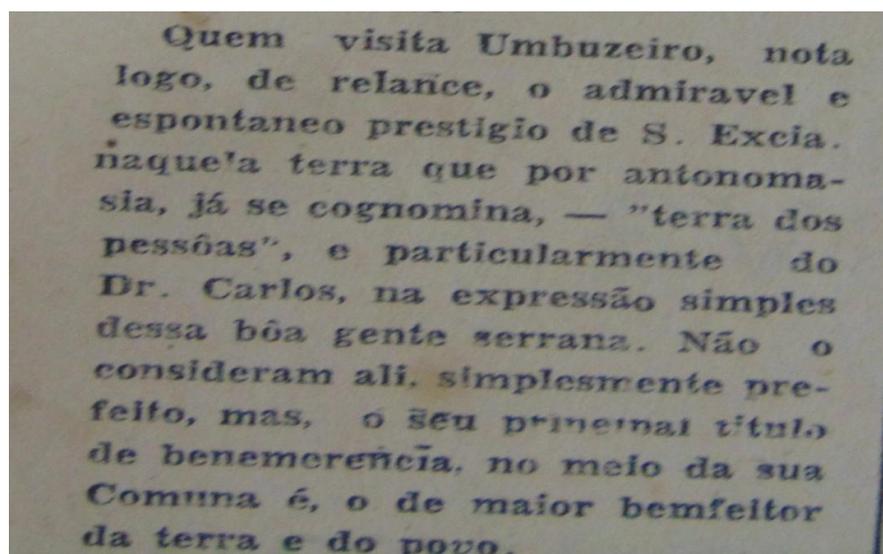
Isto se deve unicamente à inteligência e zelosa gestão do ilustrado edil. Por suas admiráveis qualidades de alma e coração, o grande aniversariante, faz jus à real estima que lhe dedicam, os seus munícipes e conterrâneos, que já o constituem um ídolo da sua dedicação e afeto (A IMPRENSA, 31 de janeiro de 1939).

Não bastava apresentá-lo como um bom administrador era necessário destacar um caráter benevolente, uma personalidade admirável, pacifista e bondosa, muito lembra as matérias dedicadas ao Cel. Antônio Pessoa, sempre destacada sua benevolência, assim como o apelo ao heroísmo que como o pai, Carlos Pessoa recebe quando comparado a um ídolo. A “estima” das pessoas em relação ao personagem político era sempre interligada por palavras

de “afeto”, sentimentos eram sempre conclamados para apresentar uma ligação de afetividade que faziam daquelas pessoas pertencentes a essa relação que unia o político, a cidade e a população.

Carlos Pessoa durante seus quatro anos de governo municipal galgou prestígio político através de diversas estratégias políticas que levaram o mesmo a ser reconhecido em seguida de seu pai como um grande “benfeitor” para aquela terra e aquele povo, a produção desse prestígio se deu paralelamente a produção memorial da família, que ia desde a produção de uma memória de si próprio como dos demais personagens políticos de sua família, alicerçada sobre o solo umbuzeirense. Essa memória foi fomentada por um passado e lançada ao futuro pelo processo de patrimonialização, que como nos apresenta *A imprensa*, em 1939 na seguinte matéria, alcançou seu maior objetivo fazer da família Pessoa um patrimônio para Umbuzeiro e o contrário também se fazendo verdadeiro.

FIGURA 04:Jornal A Imprensa, 31 de janeiro de 1939.



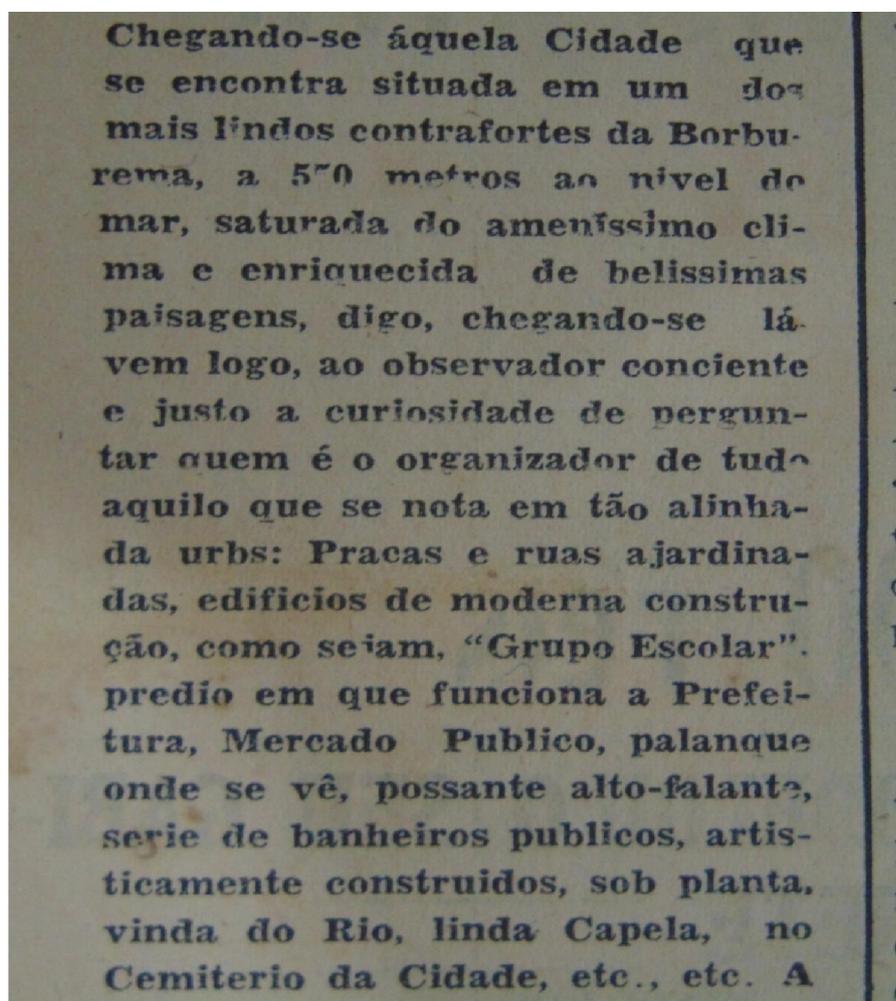
Fonte: Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Não foi espontâneo o prestígio de Carlos Pessoa, ele herdou um reconhecimento pelo parentesco político com sujeitos de renome na política paraibana. Estes por sua vez receberam esse prestígio por questões de parentesco econômico e político, mas principalmente exerceu no município de Umbuzeiro estratégias de reconhecimento de si e de sua família, possibilitando a construção de uma imagem de “terra dos Pessoas” esses como principal

referência da cidade. É nesse processo de formação de referentes que se dá a patrimonialização. A família Pessoa se tornou patrimônio porque se transformou em referente, a memória da família pessoa passou a comunicar e enunciando um sentido específico para a cidade.

Ao passo que Carlos Pessoa articula os resultados da administração pública a seu nome e de seu pai o Cel. Antônio Pessoa especialmente, faz destes lugares de memória da família Pessoa, a cidade transforma-se em um conjunto de referências à memória da família e essa por sua vez torna-se um bem comum aos sujeitos umbuzeirenses que compartilham os espaços, as memórias, fazendo com que as vivências na cidade enunciem para os mesmos o sentimento de pertencimento que dá a esse conjunto valor patrimonial, ligado principalmente à família Pessoa.

FIGURA 05: Jornal A imprensa, 31 de janeiro de 1939.



Fonte: Arquidiocese da Paraíba, João Pessoa, 2017.

Destacando o cenário da cidade de Umbuzeiro, o jornal aponta para uma série de instrumentos que compunham a cidade e que nas matérias dos anos anteriores já haviam sido apresentadas, tendo em vista que as mesmas sempre eram inauguradas em meio às celebrações que Carlos Pessoa sabia existir uma platéia e a correspondência do Jornal “*A imprensa*”, todas essas fizeram parte do processo de patrimonialização e da memória da família já estava ali solidificada, não pelo material em si, mas pelos significados que esses empreendimentos deram à vida dos umbuzeirenses e aos usos que aos mesmos foram dados.

Esses investimentos iam desde as praças que guardavam uma memória lapidada pelos bustos e rememorada pelas comemorações de morte, os prédios públicos que abrigam o nome da família como o “*Grupo Escolar Cel. Antônio Pessoa*”, mas também enquanto instituição formadora de opinião e vitrine para o reconhecimento da instrução pública na época. Até prédios que transmitiam a ideia de modernidade como os banheiros que, além de modernos apresentava uma preocupação com a higiene, a moral e os bons costumes. Havia elementos mais simbólicos como o palanque e o alto-falante que mobilizavam as sociabilidades da cidade, e a capelinha do cemitério, que guardava a mística do respeito e cuidado com os mortos. Todos estes tinham usos próprios e significados que se projetavam na importância de tê-los e em quem possibilitou sua existência, no caso a família Pessoa.

A reportagem ilustra bem a resposta que o jornal pressupunha ser dada a quem perguntasse quem teria sido o responsável por aqueles empreendimentos “*vem sem demora, a resposta de quem quer que no momento se encontra conhecedor de tudo: todas essas realizações foram promovidas pela, família Pessoa*” (A IMPRENSA, 31 de janeiro de 1939). Estava montado assim arsenal comemorativo da família com fins de patrimonialização. A reportagem continua desenvolvendo sua narrativa sobre a trajetória política Carlos Pessoa, destacando que a intervenção do Estado Novo na política municipal, dando ao mesmo o retorno ao governo, já que em 1937 havia sido designado “*Antônio Helói Ramalho*” para administração da cidade se deu graças as aspirações da população que sabiamente foram atendidas pelo interventor “*Argemiro de Figueiredo*”. Afinal “*foi pela vontade espontânea, quase unânime*” que Carlos Pessoa havia sido eleito em 1935.

Toda essa unanimidade apontada pelo “*A imprensa*” era vista como natural. O aniversariante da matéria era, segundo o mesmo, um homem de longa vida pública que desde “*muito moço, ao lado do seu honrado pai*” representou o Estado na Paraíba e no Rio de Janeiro. Portanto, merecendo as “*homenagens que lhe rendem hoje em transcurso desta grata efemeridade, os seus munícipes e conterrâneos, mas de toda Paraíba*”. Era uma conclamação

ao reconhecimento de Carlos Pessoa enquanto “*um grande lutador pelo engrandecimento do nosso estremecido Estado*”.

Por índole, excessivamente modesto, procura sempre ocultar todos os títulos e lhe exornam a frente de administrador dos mais zelosos no cumprimento do dever, que para ele, é uma coisa muito sagrada (...) os seus amigos e conterrâneos, contra sua inteira expectativa, fazem publicar um relato conciso embora, sua inteira veracidade, do que dentro das possibilidades orçamentárias, pôde realizar nesse curto período de sua extraordinária gestão (A IMPRENSA, 31 de janeiro de 1939).

Mas uma vez o jornal tenta demonstrar que as homenagens rendidas a Carlos Pessoa nada mais eram que um reconhecimento, justo, natural e espontâneo da população umbuzeirense, que eram recebidas pelo administrador com gratidão, mas que não partiam dele a iniciativa para tais, quando podemos perceber até aqui pela trajetória narrativa das fontes que os empreendimentos comemorativos partiam especialmente da família Pessoa, que no exercício da memória, estabelece ramente seus personagens e a cidade laços de pertencimento e reconhecimento, construindo um patrimônio memorial da família na medida em que produziu bens e deu a estes valores patrimoniais.

A família Pessoa constrói na década de 30 e 40 na cidade de Umbuzeiro um acervo de símbolos cuja força vai sendo percebida ao passo que a História da família se confunde com a própria vivência da cidade. Compreendemos através das narrativas do Jornal A Imprensa que se constitui um lastro imagético através da construção de bustos, das participações nas festas, da criação de novas datas, da ligação com a religiosidade, da interação com o esporte enfim. A família antes uma oligarquia do interior da Paraíba vem a ser naquele contexto uma onipresença cultural da cidade. Os sujeitos e mais especificamente o status familiar evocam a irmandade, a História, o poder e na dialética mitificadora da “essência heroica” gradativamente, tornar-se-iam, sujeitos patrimônios.

4. A cidade como palco: Alegorias dos silêncios.

Os discursos produzidos pelas reportagens dos jornais, os dizeres nos bustos erguidos na década de 1930-1940, falam de um povo Umbuzeirense, cativo, participativo, unido, orgulhoso de sua terra. Um povo cenário, um povo paisagem, um povo que assiste, onde estava esse povo, além de marchar rumo aos eventos da igreja e da família Pessoa? Por que não ouvimos suas vozes nos jornais? Por que não vemos suas imagens? A categoria povo é alçada como uma síntese de ambiguidades e contradições existentes na cidade. Faz-se de tal maneira que o “povo” parece deixar de ser a expressão dos sujeitos, mas sim um espírito de pretensa identidade imaginada para a cidade. Ser “povo” no jornal “A imprensa” faz parte de uma tela pintada com tintas em que os sujeitos são calados, emudecidos sob a cortina imensa do “espírito de um povo” construído.

Como narrar um história de personagem único? Como narrar os sujeitos? E as múltiplas vivências de Umbuzeiro em 1930 e 1940? As fotografias foram para nosso trabalho como um machado que cortou uma sólida madeira a nós imposta pelas fontes jornalísticas. Mas de que fotografias falamos? Das que se encontravam como memórias familiares, em grande medida uma produção memorial pública da cidade. Desse modo pensamos que:

Os estudos sobre fotografia e história indicam que esta se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder. A fotografia pública é produzida por agências de produção da imagem que desempenham um papel na elaboração de uma opinião pública (meios de comunicação, estado etc.). É, portanto, o suporte de agenciamento de uma memória pública que registra, retém e projeta no tempo histórico, uma versão dos acontecimentos. Essa versão é construída por uma narrativa visual e verbal, ou seja, intertextual, mas também, pluritemporal: o tempo do acontecimento, o tempo da sua transcrição pelo modo narrativo; o tempo da sua recepção no marco histórico da sua publicação, dimensionado pelas formas de sua exibição – na imprensa, em museus, livros, projetos, etc. A fotografia pública produz visualmente um espaço público nas sociedades contemporâneas, em compasso com as visões de mundo as quais se associa. (MAUAD, 2013, p.3)

Não sabemos quem estava por trás das câmeras. Esta informação que nos pareceu um problema logo desvelou aos nossos olhares uma trilha de indícios. As fotos sempre faziam referência à construção simbólica da “progressista” cidade de Umbuzeiro. Não podemos saber se eram contratadas efetivamente pela política, mas podemos entrar no olho daquele que posicionou a câmera. Possibilita-se a percepção dos usos destas imagens e exibições. Um diário forjado em si para estabelecer o poder de guardião sobre a cidade e mais, enquanto desejo primeiro, as fotografias que analisaremos são como parentes próximos das narrativas dos jornais. As consideramos, na esteira de MAUAD (2013) como fotografias públicas reveladoras da ligação com as relações de poder pretendidas pela política, especialmente em nosso caso, construtoras de um patrimônio citadino em torno da família “Pessoa”.

Entretanto, os planos centrais das fotografias manifestam estratégias de poder, mas não se limitam a isso. As imagens, observadas à minúcia, trazem personagens, espaços e objetos que falam. Ao mostrar praças, mercado, cemitérios, ruas, descortinam-se espaços de memórias marginalizados no tempo. As paredes das casas, o corpo dos sujeitos parecem implorar para serem vistos e ouvidos. A foto se abre como uma grande cena de um teatro de lutas em que os atores se deslocam de seus lugares a partir das inquietações de quem lhes busca.

Percorremos o trajeto do silenciamento, daquilo que não foi dito, foi esquecido pelas matérias dos jornais, aquilo que não interessava publicar. Vamos falar do contraste de uma cidade que se pretendia grande, suntuosa por seus monumentos, pelos personagens e a importância pretendida por eles. Ao mesmo tempo pensar as dificuldades do interior paraibano, a falta de empregos formais e a ruralidade que a cercava.

Para CERTEAU (1994) os jogos da vida são feitos *estratégias* guiadas e construídas para invadir e se instaurar no cotidiano dos sujeitos. Elas são portadoras de intencionalidades que normatizam, colocam intenções a serem guias de um determinado círculo social. Esse panorama faz edificar os *não-ditos* aquilo que é marginalizado pelas estratégias, pelos discursos. Seguir esse caminho permite que nosso olhar pra Umbuzeiro rompa as fronteiras do que fora dito pelos jornais, fazendo de nossa História um joguete intencional de lembrança e esquecimento. A Umbuzeiro que se queria lembrar é contemporânea (1930 e 1940) a cidade que se queria esquecer, silenciar.

Podemos constatar que o “esquecimento” das ruas --cobertas por lama em períodos da chuva e da poeira nos de estiagem--, dos jumentos, das carroças, das crianças que não frequentavam a escola por falta de material e fardamento, das muitas pessoas que não usavam a ceda vendida nas lojas da cidade, das mulheres que tão pouco puderam participar dos cursos de costura, daqueles que só visitavam o espaço urbano para festas religiosas. São esquecimentos que pincelamos na narrativa do capítulo anterior, ofuscados num componente urbano relegando a Umbuzeiro-PB suas características interioranas. Mas onde estariam estes sujeitos?

Para a reflexão dessa questão talvez tenhamos que recorrer ao “espírito do povo” edificado pelas narrativas jornalísticas. Tais personagens estariam vagando melancolicamente sobre a poeira da terra das ruas sem calçamento. Era como se a terra ressoasse a melancolia da existência em um espaço que só poderia ver e aplaudir. Notadamente são nessas posturas que aparecem (nos jornais da época) os silenciados de Umbuzeiro. Eles não estão nos *lugares de memória* produzidos pela família Pessoa, aliás, são sujeitos que “ganham” o direito de transitar, passar, mas aquilo lhes é concebido com a benevolência necessária às intenções daquele que os fizeram. Aqueles rostos carcomidos pelo sol, os pés rachados pela terra não estão nos jornais. Personagens sem os paletós nem os vestidos de seda. Eles estão num *não-lugar* no dizer certauniano, obscurecidos pelo lugar social produzido e oficializado pelos discursos.

Lendo os jornais (1930 e 1940) é possível construir um cenário mental de uma cidade maior, Umbuzeiro envolta pela modernização trazida pelos “ilustres Pessoa”, como eram tratados na escrita, contudo um olhar mais atento desemboca num rio de silenciamentos desenvolvido social e historicamente. Silenciar que, ao longo de décadas, esteve tão presente que contribuiu com a consolidação de certa imagem hegemônica acerca de um “passado glorioso”, em que o “povo de Umbuzeiro” viveu feliz, satisfeito, reconhecido, com uma sensação constante de unidade e gratidão.

Interessa-nos uma forma específica de esquecimento: aquela produzida e efetiva a partir do silenciamento, ou melhor, a partir do conjunto de discursos que, em determinado tempo histórico, “põem em silêncio” determinados elementos em detrimento de outros. Disciplina-se esse silêncio a partir daquilo que é narrado, enunciado. O esquecimento a partir do não-dito.

Buscaremos discutir acerca de como os enunciados apresentados até aqui e as estratégias de patrimonialização familiar produzidas na cidade de Umbuzeiro interagem com diversos sujeitos silenciados por tal engrenagem. Pensar nos sujeitos postos a margem, ressignificando-os. Como se perambulássemos em nossa pesquisa na solidão das ruas do esquecimento, procurando ver, ouvir, cheirar, tocar, degustar os silêncios numa sinestesia reveladora. Um pintor criador de quadros que revele a face questionável dos “grandes homens”, “famílias benfeitoras”, “cidade modelo”, “povo grato e satisfeito”.

Estamos dispostos a nos arriscar na delicada relação entre o dito e o não-dito, entre o enunciado e o silêncio. Entendemos que nosso trabalho narrou até aqui algo a partir da enunciação de determinados elementos, e que incontáveis outros elementos foram silenciados. As intencionalidades imbricadas nessas escolhas carregam de sentidos tanto o que é dito quanto o que se escolheu não dizer. Desdobramos nossos esforços, no intuito de descortinar os sentidos desses silêncios.

O que é narrado confere sentido não apenas àquilo que é enunciado, mas, principalmente, a tudo o que se decidiu por não enunciar, por se manter em silêncio. Logo, o silenciado e o explicitado fazem sentido e compõe ambos, facetas indissociáveis das narrativas. O que se dizia e disse sobre Umbuzeiro, sobre a família Pessoa e sobre os personagens Umbuzeirenses, esteve dentro de um jogo de intencionalidades que nos faz esquecer e lembrar, construir e ressignificar nossas relações, laços de pertencimento e formas de sentir nossas identidades acerca das experiências vividas, narradas e compartilhadas sobre Umbuzeiro.

Estamos adentrando em um jogo envolvente e multifacetado entre o real, e o simbólico. Não estamos aqui mencionando que os sujeitos umbuzeirenses não apareceram nas reportagens dos jornais, pois, de fato apareceram, mas sempre como o povo, como a massa, como uma unidade que assistia e aplaudia. Era de interesse político ter o “povo” destacado em suas matérias, era importante para os “Pessoa” que desejavam aparecer como defensores da cidade e de seus sujeitos. Questiona-se esse “espírito popular” silenciado em suas práticas, compassivo, que tudo aplaude e aceita. Uma ideia romantizada de povo satisfeito e feliz.

Refletindo sobre as intencionalidades da mídia e da política naquele momento compreendemos que falas de sujeitos humildes da região são escassas, até mesmo comerciantes e fazendeiros não são narrados. As falas restringiam-se, quase sempre, aos

títulos públicos e ao exercício político, por vezes ao religioso. Os discursos que compunham as narrativas dos jornais eram expressões e sensações de outros, que pouco estabelecia qualquer vínculo com a terra descrita, pois, tratava-se de correspondentes jornalísticos vindos quase sempre de fora. Nesses discursos de descrição, auxiliados pelas imagens, vamos à busca dos vestígios dos contrastes e dos sentidos daqueles sujeitos (1930 e 1940) em Umbuzeiro.

Traremos como suporte as imagens da cidade que nos permitiu inferir sobre a relação desses sujeitos com o espaço público, mas principalmente como esse espaço foi construído e os contrastes que produziu os silenciamentos que são ao mesmo tempo poder e paisagem. O que significaria cruzar a esquina da biblioteca municipal e não reconhecer as inscrições em sua fachada, vislumbrar os livros em suas estantes e não conhecer deles seus conteúdos. O despertar do sonho da alfabetização dos filhos? A interiorização em relação aos letrados? O orgulho de tal referência educacional? Ou só mais um prédio que compunha a cidade? Múltiplos são os sentidos possíveis de investigação.

A fotografia é um documento e, como todo documento, uma construção social com suas nuances. Aquilo que não foi fotografado tem muito a dizer bem como aquilo que não está em primeiro plano. Desse modo a captura fotográfica guarda muito das impressões de uma época. Nossas fotografias partem do acervo pessoal da família Pessoa que em seus registros familiares, fotos da paisagem da cidade, registro das construções arquitetônicas, como se quisesse bloquear o efeito inevitável do tempo sob a ação dos homens que transformam os espaços. Como se quisesse construir através dos conjuntos discursivos de jornais e fotos um **Legado patrimonial.**

4.1 Cenas de um pretense legado familiar.

Até aqui trabalhamos com a ideia de traçar a trajetória de construção memorial da família Pessoa durante a década de 30 e 40, transformação dos espaços e da paisagem da cidade de Umbuzeiro para fins patrimoniais, construção de lugares de memória e a rememoração constante desses espaços pela comemoração. Perpassaremos essa dinâmica agora pelo conceito de “legado” memorial de uma família que se pretende detentora de valor histórico pelos homens de vida pública que a compuseram.

Três deles já discutidos nesse trabalho Antônio da Silva Pessoa, João Pessoa e Epitácio Pessoa, esses serão os personagens que encenam o processo de investimento memorial em busca de uma institucionalização do legado da família Pessoa. Os herdeiros

dessa memória são também os responsáveis por guardá-la, esses personagens devem fugir do esquecimento pelo “dever de guarda”. Estamos no processo de compreender que tipo de patrimônio foi construído em Umbuzeiro, como foi, e para que fim, certos de termos conduzido o primeiro e segundo objetivo. Debruçamo-nos no terceiro objetivo de compreender a finalidade desse trajeto, acreditando ser ele, a institucionalização e solidificação de um legado histórico para a família Pessoa através de investimentos memoriais.

É preciso ainda esclarecer que tipo de legado está situado como estratégia de ação política por parte da família Pessoa de Umbuzeiro. Seguindo as discussões apresentadas por HEYMANN (2005) direcionamos nosso olhar para a concepção de legado como “investimento social por meio da qual uma determinada memória individual é tornada exemplar ou fundadora um projeto político, social, ideológico, etc.” (HEYMAN,2005,p.22). Não desconsiderando ainda a ideia de legado enquanto princípio da ação política e as realizações de atuação pública de determinado personagem.

Considera-se aqui um tipo de legado de natureza memorial, caracterizado pelo conjunto de fontes produzidas pela família Pessoa no intuito de manter viva a memória de personagens da mesma. Esse tipo de legado se materializa em “arquivos, peças e toda sorte de registros que remetam à figura e atuação do personagem, que passa a ser objeto de ações de preservação e publicação, por meio das quais, por sua vez, o legado substantivo atribuído ao personagem é constantemente atualizado e ressignificado.” (HEYMANN,2005,p.23). Nessa compreensão o trabalho de construção de espaços de memória, a ressignificação da paisagem da cidade em Umbuzeiro, o processo de patrimonialização que vem sendo apresentado até aqui se descortina como investimento social para tornar a família Pessoa exemplar e alicerce da política paraibana e referência. Um legado a ser mantido e exaltado por seus “herdeiros”.

“Herdeiros” são eles diretos,ou seja, filhos, netos, primos e todos que compõem o seio familiar, mas, também todos aqueles que partilham as memórias dessa família, aqueles que nos discursos dos jornais e na intenção primeira das imagens pareciam pertencer a um todo familiar, a família Umbuzeirense, cujos símbolos maiores estavam naturalmente definidos. Herdeiros desse legado, responsáveis por guardar, conservar e atualizar essa memória, que torne esses investimentos úteis ao contexto social e que legitime essa memória como exemplar e de fato referência.

Segundo HEYMANN (2005) a produção de um legado é submetido a situação diversas, dependem principalmente da ação dos sujeitos que expressem a necessidade de recuperar esse legado ou construí-lo. Estes são portas vozes do “risco” do esquecimento, da “dívida” com a memória do personagem, responsáveis por legitimar os legados e os objetos que os simbolizam. Nesse sentido a posição de prestígio e poder político-econômico contam fortemente para edificação dos legados “Alguns elementos determinantes para o processo de produção e institucionalização de legados são o lugar ocupado por esses sujeitos, os recursos e as adesões que consigam mobilizar a partir das suas estratégias políticas e discursivas” (HEYMANN, 2005,p.27)

Dois modelos de estratégias são colocados: As discursivas, que englobam as homenagens, comemorações, publicação e as políticas, dando conta das redes de relações, agenciamentos, contatos no plano governamental e financiamentos. Todas erguendo a atualizando investimentos sócio memórias sobre a memória individual de determinados personagens. O legado numa relação entre a imagem dos sujeitos no passado, construindo-os imagetivamente no presente e legando um horizonte de expectativa dos mesmos ao futuro..

O que entra no jogo de reconhecimento de um legado de natureza memorial não é apenas as condições possíveis de criação do mesmo, mas as formas pelas quais a memória é evocada e comemorada. Adentramos na dinâmica da experiência do vivo e as expectativas projetadas para o futuro, esse é o papel da memória e os espaços que permeiam a patrimonialização dos Pessoas, ou seja , dos personagens dessa família. É nesta mesma dinâmica que os legados se solidificam.

. “A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração” (HEYMANN,2005,p.27). Ainda que referido a um momento histórico o legado transcenda ao seu contexto de atuação, projetando seu significado para frente e partindo do pressuposto que é possível sempre ressignificá-lo através dos interesses e atuações dos agentes que os preservam. Talvez por esse motivo o legado seja em si, uma contradição. Como? Na medida em que atua como cristalizador de uma memória, admitindo que sejam utilizados os diversos sujeitos como elementos a seu serviço. Se reconhecermos um legado constituído é plausível que propúnhamos o silêncio que ele arrasta. Como ouvir os silêncios? Objetivamente o silenciar é mudo. Mas subjetivamente é provável, que nós historiadores, possamos lidar com eles através de variadas fontes. Aqui colocaremos um

álbum de fotografias sobre a mesa e começaremos a passar às páginas a procura dos esquecimentos.

4.2 Fotografias que revelam: Faces do lembrar e esquecer.

As imagens são postas em uma circularidade de influências que podem mostrar contradições socioeconômicas vividas na cidade de Umbuzeiro, entre a elite comentada nos jornais e os homens e mulheres comuns, no contexto de uma cidade que nem sempre lhes foi favorável. Mesmo que nos relatos do jornal se falasse de Umbuzeiro como um município dos mais “florescentes”, de melhoramentos, e da digna administração de Carlos Pessoa. É sabido que nas formações grupais, os habitantes das zonas mais afastadas do centro, em especial do contexto econômico na década de 1930 não gozavam de habitações modernas e luxuosas. As imagens que apresentaremos a seguir retratam o contraste entre a cidade que se pretendia grande e marcada por belos monumentos, e a cidade que se construía no entorno dos mesmos.

FIGURA 07: Avenida Carlos Pessoa.



Fonte: Acervo Pessoal.

A imagem [FIGURA 07] nos conduz à atual Avenida Carlos Pessoa, antes chamada de Marechal Deodoro. O ângulo capturado pelo fotógrafo nos deixa perceber que ele se encontrava em frente a atual praça da bandeira, onde no ano de 1937 foi inaugurado o alto falante, os banheiros públicos e construída a praça do palanque, cenário das festas realizadas por Roberto Pessoa já narradas neste trabalho. No entanto, o que chama nossa atenção para

este espaço são as residências que nos são apresentadas bem como os pontos comerciais do centro da cidade de Umbuzeiro na década de 1930.

Em 1930 e 1940, esse já era o espaço que compunha o centro da cidade enlaçado pela construção do mercado público, do colégio Cel. Antônio Pessoa, o prédio da Prefeitura e, posteriormente a Matriz nossa senhora do Livramento. Todos em contato com a Praça João Pessoa, que recebe esse nome em 1930 e nas imediações da Av. Dr. Carlos Pessoa. Já nestas décadas o centro da cidade de Umbuzeiro era composto por um empreendimento político cuja finalidade era cercar aquele ambiente das ambições pretendidas para a cidade. Era como se o centro fosse o espelho em que se refletia o desejo e o poder exercido pela família Pessoa na cidade. Ao mesmo tempo em que cidade tinha um molde a ser apresentado nas narrativas.

As habitações que compõem a imagem são altas e largas, com três grandes portas, essas certamente, estabelecimentos comerciais, são também locais aglutinadores de pessoas que se encontravam para conversas, e na movimentação de uma compra e outra trocavam as informações que chegavam aos jornais, que circulavam na cidade. A circulação dos jornais e de suas leituras tinha provavelmente como base as rodas de conversas que se formavam em tais ambientes de sociabilidade. O público leitor notadamente não era vasto, dado que os jornais eram um meio elitizado na época, porém, as notícias lidas pelas elites eram repassadas através da oralidade e para isso, praças, feiras livres eram fundamentais. São nesses espaços que boa parte dos sujeitos, não leem os jornais, mas sim escutam o reverberar das notícias “importantes”.

Esses edifícios eram o ponto de informações, trocas de mercadorias e esperas. A imagem nos dá pistas dessas sociabilidades, quando observamos esses homens dispostos à frente desses locais. Não nos surpreende que a fotografia não apresente mulheres, já que elas nesse período estavam condicionadas aos trabalhos domésticos, e os ambientes como vendas, mercearias e a própria rua, eram espaços de encontro masculino.

As demais casas que aparecem na imagem são de tal maneira, grandes e largas, com grandes portas, porém, com duas janelas o que nos indicam residências. A ideia higienista de ventilação/circulação de ar e a inspiração com as casas de fazendas de interior justificariam as grandes portas e janelas que se fazem presentes na arquitetura local dessa época. Umbuzeiro teria uma relação entre as elites, pois, ao mesmo tempo em que pretendia ser uma cidade nos padrões modernizantes estava diretamente vinculada às elites rurais, haja vista, a família

Pessoa que tinha em sua fazenda a grande ancora em que se respaldava todas as decisões políticas. Sobre isso MARIANO (1999) possibilita o pensamento contraditório de algumas regiões do Nordeste no começo do século XX em que os elementos modernizadores chegavam pelas mãos dos fazendeiros das elites rurais. A arquitetura de Umbuzeiro é uma imagem subjetiva das ligações culturais que a cidade ainda mantinha, mesmo na elite, com o rural e o campesino.

Todas elas comerciais ou residenciais tem em comum os detalhes em seus contornos, jarros de flores nas pontas dos telhados, formas geométricas das mais diversas, arredondadas, triangulares, retangulares nas fachadas e nas modelagens das janelas e portas, requintes que nem de longe se parecem com as habitações da gente simples, agricultores, vaqueiros, meeiros e etc. Mas afinal que Umbuzeiro era essa?

A imagem nos leva a pensar numa construção que está além do exposto. A fotografia retrata uma parte de uma cidade maior. Talvez interessasse aos “Pessoa”, mostrar e “confirmar” as descrições ditas nos jornais. A imagem enfatiza um espaço que se consagrava como “novo” e, portanto era mais uma obra que nutriria o legado da família. Mas o que nos cabe perguntar? Cabe-nos perguntar sobre os silêncios. Onde estariam as camadas pobres desse lugar? Em que parte estariam os sujeitos reunidos e descritos como massa nas matérias dos jornais. Certamente lembrá-los junto a esta imagem seria uma contradição, pois a face marcada pelo sol e pelas dificuldades contrastaria com o “belo” politicamente construído. Eles deveriam ser um “pano de fundo”. É assim que aparecem. Como personagens que simbolizavam uma linha evolutiva.

A cidade é, apesar de seus melhoramentos, circundada por contingente considerável de homens e mulheres que estariam a margem de toda transformação, apenas viam. Ao ver fazem um movimento em dois âmbitos: Reconheciam a beleza de tudo e, portanto aplaudiam (projeto pensado numa estratégia de patrimonialização) ou iam se insinuando no interior daqueles espaços criando novas cotidianidades para sobreviver, formas de conviver com as transformações que lhes eram impostas. Mas onde estavam esses sujeitos esquecidos? Para o debate dessa questão analisemos a imagem abaixo:

FIGURA 08: Rua do Cemitério.



Fonte: Acervo pessoal Família Pessoa.

Como um labirinto as fontes de História podem descortinar para quem as interpela possibilidades que vão além da intenção de quem a fez. A fotografia traz em evidência primeira a amplitude de um calçamento que leva até o cemitério local. Dois símbolos que são retratados na imagem como algo a ser lembrado e comemorado naqueles tempos. Ruas largas, cemitério suntuoso. A casa dos mortos seria honrada também com a efervescência do projeto da família “Pessoa”. Porém como nas encruzilhadas de um labirinto podemos ver na imagem o contraste perfeito entre o centro da cidade e os bairros de seu entorno.

Ao fundo o cemitério é cercado por um considerável muro branco e os topos de alguns túmulos se fazem vistos, assim como o teto da capela que foi anunciada em 1939 como uma das obras de grande valia realizadas por Carlos Pessoa, a ampliação do cemitério e a construção de sua capela interna. “Outra realização de prefeito digna de menção é a construção de uma capela no cemitério da cidade, bem como o especial calçamento da área que lhe dá acesso” (IMPrensa, 31 de janeiro de 1939).

É logo vista a suntuosidade do cemitério, em especial, quando está colocada ao lado de casebres pequenos em ruas sem calçamento. A imaginação nos permite pensar o olhar das pessoas, das crianças que aparecem nas ruas de terra, olhando para a magnitude daquela construção. Um olhar de estranhamento, de encanto, mas principalmente, podemos nós, observar o distanciamento social. Enquanto as almas vivas empreteciam as unhas dos pés em contato com a terra, enquanto respiravam o ar misturado a poeira levantada pelos ventos, os corpos mortos eram dignificados com um caminho, com uma grande rua que os levava até a última morada corporal.

Parece-nos que algumas almas “importantes” ali enterradas mereciam mais preocupação do que aquelas que ainda viviam ao lado. O cemitério apesar de receber a maioria das pessoas que morriam em Umbuzeiro tinha em seu interior a diferença social encontrada nos túmulos. Os túmulos da família “Pessoa” eram geralmente maiores, edificados em mármore. Sendo relevante a informação de que mesmo de fora se via partes dos túmulos da “ilustre família”. Assim, seria o cemitério mais um elemento que demarcaria o lugar de memória patrimonial da família ao passo que também representava a contradição entre este projeto de memória e os silenciamentos que ele produz.

Tratava-se de uma rua ampla com duas vias, uma como se ver na imagem calçada para dá acesso ao cemitério e uma outra ainda de terra que dirigia as comunidades rurais que se localizavam naquela direção. Essa obra era destacada como um grande melhoramento para a cidadepartia das investidas do “digno” prefeito Carlos Pessoa, que mantinha o cuidado com a limpeza e organização das ruas, da cidade e seus distritos. “A sua preocupação pelo asseio da cidade e sedes distritais e cemitérios é admirável, constante, extraordinária, sem favor. Sob a direção de um zeloso funcionário, existe trabalhando uma turma de operários no asseio da cidade, diariamente. Limpezas quase diárias há, também nas sedes distritais e em todos os cemitérios municipais.” (IMPrensa, 31 de janeiro de 1939).

Para os jornais as ruas que existiam eram as que tinham sido moldadas ao prazer e desejo da família. As imagens nos apresentam outra situação. Existiam sujeitos e espaços que não são mencionados. Para um leitor, ou alguém que ouve a ressonância das notícias, só existe uma rua levando ao cemitério, como se fora ela a personificação da evocada “grandiosidade” da ação dos “Pessoa”. Isso não nos soa como natural, ao contrário, os esquecimentos são fundamentais a projetos que visam cristalizar uma memória. O que não é dito, não o é pela esteira intencional sorrateiramente posta. Aqueles sujeitos que aparecem

descalços, na rua de terra da referida imagem são “falhas”, dado que a fotografia mostra como plano central a rua. Os paralelepípedos falavam mais aos ideários dos “Pessoa” do que os marginalizados sujeitos da imagem.

Além do calçamento e da ampliação do cemitério, tidos como investimentos no “aformoseamento” da cidade e de grande destaque a administração pública da época, a imagem nos apresenta um pouco mais dos silêncios na narrativa do jornal “A Imprensa”. O “extraordinário”, “admirável”, em embate com uma cidade que não interessava mencionar. O centro comportava uma pequena parcela da sociedade Umbuzeirense da época, a elite de comerciantes, funcionários públicos, e alguns pequenos produtores, estando a maior parcela concentrada no contexto rural e/ou economicamente menos favorecidos que moravam no entorno da cidade.

Ao observar as habitações da [FIGURA 08] nos deparamos com casas baixas, estreitas, sem nenhuma forma geométrica que marque seus contornos, portas e janelas pequenas, telhados simples e expostos, demarcadas por cercas de estacas possivelmente retiradas pelas mãos calejadas dos homens Umbuzeirenses. A primeira casa do lado direito da imagem nos dá indícios de ser um estabelecimento comercial por apresentar duas portas, possivelmente um boteco. Por ali poderiam transitar as personagens que comprariam miudezas múltiplas. Contudo os botecos são em termos estruturais bares com grandes balcões em que os goles de cachaça servidos regavam as agruras e as sensações de boa parte da população pobre do lugar. Sem preocupações com os talheres, as louças, o cheiro da bebida típica servida - a cachaça - se misturava aos sons das doses sendo postas pelo bodegueiro e ao tilintar dos litros e dos copos. Uma cortina de fumaça advinda dos cigarros de fumo de rolo poderia criar naquele estabelecimento uma sombra, que encobria os sujeitos que o frequentava.

Não era intenção dos jornalistas que retratavam a cidade na época abandonar esta fumaça, ao contrário, nos parece fundamental torná-la intransponível, obscurecida na atmosfera dos botecos. Um estabelecimento díspar ao que vimos no centro, com sua suntuosidade, distante, próximo ao cemitério. Certamente os botecos distantes da área central não seriam pontos de encontro dos homens ditos “importantes” daquela região. Os personagens da família “Pessoa” provavelmente não transitariam cotidianamente por aquele ambiente.

É possível perceber ainda crianças e mulheres que possivelmente dirigiam-se ao centro em busca de algo que as faltasse em casa ou de algo que só conseguissem com uma ida ao centro. Ir ao centro nos parece ir ao encontro de outra realidade, de outra cidade, com outros tons e arquiteturas. O que nos prende a atenção e nos faz refletir é o contraste entre a cidade imaginada e a anunciada nos jornais em 1930. Os olhos que observam através da FIGURA 08, que passeiam pelas narrativas dos jornais, se desatentos, pouco avisados, constroem uma imagem de duas cidades de Umbuzeiro nas décadas de 30-40. Afinal de qual cidade falamos? A pergunta é mais uma ironia retórica para enveredar pelas contradições entre o que vemos nas imagens e as narrativas do sonho da cidade do “progresso”, cidade da “gloriosa” linha hierárquica da “Família Pessoa”. As fotografias nos possibilita por em questão todos os discursos produzidos nos jornais que pesquisamos.

Neste ambiente não observamos a existência de praças, nem das plantas que ornaram o ambiente como na FIGURA 07, onde é possível ver os pés de “ficus”, arborizando e compondo o cenário da cidade. A ventilação, a sombra para o descanso, nada disso parece preocupação no ambiente da segunda imagem. Apesar de existirem postes de energia elétrica na e a mesma ter sido inaugurada em meados de 1936, não nos parece que os mesmos servissem a essas unidades residenciais, tão pouco fizessem a iluminação pública, visto que não visualizamos as lâmpadas para essa finalidade como é possível ver na FIGURA 07. Os postes localizados no centro da cidade têm acoplados os suportes para as lâmpadas, não observados na relação e comparação entre as duas imagens.

Acreditamos que a iluminação pública se limitasse às regiões próximas ao centro da cidade, não se estendendo aos bairros mais afastados, pois, só na década de 1950 houve a ampliação das instalações de iluminação elétrica de Umbuzeiro, Aroeiras, Santa Cecília, Gado Bravo, Mata Virgem bem como um conjunto de comunidades rurais através do projeto eletro-rurais. A eletricidade é, portanto prioridade para uma parte da Umbuzeiro daquelas décadas. Mais uma vez a árvore Umbuzeirense cujas raízes eram os “Pessoa” tem suas folhas dispersas ao vento quando postas em choque com as imagens daqueles tempos.

O que se mostra gritante na análise de nossas fontes são os dois polos de disparidade entre a cidade que imaginamos a partir dos relatos do jornal e a cidade fotografada. As falas de enaltecimento constroem em nosso mental uma Umbuzeiro com ares de cidade moderna, maior e mais dinâmica em contraposição as imagens registradas que nos permitem caminhar pelos silêncios deixados na experiência dos sujeitos. As fotografias são peças chaves para a

discussão de como a cidade além de ser narrada, poderia ser sentida. Se unilateralmente analisarmos as reportagens do jornal, construímos um mapa mental que silencia esses outros espaços que estão além do centro, esses sujeitos além da elite. O discurso do jornal atendia a uma pretensão de unificação, de um todo Umbuzeirense, que é desmontado por essas imagens, quando é possível de perceber outras formas de sentir a cidade por aqueles que socializavam e viviam nos bairros adjacentes.

As relações de pertencimento com as praças, com os bustos, com a iluminação são destoantes no próprio contexto da cidade e se alargam quando pensamos a zona rural.²³ Tidos como os visitantes, que estavam na cidade esporadicamente com objetivos como: passeio, comércio, eventos, os sujeitos rurais eram importantes como celebradores. Comemorar, fazer parte da inauguração, compor a “massa que aplaudia” (no dizer das narrativas de jornal) em dias de solenidade religiosa era a garantia de ter esses sujeitos do espaço rural, compondo também essa relação do poder e da paisagem. Não faria sentido ter um busto em uma praça para servir como um quadro em uma parede, que pode ser observado ou ignorado na mesma proporção, era preciso dar significado e sentido a esses espaços. Era como se as personagens tivessem um lugar definido. Seria o povo de Umbuzeiro, “povo” categorizado enquanto elemento que legitima aquilo que fora proposto. Apesar de serem silenciadas nos relatos dos jornais, as comunidades rurais eram aqueles que davam corpo a esses eventos, eram para eles que os banheiros foram criados, para os visitantes aqueles que ali não residiam. Porém, o discurso ressaltado era o do investimento, da modernização, sem se reportar para que e quem servisse. Nos relatos do jornal o rural é marginalizado para dar voz a uma cidade imaginada, enunciada como “mais florescentes do estado”.

No contexto da década de 1930 ainda voltando os olhos para a FIGURA 08 existiam apenas dois cemitérios no município, um em Umbuzeiro e outro em Barra de Natuba²⁴. A igreja Matriz comportava todos os batismos e casamentos da região. O cemitério comportava todos os falecidos, justificando sua ampliação e melhoramento já na década de 1930. Ele era um dos convites, se é que podemos dizer que somos convidados a morrer, para adentrar a cidade. Nele é possível observar os contrastes sociais, estabelecidos nos espaços dos vivos e

²³ De acordo com Gomes (1995) a população de Umbuzeiro a população de Umbuzeiro somavam de 35 a 45 mil habitantes. No entanto, mesmo não tendo dados exatos é possível dizer que a população rural constituía uma significativa maioria em relação aos habitantes do centro urbano do município de Umbuzeiro. Pois, de acordo com o mesmo autor passavam de 54 as comunidades rurais.

²⁴ Distrito da cidade de Umbuzeiro na época pesquisada (1930-1940) atualmente município de Natuba.

dos mortos. As pontas dos túmulos na imagem são de propriedade das elites locais, o primeiro e com especial destaque, pela altura e o material de sua estrutura é o da Família Pessoa, adentrando uma escala do mais nobre ao mais simples. Um quebra cabeças montado das famílias mais afortunadas nas maiores e mais altas estruturas. Por serem as mais tradicionais e antigas, estão na entrada do cemitério. Chegando as outras que se organizavam as margens- direita e esquerda- da entrada. Uma capela surge, como se fosse um caminho nos proposto pelas peças do jogo, um caminho guiado pelas personalidades centrais e majestosas dos “Pessoa”.

Esses sujeitos visitantes: Para os sepultamentos, para feira, para as festas da Igreja, para as vaquejadas, os treinos de futebol, são aqueles que dinamizam o espaço da cidade, são eles que também o praticam, no entanto, para o jornal não existia o interesse de anunciá-los. Parece-nos que era interessante anunciar a presença do “Dário” sobrinho do padre ou de “Roberto Pessoa” e “Epitácio sobrinho” irmão e primo do prefeito, respectivamente. Os representantes de política, da justiça, de uma elite tem representação e um poder estabelecido entre os seus nas narrativas dos jornais em detrimento disso se silencia os sujeitos que viviam o cotidiano e a experiência da cidade, sujeitos que só tinham sua presença confirmada quando o discurso se reportava ao “povo” à “massa” que não tinha nome, não tinha rosto, não tinha classe, nem referência, apenas relatada como espectadores de um espetáculo com artistas definidos. Onde estavam esses homens sentados à frente das vendas? Essas senhoras que caminham com suas crianças na rua? Que circulam nas feiras? O tempo já não nos permite ouvir suas vozes, mas as imagens vão nos permitir traçar caminhos na construção de indícios, que não os apaguem, não os silencie por completo.

4.3 De plateia a atores: Os sujeitos Umbuzeirenses tomam a cena

Em busca de compreender mais de como viviam as pessoas na cidade de Umbuzeiro entre as décadas de 193 e 1940, fomos à procura da vida nas relações mais cotidianas, dos momentos de lazer e dos de tristezas e dificuldades. Como essas pessoas se locomoviam, como se alimentavam, como se vestiam. Pincelando e compondo uma tela de um cenário que ultrapassa as fronteiras do centro da cidade. Nesse imenso quadro, a feira livre, embora no centro, estabelece uma conexão com sujeitos e vivências mais esparsas.

A imagem da feira livre pressupõe a imaginação da exposição dos produtos comercializados: alimentos, serviços e objetos. A fotografia que dispomos nos move para pistas desse cotidiano, num movimento entre as pessoas e a relação com os espaços

produzidos. Ela descortina para nós o universo da feira livre em Umbuzeiro de maneira que nos ajuda a imaginar as relações do povo naquele momento de socialização e como se compunha aquela gente.

FIGURA 09: Mercado público municipal.



Fonte: Acervo Pessoal

A FIGURA 09 nos apresenta o pátio da feira central de Umbuzeiro, na atual praça da bandeira, conhecida popularmente como praça do mercado desde sua construção em 1916. Obra de grande investimento que deu uma nova visão urbana à cidade, sendo ele um dos impulsionadores para o deslocamento da feira semanal para esse novo espaço, passando a compor o novo centro da cidade. Pensado com ruas largas e arborização em seu entorno o mercado público passou a reorganizar o espaço da cidade, já bem antes da década de 1930 junto aos demais prédios postos ao seu lado tais como: Prefeitura, igreja, colégio Cel. Antônio Pessoa e praça do palanque.

Fotografado de frente, com ângulo que o valoriza como objeto central da foto, o prédio que visualizamos obedece a uma lógica arquitetônica de grandes formas geométricas que certamente impactava por seu tamanho e centralidade no espaço da cidade. A fotografia nos faz perceber o tom monumental de sua estrutura, três grandes grades que servem como as portas, quatro janelas laterais, duas entradas de ventilação entre as portas. Vislumbramos no

contexto frontal, lateral e por trás a mesma estrutura, que com algumas poucas mudanças estruturais se mantém atualmente como visualizamos na imagem.

O mercado reunia os comerciantes daquele período, cada um destes tendo dentro do prédio seu local fixo para comercialização, principalmente se vendia cereais e estivas, as carnes das mais diversas eram vendiam no espaço livre da feira, pois o açougue só foi construído anos depois ao lado da capela da conceição, também no entorno do prédio do mercado. Segundo GOMES (1995), desde o início do século havia seis polos de vendas, ou seja, feiras livres espalhadas pelo território umbuzeirense.

O que nos interessa na FIGURA 09 não é exatamente o prédio do mercado, sem querer retirar o valor de sua importância. Nem nos prender no ângulo principal buscado pelo fotógrafo, pois ele nos faz inferir que a feira foi pano de fundo, o real protagonista da cena fotográfica era o prédio e seu gigantismo. No entanto, é exatamente esse pano de fundo que estimula nossa análise.

O protagonismo dado por nós destoa da intenção do autor da imagem, deslocando-a para os sujeitos que vivenciaram as feiras livres nas décadas de 1930-1940. Podemos perceber na FIGURA 09 que a feira ultrapassa o espaço do mercado público, não perdendo sua característica do próprio nome “livre”. Existem em sua composição os conhecidos “bancos”, barracas que ficavam no lado externo ao mercado, construídos de madeira e cobertos por tecidos ou “lonas de tecidos” para proteger do sol. Essas barracas abrigavam as mais diversas mercadorias a serem comercializadas. Existiam ainda aquelas menos formais, compostas por caixotes dispostos no chão ou apenas uma bancada desprotegida do sol. Quase sempre abrigavam o comércio rápido, as produções de agricultores vindos da zona rural para vender na cidade, desde galinhas, queijos, milho, feijão e outras variedades. Esses homens não eram grandes comerciantes, eram criadores e agricultores que vendiam diretamente o que produziam sem necessariamente repassar para os comerciantes.

Observamos a disposição entre as barracas dos comerciantes fixos com estruturas de madeiras e cobertas, e as bancadas e caixotes dos produtores que comercializavam na feira. Em comum é possível perceber que ambas concentram as pessoas em seu entorno, certamente a pressa não fazia parte das preocupações desses homens, a feira era ambiente prazeroso, de conversas, de distração, de encontros, momento esperado para acontecer. Vestiam-se as melhores roupas, os chapéus de “massa” saíam dos armários, ou mesmo os de palha. Aqueles

que podiam engraxavam seus sapatos para circular na cidade em dias de feira. Ao invés de registrar homens circulando, com sacos, sacolas e balaios, como registramos em outras imagens da feira livre em anos posteriores, registramos homens aglomerados nas tendas que as barracas formavam, ou dispostos ao redor das mercadorias em meio a prováveis negociações e conversas.

È pertinente destacar que a fotografia além de mostrar os sujeitos fotografados dispostos em grupo, apresenta uma relação interessante de gênero, não sendo possível observar nenhuma mulher nessa imagem, algo explicável quando nos reportamos ao contexto cultural da época. Era papel de homem ser o provedor da casa, era ele o responsável pelas finanças, aquele que comandava o dinheiro, como este entrava e como o mesmo seria gasto. As compras dos materiais domésticos eram realizadas em sua maioria pelos homens, as mulheres aguardavam as mercadorias em casa, não tendo o direito de “pegar” no dinheiro nem tão pouco escolher que produto seria consumido pela família.

A estas mulheres ainda era negado o direito a negociar na maioria das vezes, vender as mercadorias de sua própria produção, tendo em vista que na agricultura familiar todos se dirigiam ao roçado, mulheres, homens e as crianças, essas mulheres plantavam, colhiam, e produziam como no caso da farinha dada pela produção de mandioca, no entanto, a parte da negociação ficaria ao cargo do homem. Justifica-se tal conjectura por vários discursos produzidos pela sociedade, seja pela mulher como alguém facilmente enganada, por não ser ambiente para as mesmas, por não deixar sozinhos os filhos dentre outros.

O discurso do não ser ambiente para as mesmas justificaria nessa imagem a ausência da presença feminina. A rua, as bodegas, as feiras não eram lugares a ser frequentados por mulheres, sendo espaços de socialização, de lazer, atraíam para coisas que passavam o tempo e distraíam, ou seja, as conversas, bebidas, fumo, jogos, tudo aquilo que para sociedade era transgressor aos valores morais e religiosos. As mulheres deveriam circular em ambientes como a igreja, procissões, sepultamentos, geralmente acompanhadas de seus pais ou maridos. Existissem exceções e contradições principalmente quando falamos da mulher do contexto rural e urbano, entre as de cidades pequenas, médias e grandes, porém as variações em relação ao papel da mulher no contexto de 1930 nos permite fazer todas estas ressalvas ao analisar a imagem fortemente marcada pela presença masculina.

Outro elemento importante a ser analisado para adentramos cada vez mais nas formas de viver, sentir e perceber a cidade de Umbuzeiro nas décadas de 1930 e 1940 é a relação dos sujeitos com os animais. Contraste bastante singular entre o espaço urbano e o rural, envolto no jogo que a época estava vivendo, dos elementos modernos que chegavam e os usos tradicionais, das aquisições econômicas de uma pequena parcela e toda a outra que convivia com os anseios de uma observação do espetáculo enfatizado pela política proposta pelos “Pessoa”. O alargamento das contradições daqueles que possuíam e os que não, ia de encontro ao sentimento de pertencimento que a família Pessoa pretendia criar com todas as celebrações e monumentos, uma estrada de duas vias que construía uma unidade pelo simbólico e desconstruía pelas contradições sociais e econômicas obtidas nas relações cotidianas.

Na FIGURA 09 é possível observar três animais, dois jumentos e um cavalo. Ambos os jumentos carregados com “caçoás” provavelmente com mercadorias compradas ou vendidas na feira, ainda sobre seu lombo homens que sentados sobre os caçoas aumentavam o peso que transportava os pobres animais. Imagina-se que dessa forma percorriam longas distâncias até seu destino final, um possível sítio da zona rural. O homem sobre o lombo do jumento no canto esquerdo da imagem se resguarda do cansaço da caminhada, e com seu chapéu de palha encobre seu corpo do sol, indícios de um sujeito simples da zona rural, que conseguimos identificar por seu chapéu de palha com sua forma arredondada no topo e nas abas, o que o diferencia do chapéu de “massa” que tinha no topo uma leve dobradura que dava aspecto de uma ponta, além de suas abas extremamente curtas em relação ao de palha. É possível inferir que esse homem enfrentaria uma grande caminhada ou não possuía posses suficientes para o chapéu de “massa” ou que ainda que o tivesse era guardado para dias de festa. O outro sujeito de jumento à direita deste primeiro igualmente em cima de caçoás parecia aguardar uma última negociação, não trazia sob a cabeça chapéu, talvez por não fazer uso do mesmo como acessório.

Um terceiro animal aparece na imagem e nos desperta a possibilidade de analisar mais profundamente as contradições que existiam no contexto social, trata-se de um cavalo. No lado direito da imagem na mesma direção da porta principal do mercado, visualizamos o animal com parte do corpo em baixo de uma barraca e sem nenhum peso sobre o seu lombo, aparenta aguardar alguém que ainda irá montá-lo. Mas quem? E que poderia nos dizer um animal sozinho em uma fotografia?

Esse animal sozinho nos sugere indícios de quem é o sujeito que o monta, diferente dos dois apresentados como donos dos jumentos, o dono do cavalo é alguém de mais posses. O cavalo não é um animal de carregar grandes cargas, logo se considera como sendo alguém que não veio à feira com produtos a comercializar, ao invés de caçoás ele leva apenas a sela em seu lombo. Ela servia apenas para transportar pessoas. Não sendo um animal destinado para o trabalho pesado, criá-lo significava tê-lo unicamente para transporte, um gasto inviável para alguém de poucas posses que tinha no jumento o meio de transporte das pessoas de sua família e das mercadorias.

O cavalo foi por muito tempo o principal meio de transporte dos homens e até mesmo das mulheres quando necessário, ter um cavalo nas décadas de 30-40 significava também status. Quem possuía cavalos eram os fazendeiros ou o dono de pequenas propriedades lucrativas, os demais se transportavam a pé ou a jumento, animal mais barato, fácil de criar e servia ao mesmo tempo para o transporte e ao trabalho. Logo os sujeitos que revelamos estão entre os simples agricultores rurais e a elite local.

Acreditamos que a elite inicialmente transportava-se nos lombos dos cavalos, porém, depois da chegada dos automóveis esse passa a ser o meio de transporte desejado. A elite se automatizou quanto podia, dado que mesmo para elite era um dispêndio comprar carros aqueles tempos, os sujeitos de algumas posses mantiveram-se sobre o lombo dos cavalos e os sujeitos de poucas aquisições sobre o lombo dos jumentos. Essa realidade se estendeu por muitas décadas, os sujeitos mais simples só reconheciam os automóveis os vendo passar, sendo esta situação mais uma legitimação do lugar de poder e de memória das elites locais.

Pelos rostos dos sujeitos, as vestes, os animais, as barracas, outro olhar sobre Umbuzeiro se apresenta. Os personagens parecem numa cena atuando e nos possibilitando pensar sobre os usos feitos pelos sujeitos dos lugares entregues pela “benevolência” política dos “Pessoa”. Estes lugares se transformam em espaços praticados. É como se pudéssemos sentir os sons das feiras. Os gritos para vender, os cheiros exalados em confusão pela variedade dos produtos. As imensas paredes do mercado são engolidas pelos espaços produzidos pelos sujeitos. A grandiosa obra parece calar diante da vida que as relações cotidianas da feira propõem. Seduzidos pela imagem fomos embebedos pela relevância das nuances da fotografia. Aqueles homens e mulheres silenciados pelos jornais e suas narrativas parecem gritar aos nossos ouvidos na feira livre. Como se quisessem ser libertados de uma morte: A morte do esquecimento.

As carências, as ausências, as contradições eram gritantes entre toda essa gente simples que viva o espaço da cidade de Umbuzeiro. As dificuldades de locomoção, pela distancia e dos meios de transporte fazia com que muitas das experiências da cidade como a escola, a biblioteca, as praças, e a própria feira livre não fizessem parte da realidade de muitos. Experiência de poucos que podiam e tinham como sobreviver na cidade e/ou visitá-la, esta era ainda espelho para aqueles que chegavam lugar de encantamento, de prosperidade, palco para as cenas políticas da família “Pessoa”. Cenas que ficaram registradas pelos jornais, pelas marcas na paisagem da cidade, que muito nos diz das vivências dos sujeitos, porém, não nos diz tudo. Nosso olhar sobre as fotografias em contraponto ao que foi arquitetado pela memória oficial nos permite dizer muito mais sobre esses sujeitos e sobre essas cotidianidades e mesmo assim não diremos tudo daquilo que ainda pode ser dito.

FIGURA 10: Praça da bandeira.



Fonte: Acervo Pessoal

A cidade é para nós um grande palco. Sendo assim nada mais significativo que a FIGURA 10 em que se retrata a Praça do palanque, local que hoje é o espaço atual Praça da bandeira, região central da cidade de Umbuzeiro e situada ao lado do mercado público. A Praça do palanque era assim chamada por essa espécie de coreto central como podemos visualizar na imagem que servia de “palanque” e/ou “palco” para apresentações culturais e artísticas entre as décadas 1930 e 1950. Este foi o cenário das sociabilidades e do lazer

Umbuzeirense, era o ambiente destinado as festas, celebrações e grandes eventos realizados pela Prefeitura Municipal e pela elite organizadora dessas festividades. Fomos presenteados pelo fotógrafo desta imagem, o ângulo privilegiado nos permite através de seu olhar, apresentar a você leitor, elementos subjetivos de algumas cenas narradas por nós a partir do jornal “A Imprensa”, no capítulo anterior, por isso, nos permite uma volta no nosso tempo narrativo para refletirmos sobre alguns desses elementos.

Iniciamos por apresentá-los a iluminação a acetileno, método de iluminação pública utilizado em Umbuzeiro até a chegada da iluminação elétrica. Podemos observar que as casas e os estabelecimentos comerciais da atual Av. Carlos Pessoa não demonstravam conter os postes nem as fiações de instalação elétrica como mostramos na FIGURA 07 deste trabalho, imagem que apresenta a mesma rua em anos posteriores. O que visualizamos são postes semelhantes aos que compõem a praça, postes de baixa estrutura, finos e com “casulos” de vidro dispostos em direção ao chão.

A baixa estrutura desses suportes era necessária para facilitar seu reabastecimento e para garantir uma iluminação de melhor qualidade, pois o gás não atingia uma grande distancia de clareamento se ficasse muito alto em relação ao que desejava iluminar, a estrutura fina justificava-se pelo pouco peso que suportava não tendo fios ou estruturas metálicas em sua composição, sua pouca altura não o comprometia em relação ao vento que poderia derrubar ou danificar sua estrutura. Por fim, as campânulas de vidro serviam para armazenar o gás que fazia a iluminação eram direcionados ao chão para garantir uma melhor iluminação do espaço.

Destacamos que a imagem remonta ainda ao período de construção da praça, ela ainda não havia recebido o “alto-falante” que foi inaugurado na mesma em 1937. Não contava com a arborização e os canteiros de flores que foram marcantes em sua estrutura física. Visualizando o canto direito da imagem é possível ver os pés de figos benjamin quem ornam a atual Praça João Pessoa, dispostos um ao lado do outro com o corte de suas folhagens quadriculado de forma que podemos perceber o zelo em sua organização. As ruas observadas nas imagens são traduzidas no jornal “A Imprensa” no ano de 1939, chamando-a de: *“tão alinhada Urbs: Praças e ruas ajardinadas, edifícios de modernas construções”*.

Ainda é possível analisar um edifício na parte posterior às construções. É possível ver na imagem a pintura clara e três formas de quadrados que acreditamos serem as janelas. Este

era o prédio da primeira Igreja Matriz, construída onde hoje se situa a escola municipal Maria Pessoa, após sofrer vários problemas em sua arquitetura, principalmente pela umidade do solo, os rachões a fizeram ruir sendo a Igreja Matriz deslocada para próximo ao mercado público, do lado do grupo escolar Cel. Antônio Pessoa, compondo o novo centro da cidade. A construção da atual igreja durou longos anos de doações e mobilizações principalmente da família Pessoa, chegando a sua conclusão em 17 de março de 1941. Fazia-se perceber que as estruturas eram atraídas para a face que queria se mostrar, para o quadro a ser pintado pelas mãos de artistas intencionais ligados, direto ou indiretamente com os “Pessoa”.

Observando as casas que compõem a Praça João Pessoa no canto direito da imagem, por trás das mesmas é possível ver o espaço “vazio” e algumas pequenas construções mais distantes. Essas terras já faziam parte da fazenda Prosperidade, casa da família Pessoa, neste local se realizavam as vaquejadas organizadas pela família em especial por Roberto Pessoa. Infelizmente desta não encontramos nenhum registro até o fim desta pesquisa. Mas o que esperamos da imagem desta praça?

A imagem nos traz muitos elementos pertinentes para compreendermos como a cidade era formada e construir assim uma cartografia de como as pessoas socializavam nesses espaços. A praça em si demonstra um ambiente receptivo e planejado para o lazer, os bancos que são dispostos em todo seu entorno sugerem que ela fosse lugar de parada e abrigo aos sujeitos. Quando em 1937 abrigou o “alto-falante” um dos investimentos modernos que Carlos Pessoa trouxe para Umbuzeiro o foi feito porque a mesma passou a *“diariamente se encher de pessoas para ouvir as irradiações”*, tão certo foi esse investimento que em 1939 *“como complemento do importante radio e poderoso alto-falante adquiriu o dr. Carlos Pessoa uma caixa de música e magnífica discoteca”* dando à Praça do Palanque o lugar do novo, do ponto de encontro, das festa, e com o passar dos anos, das transmissões do rádio. As festas programadas para o coreto ou palanque central, acaloraram ainda mais a praça como esse lugar do dinâmico.

A Praça do palanque foi marcada pelo vivido, pelo coletivo, pela experiência. Espaço construído pela ação dos sujeitos mais simples foi lugar do presente, veículo para transmitir uma imagem do prefeito como benfeitor, do irmão do prefeito como espirituoso, foi cenário e palco para as demonstrações que servissem à memória da família Pessoa. Enquanto praça teve como fenômeno o ponto de encontro, as conversas. Certamente os casais se encontrassem, paqueras e fofocas acontecessem. Ressoava, provavelmente, as imagens dos familiares dos

“Pessoa”, mas também os personagens que a frequentavam se dispunham a outras relações cotidianas que estavam além das proposições pensadas na construção e inauguração do lugar.

Cenário que foi perdendo seu espaço como lugar do novo, dando espaço a outra configuração. O “aformoseamento” da cidade e as promoções de festas e encontros dominicais mudaram de perfil, as sociabilidades e as formas de viver e conviver com o espaço da Praça do palanque foi alterado e a FIGURA 04 deixa de existir, restando o espaço totalmente reconfigurado. A fotografia e as memórias daqueles que experimentaram as vivências da Praça do palanque podem ser imaginadas relidas, porque possivelmente representariam o vínculo construtor de convivências cotidianas que atribuíam significados múltiplos ao que era posto como cristalizado.

A Praça do Palanque, sem bustos e símbolo de festas e sociabilidades, fora um castelo de sonhos desmoronado. Por outro lado as praças em cujos símbolos da família Pessoa estavam postos são mantidas, coincidências? Acreditamos ser melhor e pertinente destacar o peso aos investimentos memoriais, as estratégias de patrimonialização que foram essenciais para garantir essa oficialização da memória familiar.²⁵

A institucionalização de sobrenomes as ruas e praças da cidade dando-lhes a marca da família justifica e é justificado pelos bustos erguidos nas mesmas. Os bustos por sua vez possibilitam e garantem o espaço para as comemorações desses personagens, em uma cadeia de relações entre os lugares, os sujeitos e a memória. Todos estes mecanismos e estratégias fazem com que esses lugares de memória se solidifiquem em memórias passadas e se projetem ao futuro. Diferentemente de outras memórias sobre a cidade de Umbuzeiro que serão silenciadas pelas ações dos sujeitos e do tempo, imagens sobre a família “Pessoa” vão sendo cristalizadas e ressignificadas, na medida que isso acontece são sepultadas as lembranças de boa parte dos sujeitos esquecidos no vivido da cidade.

4.4 Olhos que vêem, desejos emudecidos.

“Artomove lá nem sabe se é home ou se é muié

Quem é rico anda em burrico

Quem é pobre anda a pé

²⁵ Para compreender melhor sobre a institucionalização das praças umbuzeirenses que resguardam a memória da família Pessoa ler o trabalho da historiadora Tatiane Vieira, intitulado: A fabricação de uma cidade monumentalizada: memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB).

Mas o pobre vê nas estrada
O orvaio beijando as flô
Vê de perto o galo campina
Que quando canta muda de cor
Vai moiando os pés no riacho
Que água fresca, nosso Senhor
Vai oiando coisa a grané
Coisas qui, pra mode vê
O cristão tem que andá a pé”

(Estrada de Canindé - Luiz Gonzaga/Humberto Teixeira)

FIGURA 11: Rua da Igreja.



Fonte: Acervo Pessoal.

Um dos elementos mais significantes e representativos do moderno e da modernidade é sem duvida o automóvel, sua chegada causava espanto, curiosidade, desejo e algumas vezes medo. Muitas foram as narrativas criadas por aqueles que já os tinham visto, os que sabiam de sua existência e o curiosos pelo primeiro contato. A [FIGURA 11] nos apresenta a cidade de

Umbuzeiro na década de 1940 e a rua que visualizamos fica na Avenida Carlos Pessoa, mais especificamente no pátio da Igreja Matriz, composta por seu lado esquerdo de estabelecimentos comerciais, residências e alguns prédios que serviam ao funcionalismo público, todas estas construções mantêm a mesma estrutura arquitetônica atualmente, exceto a primeira do canto esquerdo da imagem, hoje se localiza uma residência antes era uma casa de comércio e já não apresenta essa configuração arquitetônica.

Na década de 1940, como é possível observar na imagem as ruas já apresentavam pavimentação e alinhamento no nível de rua e calçada, estas também já sugeriam uma lógica de estrutura e organização na cidade, as marcações arredondadas no piso das mesmas são destinadas aos figos benjamin a serem plantados acompanhando o planejamento das demais ruas e praças da cidade, já que esse trecho da avenida surge depois da mudança do centro da cidade e construção da Igreja Matriz, hoje podemos visualizar nesses espaços marcados, alguns falhos possivelmente por não terem resistido, árvores que embelezam e fazem sombra nas calçadas da cidade.

Nosso fotógrafo tem a intenção de nos relatar como eram aquelas ruas e aquelas casas, o ângulo da imagem nos permite entender isto, mas é também desejo fotografar o automóvel, certamente um objeto peculiar ou no mínimo difícil encontrar um desses estacionado de forma tão corriqueira na cidade em 1940. Apesar desse elemento moderno já não ser grande novidade para muitos nessa época, para uma cidade no interior da Paraíba, onde a maioria das pessoas vivia da agricultura, da criação de animais e da produção de algodão a modernidade era sempre uma novidade.

Desde a década de 1930, Umbuzeiro já havia experimentado a modernidade através da energia elétrica, do rádio, e do próprio automóvel, todos esses elementos já circulavam e perpassavam as experiências das pessoas. Mas a que ponto? O rádio que fazia a festa aos domingos transmitia uma programação pré-selecionada por alguém, e eram oito dias de espera para uma nova transmissão, o tempo se alongava ainda mais, quando pensamos as mulheres e crianças vindas dos sítios da zona rural, regiões mais afastadas da cidade e até mesmo para os homens desses mesmos locais. O rádio ainda que transmitido em outros dias da semana era uma experiência de poucos que moravam na região urbana.

O automóvel é o elemento moderno que mais se distancia das experiências cotidianas dos sujeitos umbuzeirenses, para os que não viviam na cidade e até mesmo para os que viviam

sujeitos estes não faziam parte da elite local. Diante do alto valor aquisitivo necessário para adquirir um veículo os mesmos se restringiam à elite, mas não a uma elite média da cidade, como os comerciantes e os funcionários públicos, mas sim aos grandes fazendeiros e políticos da época que significava praticamente um o sinônimo do outro. Quando imaginamos a cidade e os homens de posse daquele período contaríamos 2 ou 3 veículos na cidade , 5 ou 6 na região do município. Era uma experiência bastante restrita restando aos demais sujeitos, saber o que eram os automóveis, para que eles servissem e sonhar com um dia entrar em um destes, mas não possuí-los. O principal meio de transporte da gente menos abastada continuou sendo os cavalos e jumentos.

FIGURA 12: Biblioteca Municipal.



Fonte: Acervo Pessoal.

Observando a FIGURA 12 podemos ver os homens em volta do jumento carregado de cangalhas e caçoas, pelos trajes e o modelo do chapéu sabemos que se tratavam de homens simples. Diferente da FIGURA 11 que nos apresenta o automóvel estacionado signo da modernidade, nos deparamos aqui com o jumento também na década de 1940 na rua Getúlio Vargas e não estamos aqui analisando os homens em direção à feira ou em meio à mesma,

falamos de homens que contavam com esses animais para se deslocar, que faziam destes seu elemento de ganha pão.

Com o ângulo mais uma vez privilegiando a arquitetura e a rua, nosso fotógrafo nos apresenta a esquina da Avenida Carlos Pessoa com a Rua Getúlio Vargas de frente a Praça João Pessoa, tendo como principal ponto de referência a biblioteca municipal Epitácio Pessoa, inaugurada em 1942 no canto esquerdo da imagem, com as ruas pavimentadas e eletrificadas.

As crianças circulando na rua a correr e caminhar talvez nem soubessem de sua real serventia, que aquele elemento recheado de livros poderia mudar suas histórias de vida, não sabemos sequer se essas mesmas crianças sabiam ler e tinham acesso à escola. No entanto, sabíamos que o investimento na cultura letrada tivera sido feita, a biblioteca municipal de Umbuzeiro nesse período era a única e maior da região em acervo, contou com doações importantes da família Pessoa em sua formação.

Os aportes da modernidade serviram de subsídio no teatro dirigido pela família Pessoa na cidade de Umbuzeiro daqueles anos. As personagens faziam parte de um roteiro cujo cenário era fomentado com a força de praças e ruas. Sob os escombros das distâncias sociais, cenas da vida sendo rodadas com a ambiência de novas luzes, prédios, escolas e empreendimentos. Uma peça em que as personagens principais estavam sempre a ser lembradas e alçadas à alcunha de benfeitores da cidade. Em paralelo ao apogeu da cidade dos sonhos desenhado, a maioria dos sujeitos que compunham aquele contexto eram silenciados ou marginalizados. Um pêndulo entre a cidade que se desejava lembrar e a que deveria ser esquecida!

Considerações finais

“Há sempre um lado que pesa e outro lado que flutua. Tua pele é crua. [...] Dificilmente se arranca lembrança, lembrança, lembrança, lembrança...” (Otto, Crua)

Por fim, poderia ousar dizer leitor que este foi um resultado feliz e dolorido, como um lado que pesa e outro que flutua de um único ser de angústias. Como um elemento kafkiano, metamorfoseado de homem que conhecia todas as maneiras do fazer e transformado em barata é incapaz de compreender o trivial. Precisou-se desesperadamente de ajuda num processo de acusações que nos cercaram por todos os lados sem que soubéssemos a resposta. Ainda assim, sobre algo de poético e real construímos uma narrativa que deseja ser brisa leve tocando cortinas brancas do pensamento, e esperamos que você a compreenda como um detetive muito apaixonado por aquilo que procura.

Chegamos ao desfecho final e a sensação é de lançar-se ao futuro, é soltar um balão e deixar que o vento o guie. Às vezes é isso que acontece com nossos sonhos. São desejos que produzidos pela mente humana são lançados ao futuro por nossas ações e depois de superadas as barreiras, depois de executados, se tornam em algo que deixamos que seja guiado pelas ventanias e vendavais da vida. É bem verdade, portanto, que não podemos projetar para o futuro qualquer coisa que seja sem olhar para o passado.

Iniciamos essa pesquisa olhando para aquilo que havíamos deixado por dizer em 2015, projetando aquilo que viria a se tornar real em 2018. Aprofundamos, construímos, aperfeiçoamos, descobrimos e melhoramos um trabalho que foi muito mais do que aquilo estava programado para ser, ao mesmo tempo sendo algo novo ante o projetado. Várias foram as mudanças no projeto, mas, fundamentalmente ele se tornou o melhor que se poderia fazer em meio ao imaginado. Como diria Sergio Cortela “Faça o teu melhor, na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores, para fazer melhor ainda!”. Mudamos nossos referenciais, e o caminho se tornou totalmente novo até o último capítulo, sem nenhum exagero.

Retomar algumas decisões já descartadas a priori, fez descobrir novos encantos, dizer muito mais sobre uma família e uma cidade. Percorremos os registros possíveis guardados nos “ditos” e “não ditos” e estes foram nossos impulsionadores. Andei por esses labirintos que deslocaram essa pesquisa para caminhos diversos que nos fizeram aprimorar nosso trabalho

como historiador. Uma família que deixou muito registrado de si, mas que muito silenciou. A narrativa foi antes de tudo, uma redescoberta de personagens e da própria cidade.

Diante desses caminhos descortinamos uma família que usou o espaço da cidade, para através da memória, construir-se enquanto patrimônio da mesma. Observamos personagens dessa família tornando-se patrimônio e a paisagem da cidade sendo transformada para servir a um exercício de enquadramento da memória, que junto a práticas de comemoração, rememoração e legitimação exerciam igual ação sobre o cotidiano dos sujeitos e a memória coletiva. Atentamos ainda para como todas estas estratégias atingiram os sujeitos que viveram suas experiências nesses espaços sobre a ação desses mecanismos de afirmação de um referente patrimonial.

Consideramos justo que ao fim desse trabalho a experiência patrimonial possa ser vista para além da institucionalização. Que possamos compreender que as relações de pertencimento e referente estão além de uma oficialização, que podem está bem mais presentes nas relações íntimas entre espaço e tempo, e que marcados pela memória elevam a discussão entre aquilo ou aquele que foi e é patrimônio.

Podemos dizer metaforicamente que agora soltamos nosso balão com o sonho que o vento da vida guiará, certos de ter contribuído para a escrita da história de modo a refletir, debater e desnaturalizar determinados assuntos. Propusemos uma versão de muitas narrativas que se cruzaram, poderemos ter deixado assim, um caminho, um norte para que, posteriormente, novas versões possam ser criadas e expandidas. Pelo menos é um desejo íntimo de todo aquele que escreve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. Entre a nação e a alma: quando os mortos são comemorados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 14, 1994, p. 4.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **A fabricação do mito João Pessoa**: batalhas de memórias na Paraíba (1930-1945). Campina Grande: EDUFCG, 2013

ALMEIDA, Geraldo José. As representações sociais, o imaginário e a construção social da Realidade. In: SOUZA SANTOS, Maria de Fátima; ALMEIDA, Leda Maria de. **Diálogos coma teoria de representação social**. Cidade: Recife. Ed. Universitária da UFPE, 2005.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. (8ª edição) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 183-191.

BORGES, Viviane Trindade. **Do esquecimento ao tombamento**: A invenção de Arthur Bispo do Rosário. Tese de Doutorado, Porto Alegre: 2010.

_____. **Arthur Bispo do Rosário**: loucura, arte e patrimonialização. I seminário internacional história do tempo presente. Florianópolis: UDESC; ANPUH_SC; PPGH, 2011.

_____. Arthur Bispo do Rosário está Voltando: Patrimonialização e memória na invenção de um personagem ilustre. **Revista Esboços**, Florianópolis, v.18, n.26, p. 73-90, 2011.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História e fotografia**. Autêntica (2º edição) Belo Horizonte, 2008.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luiz XIV**. Rio de Janeiro, 1994.

CALONGA, Maurilio Dantielly. **O jornal e suas representações**: objeto ou fonte da história? *Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados-MS*, vol. 01, n. 02.p. 79-87. Edição especial, nov. 2012.

CARVALHO, Jose Murilo. **A formação das almas. O imaginário da republica no Brasil**. Companhia das letras, São Paulo, Ed. 2005.

_____. Brasil nações imaginadas. In : **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CHARTIER, Roger. **Leitura e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. A operação historiográfica. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

_____ **A invenção do cotidiano: 1**. Artes de fazer. Petrópolis. : Vozes, 2008.

COSTA, Suzana Queiroga. **Jornal “A imprensa” como fonte de informação e memória da produção editorial paraibana do século XX (1912 a 1942)**. João Pessoa, 2011.

DUARTE, Regina horta. **À sombra dos ficus: cidade e natureza em belo horizonte. Ambiente e sociedade**. Campinas, v .x , n. 2, p. 25-44, 2007.

FERREIRA, Lucrécia D’Alessio. **O olhar Periférico**. São Paulo: Hunawtas, 1992.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Revista Aurora**, n. 10, 2011.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina; (Org.) Apresentação. In: **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp vii – xxv.

FILHO, Severino Cabral. **Campina Grande – PB (1930-1950) Modernização, cotidiano e cultura material**. Revista projeto história, n.40, 2010.

GOFF, Le Jaques. Enciclopédia enaud, **memória-história**. volume 1, 1984.

GOMES, Iordan Queiroz. **Sensibilidades e representações na construção do espaço urbano aroeirense entre sonhos, desejos e práticas (1920-1960)**. (Dissertação de Mestrado em História). Campina Grande: PPGH, 2012.

GONÇALVES, Janice. **Pierre nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. *Historiae*, rio grande, 3(3): 27- 46, 2012.

HEYMANN, Luciana Quillet. **Uma reflexão sobre arquivos pessoais e o caso filinto Müller**. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, 1997, n°19, pag.41-65.

_____ **Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: O lugar dos documentos**. VIII reunião de antropologia do MERCOSUL, Buenos Aires, 2009.

_____ **O legado do estado novo. Seminário**. “O estado novo 70 anos” CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 2007.

_____ **De “arquivo pessoal” a “patrimônio cultural”: reflexões acerca da produção de “legados”**. I seminário PRONEX direitos e cidadania CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2005.

_____ **Cinquenta anos de Vargas: reflexões acerca da construção de um “legado”**. XXVIII encontro anual da ANPOCS. Rio de Janeiro, 2004.

_____ **Memória da elite: Arquivos, instituições e projetos memoriais**. Revista Pós ciências sociais. V.8,n.15, 2011.

_____ **Os fazimentos do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado**. Revista estudos históricos, Rio de Janeiro, n.36, pag.43-58, 2005.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Universidade Cândido Mendes, Museu de arte moderna do Rio de Janeiro, 2000.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: Um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. Tradução André villalobos, Rio de Janeiro: Record, 1993.

MARIANO, Serioja R. C. **“Gente Opulenta e de Boa Linhagem: Família Política e Relações de Poder na Paraíba (1817-1824)”**. Tese de Doutorado, Recife: UFPE. 2005.

MARIANO, S.C.R. **Signos em confronto: o arcaico e o moderno na Princesa (PB) dos anos 20**. Dissertação de Mestrado. UFPE, 1999.

MAUAD, Ana Maria. **Fotografia pública e cultura do visual, em perspectiva histórica**. Rio de Janeiro, 2013.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: Atribuição de valores e critérios de intervenção**. Porto Alegre, 2008.

MESENTIER, Leonardo Marques. **A natureza política do patrimônio cultural**. Congresso internacional políticas culturais, 2012.

MOURA, GylGiffony Araújo. **A construção da memória social como política pública: O caso do centro cultural bom jardim em Fortaleza, Ceará**. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: A problemática dos lugares. **PROJETO HISTÓRIA**: Revista do programa de estudos pós-graduados em história e do departamento de história da PUC-SP. São Paulo, 1981.

ORLAND, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: No movimento dos sentidos**. (6º edição) Campinas, SP: Editora Unicamp, 2007.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, Vol.5, n.10, p.200-212,1992.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, v. 2, n. 3, 1989.

SANTIAGO JUNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. **Dos lugares de memória ao patrimônio:** emergência e a transformação da ‘problemática dos lugares’. Projeto História, São Paulo, n. 52, p. 245-279, 2015.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória;** tradução Hildegard Feist, São Paulo: companhia das letras, 1996.

SILVA, Tatiane Vieira da. **A fabricação de uma cidade monumentalizada : memória, identidade e patrimônio em Umbuzeiro (PB)** - Campina Grande, 2015.

THUAN, Yfu. **Topophilia.** São Paulo: Contexto, 2010.

VELOSO, Mariza Motta dos Santos. **Espaço público, estética, política e memória.** In. 27º Reunião da Associação Brasileira de Antropologia, Brasília, 2000.

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: Notas sobre a Mudança Social e o espaço Urbano. In: **O espaço da Diferença.** Antônio Augusto Arantes. (org.) São Paulo: Papyrus, 2000.